



**ESTADO DO CEARÁ  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

# **RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO**

**2014**



## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	
<b>I – O MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	
Contextualização	4
Competências Institucionais	4
Estrutura Organizacional e Organograma	5
Recursos Humanos	6
Planejamento Estratégico	7
<b>II – RESULTADOS POR ÁREA</b>	
1. Secretaria Geral	12
2. Coordenadoria de Controle e Auditoria Interna	13
3. Assessoria de Planejamento e Coordenação	18
4. Núcleo de Gerenciamento de Projetos	32
5. Secretaria de Finanças	35
6. Secretaria de Administração	44
7. Comissão de Licitação	45
8. Secretaria de Recursos Humanos	53
9. Núcleo Gestor de Estágio	54
10. Secretaria de Tecnologia da Informação	59
11. Assessoria de Imprensa	78
12. Escola Superior do Ministério Público	80



## APRESENTAÇÃO

O Relatório de Desempenho da Gestão – exercício 2014, peça do processo de prestação de contas anual, traduz o esforço, a dedicação e zelo de todos que integram o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ – membros, servidores, estagiários e demais colaboradores, no desempenho de suas funções, cujo maior desafio consiste em atender aos reclames da sociedade, da qual a instituição é defensora por destinação constitucional.

O relatório, elaborado com esteio na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, publicada no diário oficial do Estado, de 14 de abril de 2005, item 4.1.4.2, encontra-se estruturado da seguinte forma:

- a) Estrutura/organograma, competências, recursos humanos e ações estratégicas.
- b) Realizações, por área administrativa, detalhando-se as atividades, a execução orçamentária e financeira, procedimentos licitatórios, capacitações, convênios/acordos e termos de parceria, firmados, além de outras reputadas relevantes.



## I – O MINISTÉRIO PÚBLICO

### Contextualização

O Ministério Público do Estado do Ceará, é “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, conforme estabelece a Carta Magna de 1988, exercendo papel relevante de defensor da sociedade, assegurando ao cidadão a defesa e garantia dos seus direitos.

“Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a **defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis**.

§ 1º. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a **independência funcional**.

§ 2º. Ao Ministério Público é **assegurada autonomia funcional e administrativa**, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º. O Ministério Público **elaborará sua proposta orçamentária** dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.” (grifo nosso)

### Competências

As competências definidas da Instituição estão definidas na Lei Complementar nº 72, de 12 de dezembro de 2008, art. 2º, combinada com o art. 2º da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, sendo a Procuradoria Geral de Justiça órgão da administração superior.  
(*in verbis*)

Art.2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa, orçamentária e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

- I - praticar atos próprios de gestão;
- II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo e inativo da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadro próprio;
- III - elaborar as suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos;
- IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;
- V - propor ao Poder Legislativo a criação, transformação e a extinção dos seus cargos, bem como a fixação e o reajuste dos subsídios dos seus membros, através de uma política remuneratória e planos de carreira próprios;
- VI - propor ao Poder Legislativo a criação, transformação e a extinção dos cargos dos seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos dos seus servidores;
- VII - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços administrativos auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;
- VIII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos de carreira e dos serviços administrativos auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e dos seus servidores;



IX - organizar as suas secretarias e os serviços auxiliares das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

X - compor os seus órgãos de administração, execução e auxiliares;

XI - elaborar os seus regimentos internos;

XII - exercer outras atribuições decorrentes da sua competência e finalidade.

(...)

SEÇÃO II

DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Art.5º São órgãos de Administração Superior do Ministério

Público:

I - a Procuradoria Geral de Justiça; (grifo nosso)

## Estrutura Organizacional/Organograma

A estrutura organizacional da Procuradoria Geral de Justiça, alterada pela Lei nº 14.747, de 28 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de junho de 2010, é a seguinte:

### 1- ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

- 1.1. Procuradoria-Geral de Justiça;
- 1.2. Colégio de Procuradores de Justiça;
- 1.3. Conselho Superior do Ministério Público;
- 1.4. Corregedoria-Geral do Ministério Público.

### 2- ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

- 2.1. Procurador-Geral de Justiça;
- 2.2. Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;
- 2.3. Assessoria do Procurador-Geral de Justiça;
  - 2.3.1. Assessoria Cível e de Direitos Difusos e Coletivos;
  - 2.3.2. Assessoria Criminal;
  - 2.3.3. Assessoria de Controle de Constitucionalidade;
  - 2.3.4. Assessoria de Políticas Institucionais;
  - 2.3.5. Assessoria de Feitos Especiais.
- 2.4. Assessoria de Planejamento e Coordenação;
- 2.5. Assessoria de Imprensa;
- 2.6. Assessoria de Cerimonial;
- 2.7. Coordenadoria de Controle e Auditoria Interna:
  - 2.7.1. Coordenação Adjunta de Controladoria;
  - 2.7.2. Coordenação Adjunta de Auditoria Interna;
- 2.8. Secretaria Geral
- 2.9. Secretaria dos Órgãos Colegiados

### 3- ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

- 3.1. Procuradorias de Justiça;
  - 3.1.1. Secretaria de Processos;
    - 3.1.1.1. Departamento de Processos Cíveis;



- 3.1.1.2. Departamento de Processos Penais;
- 3.1.1.3. Departamento de Feitos Especiais;
- 3.2. Promotorias de Justiça.

#### 4- ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO INSTRUMENTAL

- 4.1. Secretaria dos Órgãos Colegiados;
- 4.2. Secretaria Geral:
  - 4.2.1. Secretaria de Administração:
    - 4.2.1.1. Departamento de Material e Patrimonial;
    - 4.2.1.2. Divisão de Protocolo;
    - 4.2.1.3. Departamento de Serviços Gerais;
    - 4.2.1.4. Departamento de Biblioteca e Documentação;
  - 4.2.2. Secretaria de Finanças:
    - 4.2.2.1. Departamento de Contabilidade e Orçamento;
  - 4.2.3. Secretaria de Tecnologia da Informação:
    - 4.2.3.1. Departamento de Suporte Técnico;
    - 4.2.3.2. Departamento de Desenvolvimento de Sistemas;
    - 4.2.3.3. Departamento de Organização e Métodos;
  - 4.2.4. Secretaria de Recursos Humanos:
    - 4.2.4.1. Departamento de Pessoal;
    - 4.2.4.2. Departamento de Desenvolvimento de Pessoal;

#### 5- ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DESCONCENTRADA

- 5.1. Escola Superior do Ministério Público;
  - 5.1.1. Diretoria Geral;
  - 5.1.2. Diretoria de Ensino;
  - 5.1.3. Diretoria Administrativo-Financeira.

### Recursos Humanos

O quantitativo de pessoal do Ministério Público do Ceará, cargos efetivos de membros e servidores de carreira, em 31 de dezembro de 2014, é o constante do quadro abaixo:

CARGO	CRIADOS	OCUPADOS
Procurador de Justiça	47	47
Promotor de Justiça de Entrância Final	248	220
Promotor de Justiça de Entrância Intermediária	116	79
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	98	96
Técnico Ministerial	520	495(*)
Analista Ministerial	75	48

(\*) do total de cargos ocupados, 12 (doze) estavam com o vínculo funcional suspenso, e 04 (quatro), cedidos a outros órgãos.

A Lei Estadual nº 15.536/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 12 de março de 2014, criou 42 (quarenta e dois) cargos de Analista Ministerial e 110 (cento e dez) cargos de Técnico Ministerial, no Quadro de Pessoal Efetivo e Permanente do Ministério Público do Estado do Ceará.



Por outro lado, o quantitativo de cargos comissionados em 31 de dezembro de 2014, é o seguinte:

CARGOS COMISSIONADOS		
CARGO	CRIADOS	OCUPADOS
Assessor de Cerimonial	1	1
Assessor de Imprensa	1	1
Assessor Jurídico do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE	1	-
Assessor Jurídico Especial	53	53
Assessor Técnico	20	20
Chefe de Gabinete	1	1
Coordenador Adjunto de Auditoria Interna	1	1
Coordenador Adjunto de Controle Interno	1	1
Coordenador da Assessoria de Planejamento e Coordenação	1	1
Coordenador Geral de Controle e Auditoria Interna	1	1
Diretor da Diretoria Administrativa Financeira	1	1
Diretor da Diretoria de Ensino	1	1
Gerente do Departamento de Contabilidade e Orçamento	1	1
Gerente do Departamento de Desenvolvimento de Pessoal	1	1
Gerente do Departamento de Feitos Especiais	1	1
Gerente do Departamento de Material e Patrimônio	1	1
Gerente do Departamento de Organização e Métodos	1	1
Gerente do Departamento de Pessoal	1	1
Gerente do Departamento de Processos Cíveis	1	1
Gerente do Departamento de Processos Penais	1	1
Gerente do Departamento de Suporte Técnico	1	1
Oficial da Secretaria Executiva do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE	1	-
Oficial de Gabinete do Corregedor Geral do MP	1	1
Oficial de Gabinete do Procurador Geral de Justiça	1	1
Secretário de Administração	1	1
Secretário de Finanças	1	1
Secretário de Processos	1	1
Secretário de Recursos Humanos	1	1
Secretário de Tecnologia da Informação	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>98</b>

A Lei Estadual nº 15.740/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de dezembro de 2014, criou 1 (um) cargo em comissão de Assessor Jurídico e 1 (um) cargo em comissão de Oficial da Secretaria Executiva do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – DECON/CE, no Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará.

## Planejamento Estratégico

O Ministério Público do Estado do Ceará, para cumprir sua relevante missão constitucional, implantou o planejamento estratégico como ferramenta de gestão, para os anos de 2008-2011, prorrogado para 2013, construído a partir da metodologia do Balanced Scorecard (BSC). A participação de membros e servidores foi fundamental para criar as bases do modelo expresso em 19 objetivos estratégicos e 33 projetos, sedimentados na Identidade Organizacional e Mapa Estratégico a seguir:

## Identidade Organizacional

### Negócio

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.” (CF, art. 127)

### Missão

Fiscalizar o cumprimento da CF e das leis, procurando interagir com a sociedade, com o propósito de contribuir para a sua transformação, na busca de equilíbrio social e da promoção da justiça com responsabilidade.

### Visão

Ser reconhecido e reconhecer-se como instrumento de mudança social, sendo capaz de conhecer e identificar os anseios da sociedade e promover justiça transcendendo os limites da legalidade positiva que se revelar contrária aos fundamentos do Estado democrático de direito.

### Valores

- ✓ Humanização da organização através da valorização profissional;
- ✓ Transparência dos atos de gestão;
- ✓ Respeito e humildade no trato com o direito alheio;
- ✓ Gestão democrática com efetividade e resolutividade;
- ✓ Ética como fundamento das ações individuais e institucionais;
- ✓ Dignidade;
- ✓ Lealdade, colaboração profissional e solidariedade;
- ✓ Independência funcional;
- ✓ Imparcialidade;
- ✓ Disponibilidade, assiduidade e compromisso com a Instituição.

## Mapa Estratégico

O mapa estratégico traduz a consolidação dos objetivos estratégicos subdividido em 04(quatro) perspectivas ou dimensões, a saber:





## O Plano Estratégico 2008/2013 - Indicadores

O Planejamento Estratégico do Ministério Público do Ceará – 2008/2011, prorrogado para 2013, estabeleceu no capítulo Sistema de Acompanhamento, 04(quatro) indicadores de desempenho.

O Comitê de Gestão Estratégica do MPCE trabalhou com os gestores de projetos os dois primeiros índices: Reuniões Realizadas e Projetos Implementados. O primeiro obteve desempenho médio de 95% enquanto que o segundo alcançou 85%, o que se justifica face à junção de alguns projetos com temáticas similares, exemplo: “Ampliar a participação orçamentária” com “Implantar o repasse do duodécimo”; “Melhorar a infraestrutura tecnológica do MP”, “Implantar sistemas informatizados” e “Promover a integração dos sistemas aos órgãos”, os três da temática tecnologia da informação.

O quadro a seguir apresenta alguns projetos delineados no Planejamento Estratégico do MP/CE, e respectivas ações realizadas, segundo o objetivo Estratégico aos quais estão vinculados.

OBJETIVO ESTRATÉGICO ESTRATÉGIA/PROJETO	AÇÕES REALIZADAS
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO:</b> DIALOGAR PERMANENTEMENTE COM A SOCIEDADE	
<b>Estratégia:</b> Relacionamento com a mídia e outros segmentos da sociedade	
<b>Projeto:</b> Implantar Método dos Fóruns Sociais Permanentes.	<b>Ações:</b> - Audiências públicas realizadas: Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte.
<b>Estratégia:</b> Atuação da Ouvidoria Geral do MPCE	
<b>Projeto:</b> Programar atendimento regional.	<b>Ações:</b> - Implantação do Disque Ouvidoria. - Implantação da estrutura física e de pessoal da Ouvidoria. - Implantação de sistema de recebimento de denúncias e acompanhamento das mesmas.
<b>OBJETIVO ESTRATÉGICO:</b> PROMOVER A CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS EXTRAJUDICIAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	
<b>Estratégia:</b> Estimular a criação dos PROCONs municipais	
<b>Projeto:</b> Conveniar com entidades afins	<b>Ações:</b> - Acordo de Cooperação Técnica firmado com a União/MJ/DPDC visando integrar o PROCON-CE ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor; - Convênio nº 03/2011 celebrado com o Município de Fortaleza/PROCON municipal, dando início à política de municipalização do SINDEC. - Acordo de Cooperação Técnica celebrado com a Promotoria de Defesa do Consumidor de Maracanaú para instalação do SINDEC. - Convênio firmado com a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, possibilitando a estruturação dos Procons Municipais de Caucaia, Maracanaú, Guaiúba e Sobral.
<b>Estratégia:</b> Estimular a criação de órgãos de mediação nas comunidades	
<b>Projeto:</b> Estruturar Promotorias que efetuem atendimento ao público.	<b>Ações:</b> - MP na Comunidade: Nosso Atendimento é Legal – 7 edições realizadas.



**Projeto:** Criar Núcleos Comunitários em áreas específicas.

**Ações:**

Instalação de 11 Núcleos de mediação comunitária: Antônio Bezerra, Barra do Ceará, Bom Jardim, Caucaia, Jurema, Maracanaú, Messejana, Pacatuba, Parangaba, Pirambu e Sobral.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** FORTALECER A ATUAÇÃO NO CONTROLE DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA E DO CRIME ORGANIZADO

**Estratégia:** Ampliar a atuação dos órgãos de execução

**Projeto:** Criar o Núcleo de Inteligência Ministerial

**Ações:**

- Reestruturação do Núcleo de Segurança Institucional e Inteligência do MP – Provimento nº 099/2011.  
- Criação do Fundo de Segurança Institucional e Inteligência do MP – FUNSIT, Lei Complementar nº 114, 14/11/2012.

**Estratégia:** Estabelecer diretrizes para procedimentos de atuação do MP

**Projeto:** Elaborar Manual de Procedimentos do MP.

**Ações:**

- Lançado o Manual Básico de Atuação do PJ, constando modelos para atuação ministerial na tutela coletiva.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** UNIFORMIZAR OS PROCEDIMENTOS DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO E ADMINISTRATIVOS

**Estratégia:** Instituir mecanismos para orientar a atuação dos órgãos administrativos e de execução

**Projeto:** Elaborar e implantar manual de procedimentos administrativos.

**Ações:**

- Lançado o Manual Básico para Atuação do Técnico Ministerial, e o fluxograma de rotinas e procedimentos administrativos do MPCE.

**Projeto:** Instituir Planos de Atuação Institucional.

**Ações:**

- Elaboração dos PEA 2011/2013 dos Centros de Apoio Operacional.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** ADOTAR UM PROGRAMA CONSTANTE E PERMANENTE DE APERFEIÇOAMENTO E MOTIVAÇÃO DE MEMBROS DO MP / SERVIDORES DENTRO DA MISSÃO INSTITUCIONAL

**Estratégia:** Criar cursos permanentes para servidores e membros do Ministério Público

**Projeto:** Criar Plano de Capacitação do MP e Servidores.

**Ações:**

- Plano elaborado.  
- Implantado o ensino a distância (EAD).  
- Parceria firmada com as escolas de governos.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** MELHORAR A INFORMATIZAÇÃO E A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA DO MP

**Estratégia:** Informatizar as rotinas de trabalho, com melhoria da rede, dos equipamentos e integração de sistemas

**Projeto:** Melhorar a infraestrutura tecnológica do MP.

**Ações:**

- Elaborado o Plano Diretor de TI  
- Firmado Acordo de Cooperação com diversos órgãos visando possibilitar o acesso do Ministério Público a sistemas específicos (CNE, SIARCO, SIM, INFOSEG...)  
- Implantação de sistemas (ARQUIMEDES, SGP, ARGOS, SINDEC, SINQ) já listados no relatório de desempenho da gestão – 2013, págs. 61 a 63.

**Projeto:** Implantar sistemas informatizados / Promover a integração dos sistemas aos órgãos (projetos unificados).

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** INTEGRALIZAR E AMPLIAR O QUADRO IDEAL DE MEMBROS E SERVIDORES

**Estratégia:** Elaborar plano para ampliar o quadro de membros e servidores do MP

**Projeto:** Gerenciamento do quadro de membros e servidores do MP.

**Ações:**

- Concluído estudo para ampliação do quadro de servidores, 650 novas vagas em 04(quatro) anos;  
- Concurso para servidores de carreira e membros do MP.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** PROMOVER A COOPERAÇÃO TÉCNICA COM DIVERSAS INSTITUIÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL



**Estratégia:** Transformar a ESMP em uma Instituição de Ensino Superior

**Projeto:** Elaborar estatuto de criação da Instituição de Ensino Superior.

**Ações:**

- ESMP credenciada pelo Conselho Estadual de Educação.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO:** EFETIVAR A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE REPASSE DO DUODÉCIMO PARA O MP

**Estratégia:** Gestões para a administração exclusiva da conta do duodécimo

**Projeto:** Gestão visando à implantação do repasse do duodécimo

**Ações:**

- Duodécimo implantado em conta específica movimentada, exclusivamente, pelo MPCE, contemplando os 03(três) grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais – Outras Despesas Correntes e Investimento.

## Planejamento Estratégico – 2015/2020

Os desafios impostos pela sociedade tem impulsionado o Ministério Público do Ceará a promover melhorias no modelo de gestão, avanços imprescindíveis à prestação de serviços de excelência à população.

Nesse contexto, deu-se início à elaboração de termo de referência para contratação de consultoria especializada com vistas a implementar uma segunda etapa da gestão estratégica do órgão, consolidada no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MPCE – 2015/2020, que prevê a ampliação e o aperfeiçoamento do modelo, dando sequencia ao processo iniciado em 2008, com ênfase na análise dos processos internos, formulação de indicadores de desempenho da organização, desenvolvimento de competências gerenciais em projetos, processos e pessoas, introduzindo um novo paradigma de gestão, baseado em participação, criação de consensos e de proximidade com a sociedade.

O processo será orientado a partir dos eixos: Gestão Estratégica – Gestão de Processos – Gestão de Pessoas, prevendo-se:

- Revisão e avaliação do mapa estratégico do MPCE, compreendendo o portfólio de projetos e a análise e nova definição de indicadores;
- Estabelecimento de protocolos com a finalidade de assegurar a execução plena dos objetivos estratégicos;
- Mapeamento dos processos de trabalho e alinhamento da estrutura organizacional (unidades administrativas e órgãos de execução), objetivando redefinir atribuições, estrutura física, tecnológica, recursos humanos e materiais, com foco nas ações de melhorias da Instituição;
- Análise dos processos com vistas a efetuar melhorias de curto prazo, sobretudo na automação e integração dos sistemas de informação integrados e em rede, através de inovações tecnológicas;
- Capacitação de líderes e gestores, entre membros e servidores, para atuarem em cenários complexos e desfavoráveis, buscando soluções criativas, viáveis e sustentáveis;
- Realização de pesquisa de imagem com o público interno e externo, visando identificar os fatores organizacionais que podem gerar motivação de membros e servidores do MPCE, bem como aqueles que contribuem e/ou comprometem a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

O edital será lançado em 2015, considerando a dificuldade em se obter propostas face à complexidade da contratação dos serviços pretendidos pela organização, bem como por ausência de recursos orçamentários no exercício de 2014.



## II – RESULTADOS POR ÁREA

### 1. SECRETARIA GERAL

A **Secretaria Geral** é órgão de Assessoramento no âmbito da estrutura organizacional do Ministério Público, vinculada diretamente ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. É dirigida por um Promotor de Justiça (Secretário-Geral), que tem por incumbência precípua preparar o expediente administrativo encaminhado à Chefia da Instituição e superintender as unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, dentre elas destacam-se:

**1.1. A Secretaria de Administração:** À Secretaria de Administração compete planejar, organizar, coordenar, controlar as atividades relativas ao material, patrimônio, serviços gerais e protocolo. Estão vinculados a esta Secretaria: Departamento de Material e Patrimonial; Divisão de Protocolo; Departamento de Serviços Gerais e Departamento de Biblioteca e Documentação.

**1.2. Secretaria de Finanças:** À Secretaria de Finanças compete planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades próprias do sistema gestor de orçamento e finanças. Constitui parte integrante desta Secretaria o Departamento de Contabilidade e Orçamento.

**1.3. Secretaria de Tecnologia da Informação:** incumbe a execução das políticas e diretrizes de modernidade e de informatização, competindo-lhe: relacionar-se com os demais Órgãos da Procuradoria Geral de Justiça a fim de levantar as necessidades da área de informática e desenvolver os sistemas correspondentes; estudar e definir os sistemas e programas necessários ao desempenho das atividades da Procuradoria Geral de Justiça; manter contatos com usuários para definir entradas compatíveis com processamento e as saídas de informações, segundo suas reais necessidades; planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades de desenvolvimento de sistemas e suporte técnico em informática; elaborar plano de treinamento e capacitação técnica em informática e organização especificando e quantificando os objetivos e o pessoal; efetuar pesquisas de inovações tecnológicas necessárias ao bom desempenho das atividades e objetivos da Diretoria; elaborar e executar com as demais Diretorias da área o plano diretor de informática pertinente à Procuradoria Geral de Justiça e ao Ministério Público; desenvolver estudos e projetos de racionalização de métodos e processos de trabalho; elaborar diagnósticos, manuais de procedimentos e estudos de padronização de formulários. A Secretaria de Tecnologia da Informação é constituída pelos seguintes órgãos: Departamento de Suporte Técnico; Departamento de Desenvolvimento de Sistemas; Departamento de Organização e Métodos;

**1.4. Secretaria de Recursos Humanos:** compete planejar, coordenar, dirigir e controlar as atividades e tarefas componentes dos sistemas sob sua área gerencial, especialmente: coordenar as atividades de recrutamento, seleção e treinamento dos servidores; planejar, coordenar e executar as rotinas e políticas de pessoal, incluindo atividades de cadastro e controle funcional, com cessão de direitos e vantagens, controle de processos e feitos administrativos, execução da folha de pagamento, serviços de registro, instrução e informação financeira; coordenar as atividades e programas assistenciais ligados à medicina, odontologia e serviço social; coordenar e acompanhar as atividades referentes ao acompanhamento psico-sócio-funcional; supervisionar a execução de programas relacionados à concessão de benefícios e



melhorias das condições de trabalho. Integra a esta Secretaria: O Departamento de Pessoal e o Departamento de Desenvolvimento de Pessoal;

**Constituem atividades administrativas da Secretaria Geral**, recebimento, despacho, distribuição e arquivamento de processos para as Unidades Administrativas e as diversas áreas de atuação do Ministério Público no espaço territorial cearense; elaboração e/ou expedição de atos de nomeações e outros, provimentos, portarias, certidões, ofícios, memorandos, publicações no Diário da Justiça, elaboração das listas de antiguidade; elaboração de termos de exercícios; cadastramentos de membros nos sistemas de Processos Virtuais e ONFOSEG; expedição de carteiras funcionais; elaboração da escala de férias dos membros, plantões, respondências e auxílio aos órgãos de execução ministeriais; **suporte** de informações e documental a outros órgãos e setores do Ministério Público. No desempenho dessas várias atividades, conta com o apoio da Assessoria Jurídica do Procurador-Geral de Justiça e de outros setores da Procuradoria Geral de Justiça.

#### ✓ ATIVIDADES REALIZADAS EM 2014

• Processos recebidos e despachados	8.746
• Portarias Expedidas	4.048
• Provimentos	196
• Atos	246
• Ofícios expedidos	3.163
• Ofícios expedidos ao TRE (Indicação Promotores de Justiça)	265
• Memorandos	620

#### ✓ TRABALHOS DIVERSOS

- Elaboração da lista de antiguidade do ano 2014;
- 6.159 documentos enviados para publicação no diário da justiça
- 7.293 e-mails – enviados às coordenadorias das unidades regionais e secretarias executivas da capital, procuradores de justiça, promotores de justiça e promotorias de justiça da capital e do interior;
- 24 certidões expedidas;
- 63 memorandos recebidos
- 7 corrigendas;
- 177 ofícios circulares;
- 45 termos de exercícios;
- Cadastros e consultas para os membros do MP no Infoseg;
- Cadastros e consultas para os membros do MP no CNE.

## 2. COORDENADORIA DE CONTROLE E AUDITORIA INTERNA

### 2.1.Contextualização

A Assessoria de Controle e Auditoria Interna surgiu com a implantação da Controladoria através do Provimento nº 003/2004, tendo por finalidade otimizar a aplicação dos recursos destinados ao Ministério



Público do Estado do Ceará primando pela economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, garantindo informações adequadas ao processo decisório.

A Controladoria instituída através do Provimento nº 003/2004, tem por finalidade otimizar a aplicação dos recursos destinados à Procuradoria Geral de Justiça, primando pela economicidade, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, garantindo informações adequadas ao processo decisório.

Em 2009, a Procuradoria Geral de Justiça instituiu através do Provimento nº 20/2009 a Coordenação de Controladoria e Auditoria interna com a finalidade de instruir no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, um núcleo que viabilizasse o assessoramento da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial da instituição, objetivando mensurar alternativas econômicas, mediante fornecimento de visão sistêmica e integração de informações ao processo decisório, incorporando atribuições relacionadas à auditoria interna com objetivo de avaliar a eficácia do sistema de controle interno, bem como a eficiência da gestão dos recursos públicos.

O controle anteriormente (Provimento nº 003/2004) apenas prévio tomou como novo modelo de controle prévio e subsequente (Provimento nº 20/2009).

Em 2010, a Procuradoria Geral de Justiça instituiu a Lei 14.747 de 2010 a Assessoria de Controle e Auditoria Interna do Ministério Público do Estado do Ceará, órgão integrante da Estrutura Administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, com a missão de acompanhar e supervisionar a correta gestão orçamentária financeira e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

A Assessoria de Controle Interno e Auditoria Interna – AUDICON apresenta neste relatório, as atividades desenvolvidas no ano de 2014, as quais tomaram como eixos as demandas advindas da gestão superior i) aquisições de bens e serviços originadas de processos de licitação, dispensa, inexigibilidade de licitações e adesão e de procedimentos sobre temas diversos (como por exemplo, prorrogação, reajuste, majoração e inclusão/exclusão e equilíbrio econômico financeiro nos contratos); ii) levantamento de gratificação dos meses de maio e outubro, levantamento de concessão de passagens e diárias, levantamento do fluxo de processos e elaboração de relatórios gerenciais, dentre outras atribuições desta AUDICON, orientações informais foram repassadas as Secretarias, a fim de otimizar processos de trabalho, primando a legalidade, moralidade, eficiência, eficácia e economicidade, imprimindo-lhes mecanismos em prol da transparência, qualidade e probidade administrativas.

## 2.2.Finalidade e Atribuições da Audicon

A Assessoria de Controle e Auditoria Interna – AUDICON subordinada ao Procurador Geral de Justiça, nos termos do art. 13- C da Lei nº 14.747/2010 tem por finalidade: acompanhar e supervisionar a correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia:

“**Art. 13-C.** Fica criada a Assessoria de Controle e Auditoria Interna do Ministério Público do Estado do Ceará, órgão integrante da Estrutura Administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, vinculado ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, com a missão de acompanhar e supervisionar a correta gestão



orçamentário-financeira e patrimonial, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, competindo-lhe: “

E para cumprir sua missão, compete à AUDICON:

#### **I - no âmbito da Coordenação-Geral:**

- a) superintender as atividades de Controladoria e Auditoria Interna do Ministério Público do Estado do Ceará;
- b) representar o Ministério Público do Estado do Ceará em eventos ligados as áreas de controle da gestão pública;
- c) providenciar a elaboração de relatórios sistemáticos sobre as atividades de controladoria e auditoria interna;
- d) propor ao Procurador-Geral de Justiça a adoção de providências destinadas ao aperfeiçoamento da gestão contábil, financeira, orçamentária e fiscal do Ministério Público do Estado do Ceará;
- e) apresentar relatórios anuais sobre o desempenho dos órgãos de Controle e Auditoria Interna;
- f) elaborar manuais de rotinas, notas técnicas e outros documentos necessários a normatização do funcionamento dos órgãos de Controladoria e Auditoria Interna;
- g) exercer outras atribuições previstas em lei ou em atos internos dos órgãos de Administração Superior;

#### **II - no âmbito da Coordenação-Adjunta de Controle Interno:**

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas e projetos e do orçamento do Ministério Público do Estado do Ceará;
- b) monitorar e comprovar a legalidade e avaliar os resultados, a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, bem como da aplicação de recursos públicos destinados ao Ministério Público do Estado do Ceará;
- c) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- d) elaborar estudos e propostas de metodologia com o objetivo de avaliar e aperfeiçoar as atividades de controle interno da instituição;
- e) efetuar análise e estudo dos casos propostos pelos órgãos de execução e unidades administrativas visando a solução de problemas relacionados ao controle externo;
- f) propor aos órgãos de Administração Superior a normatização, sistematização e padronização de procedimentos operacionais dos órgãos do Ministério Público do Estado do Ceará, no que tange a administração orçamentária e financeira;
- g) consolidar informações por meio de demonstrativos e relatórios para subsidiar os trabalhos da Auditoria Interna;
- h) verificar a consistência dos dados contidos no Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- i) verificar e avaliar a adoção de providências para o retorno das despesas com pessoal aos limites de que tratam os arts. 22 e 23, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
- j) auxiliar a Diretoria Financeira na elaboração da prestação de contas anual;
- k) verificar a observância dos limites e das condições e inscrição de despesas em Restos a pagar;
- l) verificar a destinação dos recursos obtidos com a alienação de materiais permanentes;
- m) exercer outras atribuições inerentes ao controle interno;

#### **III - no âmbito da Coordenação-Adjunta de Auditoria Interna:**



- a) realizar auditorias sistemáticas sobre os recursos destinados ao Ministério Público do Estado do Ceará, mediante fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e demais sistemas administrativos e operacionais da instituição;
- b) representar ao Procurador-Geral de Justiça a ocorrência de fatos que contenham indícios de ilegalidade ou quaisquer irregularidades na gestão orçamentária, financeira, operacional ou patrimonial para adoção das providências cabíveis;
- c) orientar os ordenadores de despesa e servidores responsáveis pela gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial sobre a forma de prestar contas;
- d) examinar processos de prestação e tomada de contas, compreendendo a documentação instrutiva, as demonstrações financeiras, gestores e demais responsáveis, e sobre elas emitir parecer prévio, relatório e Certificado de Auditoria;
- e) acompanhar a aplicação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- f) analisar e acompanhar os procedimentos licitatórios desde a elaboração do edital até a homologação, inclusive os processos de dispensa e inexistência;
- g) emitir parecer sobre a prestação de contas anual da instituição;
- h) acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, convênios, aditivos e demais acordos celebrados pelo Ministério Público do Estado do Ceará;
- i) examinar e emitir parecer sobre as solicitações de reajuste e de outras alterações contratuais;
- j) propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir práticas de irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público;
- k) acompanhar a tramitação e manter registro atualizado dos processos existentes no âmbito dos Tribunais de Contas acerca da gestão do Ministério Público do Estado do Ceará;
- l) manter banco de dados atualizados sobre os entendimentos, resoluções e súmulas dos Tribunais de Contas do País;
- m) fiscalizar os níveis de estoques de materiais de consumo, visando evitar desperdícios, carências e definição dos níveis de alerta;
- n) exercer outras atribuições inerentes ao processo de auditoria interna.

Parágrafo único. O Coordenador- Geral de Controle e Auditoria Interna, o Coordenador- Adjunto de Controle Interno e o Coordenador- Adjunto de Auditoria Interna, serão nomeados, em comissão, pelo o Procurador- Geral de Justiça, dentre profissionais de nível superior em Contábeis, Economia e/ ou Administração, de reconhecida competência. “ (NR)

### **2.3. Atividades desenvolvidas no Exercício de 2014**

Em 2014, a Assessoria de Controle Interno deu continuidade às atividades executadas ao longo do exercício de 2013, incorporando outras decorrentes de suas atribuições constantes da no parecer de auditoria do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em síntese, foram realizadas as seguintes tarefas:

- Exame prévio dos valores estabelecidos como médio e máximo para as licitações, ainda na fase interna, originados dos preços coletados por meio de pesquisa realizada pelas unidades interessadas na aquisição, de forma a adequá-los aos preços praticados por outros entes públicos e ao mercado;
- Exame prévio na fase externa da licitação de vantajosidade em contratar com a empresa ganhadora do certame;
- Exame de preço, conformidade e legalidade dos processos de aquisições de materiais, bens e



serviços originadas de adesão, dispensa e inexigibilidade de licitações;

- Exame dos processos de prestação de contas concedidos a servidores e membros para pagamento de diárias, passagens e gratificações;
- Participação na elaboração da Resolução 008/2015 - CPJ qual disciplina a concessão de diárias, ajuda de custo e passagens aos servidores do Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado do Ceará e aos servidores a ele cedidos mediante convênio, revoga a Resolução nº 006/2010, de 10 de novembro de 2010, do Colégio de Procuradores de Justiça, e dá outras providências;
- Participação na elaboração do Provimento 033/2014 que disciplina o uso de veículos automotores oficiais por membros e servidores do Ministério Público do Estado do Ceará, e dá outras providências;
- Participação das reuniões e atividades do Planejamento Estratégico;
- Atendimento das demandas/solicitações decorrentes da inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público para avaliação, regularização das falhas e pendências detectadas;
- Elaboração de relatórios gerenciais das despesas fixas: telefonia, água, combustível, energia e reprografia, bem como o acompanhamento e encaminhamento das informações através de processos ou e-mails para conhecimento da área responsável e/ ou interessado;
- Acompanhamento de vigência dos contratos e Atas de Registro de Preços, garantindo os prazos internos da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, bem como alertando o possível início de licitação com objetivo de resguardar a continuidade dos serviços e/ ou aquisição de bens. No exercício de 2014 foram abertos 133 (cento e trinta e três) processos pela AUDICON alertando o prazo de vigência contratual aos gestores de contrato;
- Utilização do Sistema de Gestão de Contas Corporativas com o fito de monitorar as despesas de telefonia emitindo as informações necessárias quando solicitadas pelas unidades administrativas, promotorias e procuradorias de justiça;
- Utilização do Sistema de Gestão de Combustíveis para acompanhamento do abastecimento da frota de veículos da PGJ/CE;
- Participação na Comissão de levantamento de bens patrimoniais, conforme Portaria nº 4010/2012, realizando visitação as unidades avaliando os bens patrimoniais;
- Apreciação de relatórios exigidos pela LRF;
- Participação nas inspeções e elaboração de pareceres realizadas pela Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP nos estados de Rondônia, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Goiás e Maranhão, bem como a elaboração do parecer conclusivo das inspeções em Sergipe.

No desenvolvimento das atividades acima relacionadas, ao longo do ano de 2014, foi objeto de exame e análise desta AUDICON **380 processos**, que versavam sobre: aquisições de materiais, bens e serviços originadas de licitação, adesão, dispensa e inexigibilidade de licitações, bem como aditivos de prorrogação, reajuste, reequilíbrio econômico financeiro e repactuação.

Ainda no exercício de 2014, orientações informais foram repassadas as secretarias administrativas, a fim de otimizar processos de trabalho sem olvidar da legalidade, moralidade, eficiência, eficácia e economicidade.



## 2.4. Procedimentos Analisados

Em 2014, o Ministério Público do Estado do Ceará realizou 32 procedimentos licitatórios nas seguintes modalidades: 01 Tomada de Preços, 01 pregão presencial e 30 pregões eletrônicos.

Do universo de licitações realizadas em 2014, 100% (cem) procedimentos foram submetidos a exames da Assessoria de Controle e Auditoria Interna, bem como 100% de inexigibilidades, dispensas e adesões.

A partir dos dados apresentados, constata-se que 100% dos valores contratados em 2014 pelo MPCE, mediante procedimento licitatório, foram analisados, sendo as pesquisas de mercado, consideradas em sua maioria compatíveis pela AUDICON, haja vista, os exames em 100% dos procedimentos.

Dentre os procedimentos examinados, para alguns foram recomendadas alterações nas pesquisas de mercado para a licitação, o que resultaram em economia para a Instituição e segurança para o certame.

Dessa forma, além de outros mecanismos legalmente estabelecidos, tem-se que a análise prévia dos valores a serem estabelecidos para os certames constitui-se de uma forma de controle adotada pela Instituição.

## 3. ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

À Assessoria de Planejamento e Coordenação (APC) da Procuradoria Geral de Justiça compete, dentre outras atribuições estabelecidas no art. 13 da Lei 12.482, de 31.07.95, e alterações introduzidas na Lei nº 14.747, de 28.06.2010, assessorar o Procurador-Geral de Justiça nas funções de planejamento, programação e organização, compreendendo a coordenação dos processos de elaboração do Plano Plurianual e Orçamento Anual, definição das Metas e Prioridades do órgão para inserção na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como elaboração e divulgação do Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público.

Além disso, orienta e coordena a elaboração de projetos de interesse da Instituição, financiados com recursos da União e do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará, bem como acompanha a sua execução destes, consolida os relatórios de cumprimento das metas pactuadas, e a prestação de contas dos recursos transferidos, além de promover os ajustes necessários aos respectivos Planos de Trabalho.

### 3.1. Planejamento e Gestão Orçamentária

#### 3.1.1. Plano Plurianual 2012-2015

O Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015 encontra-se estruturado em 02(dois) grandes programas, conforme os objetivos, metas e iniciativas definidas pelo Ministério Público do Ceará.

O primeiro programa - **Gestão e Manutenção da PGJ/ (500)**, demonstrado a seguir, objetiva garantir a plena manutenção e gestão da Procuradoria Geral de Justiça.



O segundo – **Defesa da Ordem Jurídica, da Democracia e dos Interesses Sociais (080)**, estruturado em 02 (dois) objetivos, visa: - implantar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MPCE com a finalidade de criar mecanismos de modernização de software e hardware propiciando celeridade e transparência nos processos judiciais, extrajudiciais e administrativos; - implementar a gestão estratégica do Ministério Público, estabelecendo parcerias com instituições públicas e privadas visando fortalecer a atuação ministerial, no montante constante do quadro abaixo.

### 3.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – Metas e Prioridades do MPCE – 2014

As metas e prioridades para o exercício de 2014 foram encaminhadas ao Poder Executivo/Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, através do ofício nº 229/2013-APC/PGJ, de 17 de abril de 2013, conforme quadro a seguir:

#### EIXO: 07 GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE ÁREA: 26 - ESSENCIAL À JUSTIÇA

Programa	Meta	Região/Quantidade 2014										Iniciativa
		R 01	R 02	R 03	R 04	R 05	R 06	R 07	R 08	R 22		
080 - Defesa da Ordem Jurídica, da Democracia e dos Interesses Sociais	00013 – Implantar e Estruturar Promotorias de Justiças Especializadas até 2015	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	03244 - Implantação e estruturação de Promotorias de Justiça Especializadas
	01847 - Implantar 100% dos projetos estratégicos.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	03245 - Implantação de projetos estratégicos do Ministério Público
080 - Defesa da Ordem Jurídica, da Democracia e dos Interesses Sociais	01848 - Implantar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MPCE.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	03243 - Implantação e estruturação de bens e serviços de Tecnologia da Informação

Na oportunidade, requereu-se a não inclusão do Ministério Público do Estado do Ceará na limitação de gastos com pessoal, classificados na ação “Pessoal – Folha Complementar”, tal como se fez no texto da Lei nº 14.983, de 15/2003, 19/07/2012 – LDO/2013, pelo entendimento de que a medida **restringe o exercício pleno da autonomia do órgão**, consagrada nas Constituições Federal e Estadual.

Contudo, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014 - Nº15.406, 25/07/2013, manteve a restrição imposta desde o exercício de 2010, consoante se observa do art. 65, §5º.

“**Art. 65.** Para efeito da elaboração e execução da despesa de pessoal, os Poderes e órgãos consignarão dotações específicas, distinguindo pagamento da folha normal e pagamento da folha complementar.”

(...)

§ 5º As despesas da folha complementar do exercício vigente não poderão exceder a 1% (um por cento) da despesa anual da folha normal de pagamento de pessoal do ano anterior, em cada um dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário e o **Ministério Público Estadual**, ressalvado o caso previsto no inciso I do § 3º deste artigo, e os definidos em lei específica.” (grifo nosso)



### 3.1.3. Lei Orçamentária/Execução - 2014

O orçamento da Procuradoria Geral de Justiça para o exercício de 2014 (Lei nº 15.495 27.12.2013), demonstrado no quadro a seguir, foi de R\$ 288.792.533,00 (duzentos e oitenta e oito milhões, e setecentos e noventa e dois mil, quinhentos e trinta e três reais), incrementados em R\$ 11.702.173,32 (onze milhões e setecentos e dois mil, cento e setenta e três reais e trinta e dois centavos), totalizando **R\$ 300.494.706,32 (trezentos milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, setecentos e seis reais e trinta e dois centavos)**, visando suprir as despesas de pessoal com os servidores e Promotores de Justiça nomeados, respectivamente, em agosto e setembro/2014.

<b>Consolidado por Programa e PA</b>			
<b>Código</b>	<b>Descrição</b>	<b>Lei</b>	<b>Lei + Créditos</b>
<b>080</b>	<b>DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DA DEMOCRACIA E DOS INTERESSES SOCIAIS</b>	<b>4.833.392,00</b>	<b>2.940.703,72</b>
19870	INSTALAÇÃO DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS	751.967,00	0,00
19874	IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - PGJ	3.000.000,00	1.971.510,00
19865	IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1.081.425,00	969.193,72
<b>500</b>	<b>GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGJ E VINCULADAS</b>	<b>283.959.141,00</b>	<b>297.554.002,60</b>
14255	INSTALAÇÃO DO NÚCLEO DE SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	104.331,00	7.000,00
28950	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	569.625,00	133.540,74
28249	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - FOLHA COMPLEMENTAR - PGJ	1.768.573,00	1.780.199,60
28248	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - FOLHA NORMAL - PGJ	189.729.508,00	201.848.170,68
21671	ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	50.000,00	0,00
28954	REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SEDE CAMBEBA	2.693.000,00	2.638.313,92
28250	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO - PGJ	29.423.744,00	32.653.049,92
00586	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO SUPSEC - MINISTÉRIO PÚBLICO	36.488.462,00	37.374.953,50
28952	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS DE MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA	278.731,00	168.731,00
28941	PAGAMENTO DE MONTEPIO - ATIVO/INATIVO	120.000,00	89.753,36
28251	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DE TI - PGJ	2.254.883,00	2.329.701,27
00617	CONTRIBUIÇÃO PATRONAL AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA	661.236,00	677.556,89
28948	ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO ESPECIAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	1.189.625,00	1.317.714,33
19832	REFORMA, AMPLIAÇÃO, CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1.960.642,00	1.110.642,00
28944	PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	168.800,00	200.452,38
28949	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO	98.000,00	0,00
28945	MANUTENÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL	88.620,00	33.094,59
21460	MANUTENÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	170.000,00	0,00
28946	DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA PGJ	260.600,00	152.100,00
28943	APOIO AO ESTÁGIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	2.697.900,00	2.144.558,50
00444	PAGAMENTO DA PARCELA AUTÔNOMA DE EQUIVALÊNCIA - PAE - PGJ	13.182.861,00	12.894.469,92
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>288.792.533,00</b>	<b>300.494.706,32</b>

Fonte: SIOF/SEPLAG



No que tange às ações cujas dotações foram anuladas, destaca-se:

- **INSTALAÇÃO DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS** – Orçada em R\$ 751.967,00, com a finalidade de subsidiar determinação do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP na inspeção realizada neste órgão, concluída em abril/2013, no que tange à instalação de Promotorias de Justiça Especializadas. Contudo, estuda-se a possibilidade de redimensionar algumas promotorias com atribuições gerais evitando-se a criação de novas unidades. Essa matéria ainda não fora apreciada pelo órgão colegiado.
- **ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** – Orçada em R\$ 50.000,00, com a finalidade de apoiar suas atividades.
- **MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO** – Orçada em R\$ 98.000,00, com a finalidade de viabilizar a manutenção das atividades desenvolvidas pelo GAECO, relativamente à manutenção do Sistema Guardiã. Ocorre, porém, que em 2014 os Promotores de Justiça submeteram proposta de aquisição de um novo sistema de interceptação telefônica, mais ágil e eficiente, no valor de R\$ 790.412,00, tendo em vista que o atual, já obsoleto, apresentava problemas recorrentes, prejudicando os trabalhos demandados à Instituição. Contudo, face à indisponibilidade orçamentária, a efetiva aquisição fora transferida para o exercício seguinte.
- **MANUTENÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** – Orçada em R\$ 170.000,00, com a finalidade de viabilizar a reestruturação do órgão, recomendada pelo CNMP, relativamente a espaço físico e quadro de pessoal. Considerando que o impacto orçamentário ocorrerá, não apenas no grupo “outras despesas correntes”, mas nos gastos com pessoal e encargos sociais, é que o referido projeto não fora implantado no exercício de 2014, sendo transferido para 2015, condicionando-se sua implantação ao incremento de recursos orçamentários, bem como à análise do impacto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 3.1.3.1 Execução por Programa e Fonte de Recursos

Consolidado por Programa e Fonte de Recursos				
Código	Descrição	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
080	DEFESA DA ORDEM JURÍDICA, DA DEMOCRACIA E DOS INTERESSES SOCIAIS	2.940.703,72	2.492.241,10	84,75
00	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.420.703,72	2.113.822,77	87,32
82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	450.000,00	368.233,05	81,83
88	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS PRIVADOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	70.000,00	10.185,28	14,55
500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PGJ E VINCULADAS	297.554.002,60	296.641.813,46	99,69
00	RECURSOS ORDINÁRIOS	294.354.002,60	294.000.022,14	99,88
01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	2.400.000,00	2.400.000,00	100,00
82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	800.000,00	241.791,32	30,22
<b>Total Geral</b>		<b>300.494.706,32</b>	<b>299.134.054,56</b>	<b>99,55</b>

Fonte: SIOF/SEPLAG



Observa-se que o Programa 080 – Defesa da Ordem Jurídica, da Democracia e dos Interesses Sociais, atingiu 84,75% de execução (R\$ 2.492.241,10), enquanto o Programa 500 – Gestão e Manutenção da PGJ e Vinculadas, registrou índice mais elevado, 99,69% do previsto (R\$ 296.641.813,46).

No que tange à execução por fonte de recursos, verifica-se que do montante orçado nas fontes 00/01, R\$ 296.754.002,60, foram empenhados R\$ 298.513.844,91, representado 99,41%. A execução da fonte 82, R\$ 610.024,37, alcançou 48,82% do previsto (R\$ 1.250.000,00), em razão da frustração de receitas de projetos cadastrados no Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV (propostas nº 063533/2013 e 030608/2013), cujo repasse seria de R\$ 1.066.270,00 (Hum milhão, sessenta e seis mil, duzentos e setenta reais), com execução até o final de 2014. Registre-se, ainda, a expectativa de se obter parceria com órgãos privados (fonte 88), visando a realização de eventos institucionais, o que não se concretizou como esperado, resultando na execução de 14,55% do estimado.

### 3.1.3.2 Execução por Grupo de Despesa

A execução orçamentária por grupo de despesa, no valor de R\$ 299.134.054,56, registrou índice elevado, **99,55%**, do previsto que foi de R\$ 300.494.706,32, sobretudo em função dos gastos com “pessoal e encargos sociais”, bem como de “outras despesas correntes”.

#### Consolidado por Programa e Fonte de Recursos

Código	Descrição	Lei + Cred.	Empenhado	% Emp.
31	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	254.575.350,59	254.573.350,55	100,00
33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.633.889,81	39.017.402,13	98,44
44	INVESTIMENTOS	6.285.465,92	5.543.301,88	88,19
<b>Total Geral</b>		<b>300.494.706,32</b>	<b>299.134.054,56</b>	<b>99,55</b>

Fonte: SIOF/SEPLAG

### 3.2. Gestão Fiscal

A Lei Complementar 101 dispõe em seu artigo 20º, inciso II, que os gastos com despesas de pessoal do Ministério Público não poderão ultrapassar 2% da Receita Corrente Líquida.

Além do limite máximo, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece, também, um limite prudencial, que ocorre quando se atinge 95% do limite máximo, sujeitando o órgão a uma série de restrições caso atinja esse o limite.

O relatório de gestão fiscal do Ministério Público do Ceará, dos 03(três) quadrimestres do exercício de 2014, cuja elaboração está sob a responsabilidade da Assessoria de Planejamento e Coordenação, juntamente com a Secretaria de Finanças e Coordenadoria de Controle e Auditoria Interna, consta do quadro abaixo:

RGF	DTP	RCL	% DTP/RCL	DJ
1º QUAD/2014	209.212.269,12	13.782.967.945	1,52	29/05/2014
	206.713.933,64		1,50	11/08/2014(*)



2º QUAD/2014	216.855.357,52	14.150.077.861	1,53	29/09/2014
3º QUAD/2014	230.413.353,85	14.394.882.433	1,60	29/01/2015 e 09/02/2015 <sup>(1)</sup> <sup>(2)</sup>
		14.418.477.504		29/04/2015 <sup>(3)</sup>

(1) Republicado por incorreção

(2) Dados preliminares da RCL

(3) Dados definitivos da RCL

### 3.3. Portal da Transparência

As informações do Ministério Público do Ceará lançadas no Portal da Transparência obedecem ao Manual da Transparência, de que trata o art. 5º §4º da Resolução CNMP nº 86/2012, elaborado com a finalidade de orientar e padronizar a divulgação de informações sobre a execução orçamentária, financeira e administrativa de todo o Ministério Público brasileiro.

Os dados relativos ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Relatório de Gestão Fiscal, bem como dos convênios, acordos e parcerias firmados com o Ministério Público do Ceará, de responsabilidade da Assessoria de Planejamento e Coordenação, foram inseridos na forma indicada no respectivo manual.

### 3.4. Convênios/Acordos de Cooperação/Termos

Os convênios, acordos, termos de parcerias, dentre outros instrumentos pactuados entre o MP/CE, através da Procuradoria Geral de Justiça e os diversos parceiros, constam dos quadros “**Convênios, termos e acordos de cooperação numerados pelo MPCE**”, a seguir:

#### Convênios, termos e acordos de cooperação numerados pelo MPCE.

TIPO/NÚMERO	CONVENIENTES	OBJETO
Acordo de Cooperação Técnica Nº 01/2014	PGJ / Departamento de Arquitetura e Engenheiro	Cooperação para elaboração de instrumentos necessários à instrução dos procedimentos licitatórios destinados à construção das sedes das Promotorias de Justiça das comarcas de Maracanaú, de Caucaia, de Quixadá, de Sobral e de Iguatu, por parte do Departamento de Arquitetura e Engenharia – DAE.
Convênio Nº 01/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Capistrano	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Capistrano.
Convênio Nº 02/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Pacajus	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Pacajus.
Convênio Nº 03/2014	PGJ / Câmara Municipal de Pacajus	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Pacajus.
Convênio Nº 04/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Quixelô	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Quixelô.
Convênio Nº 05/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Tarrafas	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Tarrafas.
Convênio Nº 06/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Amarante.



Convênio Nº 07/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Pentecoste	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Pentecoste.
Convênio Nº 08/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Paracuru	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Paracuru.
Convênio Nº 09/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Novo Oriente	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Oriente.
Convênio Nº 10/2014	PGJ / Faculdade Vale do Jaguaribe	O presente convênio tem por objetivo oferecer Estágio Supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para alunos da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 11/2014	PGJ / Centro de Ensino Superior Ratio LTDA	Estabelecer cooperação mútua entre o CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RATIO LTDA e a PGJ/CONCEDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados no CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RATIO LTDA, a realização de estágio junto à PGJ/CONCEDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada. Parágrafo Único – As condições específicas de cada estágio serão estipuladas no termo de Compromisso de Estágio celebrado entre a PGJ/CONCEDENTE, o CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RATIO LTDA e o ESTAGIÁRIO.
Convênio Nº 12/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Farias Brito	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Farias Brito.
Convênio Nº 13/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Jaguaribe	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Jaguaribe.
Convênio Nº 14/2014	PGJ / Associação Brasileira dos Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e Juventude	Apoio da PGJ no sentido de disponibilizar transporte passagens aéreas para os adolescentes que integram o Conselho Consultivo Estadual dos Jovens e Adolescentes da ABMP, para participarem do XXV Congresso Nacional da ABMP, com o tema central “ Justiça Adaptada a criança e adolescentes: diretrizes, integração e procedimentos uniformes”, em Foz do Iguaçu/PR.
Convênio Nº 15/2014	PGJ / Prefeitura municipal de Alto Santo	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Alto Santo.
Convênio Nº 16/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Massapé;	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Massapé.
Convênio Nº 17/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Ibaretama	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Ibaretama.
Convênio Nº 18/2014	PGJ / Faculdade Farias Brito	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Farias Brito.
Convênio Nº 19/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Santana do Cariri	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Santana do Cariri.
Convênio Nº 20/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Missão Velha	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Missão Velha.
Convênio Nº 21/2014	Prefeitura Municipal de Itatira	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Itatira.



Convênio Nº 22/2014	PGJ / Faculdade Vale do Jaguaribe	Estabelecer cooperação mútua entre a Faculdade Vale do Jaguaribe e a PGJ/CONCEDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na FVJ, a realização de estágio junto à PGJ/CONCEDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada. Parágrafo Único - As renovações específicas de cada estágio serão estipuladas no Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre a PGJ/CONCEDENTE, a FVJ e o ESTAGIÁRIO.
Convênio Nº 23/2014	PGJ / Sociedade Universitária de Desenvolvimento Profissionalizante	Estabelecer cooperação mútua entre a FATENE e a PGJ, viabilizando para os alunos matriculados na FATENE a realização de estágio junto à PGJ, propiciando-lhes uma formação profissional adequada.
Convênio Nº 24/2014	PGJ / Universidade Federal do Ceará	Estabelecer cooperação mútua entre a UFC e a PGJ/CONCEDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na UFC, a realização de estágio junto à PGJ/CONCEDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada. Parágrafo Único - As renovações específicas de cada estágio serão estipuladas no Termo de Compromisso de Estágio celebrado entre a PGJ/CONCEDENTE, a UFC e o ESTAGIÁRIO.
Convênio Nº 25/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Freixerinha	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Freixerinha.
Convênio Nº 26/2014	PGJ / Educadora Sete de Setembro LTDA	Estabelecer cooperação mútua entre a Faculdade Sete de Setembro – FA7 e a PGJ/CONCEDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na Faculdade Sete de Setembro – FA7, a realização de estágio junto à PGJ/CONCEDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada.
Convênio Nº 27/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Meruoca	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Meruoca.
Convênio Nº 28/2014	PGJ / Fundação Instituto Delmiro Gouveia para o Desenvolvimento	Apoio da PGJ ao IDG na realização do evento DIREITO 2014 – CONGRESSO JURÍDICO – PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO, DIREITO PENAL E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em Fortaleza-Ceará.
Convênio Nº 29/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Iguatu	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Iguatu.
Convênio Nº 30/2014	PGJ / Instituto Brasileiro de Direitos Humanos	Apoio da PGJ na realização do evento III CURSO BRASILEIRO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS: IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO, a ser realizado no período de 1º a 12 de setembro de 2014, no Centro de Convenções do Hotel Blue Tree, em Fortaleza/Ceará, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, em parceria com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos.
Convênio Nº 31/2014	PGJ / Faculdade São Francisco da Paraíba	Estágio Supervisionado não-obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Faculdade São Francisco da Paraíba, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 32/2014	Faculdade São Francisco da Paraíba	Estabelecer cooperação mútua entre a FACULDADE SÃO FRANCISCO DA PARAÍBA e a PGJ/CONCEDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na FACULDADE SÃO FRANCISCO DA PARAÍBA, a realização de estágio junto à PGJ/CONCEDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada.
Convênio Nº 33/2014	PGJ / Câmara Municipal de Aracati	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Aracati.



Convênio Nº 34/2014	PGJ / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras.	Oferecer estágio supervisionado NÃO OBRIGATÓRIO E REMUNERADO nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da FAFIC Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 35/2014	PGJ / Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras.	Cooperação mútua entre a FAFIC Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras e a PGJ/CONCENDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na FAFIC, a realização de estágio OBRIGATÓRIO E NÃO REMUNERADO junto à PGJ/ CONCENDENTE propiciando-lhes uma formação profissional adequada.
Convênio Nº 36/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Quixeré	Cessão de servidor firmado entre o MPCE e o Município de Quixeré
Convênio Nº 37/2014	PGJ / Universidade Federal de Campina Grande	Realização de estágio supervisionado não obrigatório e remunerado firmado entre a PGJ/CONCENDENTE e a UFCG.
Convênio Nº 38/2014	PGJ / Universidade Federal de Campina Grande	Realização de estágio supervisionado obrigatório e não-remunerado firmando entre a PGJ/CONCENDENTE e a UFCG.
Convênio Nº 39/2014	PGJ / Fundação Universidade Estadual do Ceará	Este convênio tem por objetivo estabelecer cooperação mútua a entre a FUNECE e a PGJ/CONCENDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na Fundação Universidade Estadual do Ceará - FUNECE, a realização de estágio obrigatório e não-remunerado junto à a PGJ/CONCENDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada. As condições específicas de cada estágio serão estipuladas no Termo de Compromisso de estágio celebrando entre a PGJ/CONCENDENTE, a FUNECE e o ESTAGIÁRIO.
Convênio Nº 40/2014	PGJ / Universidade Regional do Cariri	Este convênio tem por objetivo estabelecer cooperação mútua a entre a URCA e a PGJ/CONCENDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na Universidade Regional do Cariri - URCA, a realização de estágio obrigatório e não-remunerado junto à a PGJ/CONCENDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada. As condições específicas de cada estágio serão estipuladas no Termo de Compromisso de estágio celebrando entre a PGJ/CONCENDENTE, a URCA e o ESTAGIÁRIO.
Convênio Nº 41/2014	PGJ / Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO - FAFOR	Este convênio tem por objetivo estabelecer cooperação mútua entre a FAFOR e a PGJ/CONCENDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - FAFOR, a realização de estágio obrigatório e não-remunerado junto à a PGJ/CONCENDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada. As condições específicas de cada estágio serão estipuladas no Termo de Compromisso de estágio celebrando entre a PGJ/CONCENDENTE, a FAFOR e o ESTAGIÁRIO.
Convênio Nº 42/2014	PGJ / Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos	É a conjugação de esforços dos partícipes visando à municipalização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SINDEC, compreendendo a doação de equipamentos previstos no Plano de Trabalho do Convênio Nº 792316/2013/SENACON/MJ, tendo como beneficiária a Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – Procon–Fortaleza, adquiridos com o apoio financeiro disponibilizado pela Secretaria Nacional do Consumidor.



Convênio Nº 43/2014	PGJ / Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON - CAUCAIA	É a conjugação de esforços dos partícipes visando à municipalização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SINDEC, compreendendo a doação de equipamentos previstos no Plano de Trabalho do Convênio Nº 792316/2013/SENACON/MJ, tendo como beneficiária a Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – Procon–Caucaia, adquiridos com o apoio financeiro disponibilizado pela Secretaria Nacional do Consumidor.
Convênio Nº 44/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Cedro	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Cedro.
Convênio Nº 45/2014	PGJ / Procon Municipal de Maracanaú	É a conjugação de esforços dos partícipes visando à municipalização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SINDEC, compreendendo a doação de equipamentos previstos no Plano de Trabalho do Convênio Nº 792316/2013/SENACON/MJ, tendo como beneficiária a Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – Procon–Maracanaú, adquiridos com o apoio financeiro disponibilizado pela Secretaria Nacional do Consumidor.
Convênio Nº 46/2014	PGJ / Faculdade Paraíso do Ceará	Estabelecer cooperação mútua entre a Faculdade Paraíso do Ceará e a PGJ/CONCENDENTE, viabilizando para os alunos regularmente matriculados na FAP, a realização de estágio junto à a PGJ/CONCENDENTE, propiciando-lhes uma formação profissional adequada.
Convênio Nº 47/2014	PGJ / Câmara Municipal de Cascavel	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Cascavel.
Convênio Nº 48/2014	PGJ / Faculdade de Tecnologia do Nordeste	Oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Faculdade de Tecnologia do Nordeste, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 49/2014	PGJ / Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza	Oferecer estágio supervisionado, não obrigatório, remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do MPCE, para alunos da FAMETRO.
Convênio Nº 50/2014	PGJ / Universidade Regional do Cariri	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Universidade Regional do Cariri, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 51/2014	PGJ / Centro Universitário Christus	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos do Centro Universitário Christus, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 52/2014	PGJ / Universidade Vale do Acaraú	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Universidade Vale do Acaraú, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.



Convênio Nº 53/2014	PGJ / Universidade Federal Rural do Semi-Árido	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 54/2014	PGJ / Faculdade Juazeiro do Norte	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Faculdade Juazeiro do Norte, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 55/2014	PGJ / Faculdade Paraíso do Ceará	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Faculdade Paraíso do Ceará – FAP/CE, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 56/2014	PGJ / Faculdade Vale do Salgado	Oferecer estágio supervisionado, não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do MPCE, para os alunos da Faculdade Vale do Salgado - FVS.
Convênio Nº 57/2014	PGJ / Universidade Federal do Ceará	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Universidade Federal do Ceará - UFC, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 58/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Ocara	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Ocara.
Convênio Nº 59/2014	PGJ / Faculdade Cearense	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado, não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Faculdade Cearense, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 60/2014	PGJ / Instituto Brasileiro de Direito de Família	O presente convênio tem por objeto o apoio da PGJ na realização do evento “Simpósio de Direito de Família 2014”, a ser realizado no dia 21 de novembro de 2014, no auditório da Defensoria Pública do Estado do Ceará, em Fortaleza/Ceará.
Convênio Nº 61/2014	PGJ / Faculdade de Tecnologia Informática	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado, não-obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Faculdade de Tecnologia Informática - FATI, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.



Convênio Nº 62/2014	PGJ / Instituto de Ensino Superior de Fortaleza	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado, não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos do Instituto de Ensino Superior de Fortaleza - IESF, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 63/2014	PGJ / Faculdade de Ciências Tecnológicas de Fortaleza	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado, não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Faculdade de Ciências Tecnológicas de Fortaleza - FCTFOR, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 64/2014	PGJ / Federação do Movimento Comunitário do Pirambu	O presente convênio tem por objeto a conjunção de esforços para instalação, manutenção e funcionamento de um Núcleo de Mediação Comunitária do Ministério Público, nos termos da Resolução nº 01/2007 e do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como das suas posteriores alterações e de outros atos normativos que forem posteriormente editados para fiel cumprimento da presença avença.
Convênio Nº 65/2014	PGJ / Sociedade Universiária de Desenvolvimento Profissionalizante	O presente convênio tem por objeto a conjunção de esforços para instalação, manutenção e funcionamento de um Núcleo de Mediação Comunitária do Ministério Público, a ser implantado nas dependências da Faculdade de Tecnologia do Nordeste – FATENE, nos termos da Resolução nº 01/2007 e do art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como das suas posteriores alterações e de outros atos normativos que forem posteriormente editados para fiel cumprimento da presença avença.
Convênio Nº 66/2014	PGJ / Centro Universitário Estácio do Ceará	O presente convênio tem por objetivo oferecer estágio supervisionado, não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos do Centro Universitário Estácio do Ceará - FIC, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Convênio Nº 67/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Jati	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Jati.
Convênio Nº 68/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Uruoca	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Uruoca.
Convênio Nº 69/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Russas	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça da Comarca de Russas.
Convênio Nº 70/2014	PGJ / Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	Oferecer estágio supervisionado, obrigatório, não remunerado, nos termos especificados em anexo.
Convênio Nº 71/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Palhano	Cessão de Servidor para prestar serviço na Promotoria de Justiça de Palhano.
Convênio Nº 72/2014	PGJ / Prefeitura Municipal de Ererê	Cessão de servidor para prestar serviços na Promotoria de Justiça de Ererê.
Convênio Nº 73/2014	PGJ / Câmara Municipal de Fortaleza	Veiculação do Programa MINISTÉRIO PÚBLICO EM AÇÃO, na grade de programação da TV Fortaleza.



Convênio Nº 74/2014	PGJ / Associação Terre des Hommes/Lausanne no Brasil	Conjunção de esforços para a continuidade do projeto PRÁTICAS RESTAURATIVAS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS, iniciado por meio do CV nº 57/2013.
Convênio Nº 75/2014	PGJ / Universidade de Fortaleza	Estabelecer cooperação mútua entre a UNIFOR e a PGJ, viabilizando para os alunos regularmente matriculados naquela Universidade a realização de estágio junto à PGJ, propiciando-lhes uma formação profissional adequada. As condições específicas de cada estágio serão estipuladas em Termo de Compromisso de Estágio.
Convênio Nº 76/2014	PGJ / Faculdade Ateneu	Oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da FATE.
Convênio Nº 77/2014	PGJ / Universidade de Fortaleza	Estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da UNIFOR.
Convênio Nº 78/2014	PGJ / Faculdade Sete de Setembro	Oferecer estágio supervisionado não obrigatório e remunerado nos órgãos que compõem a estrutura do Ministério Público do Estado do Ceará, para os alunos da Faculdade Sete de Setembro – FA7, a fim de que estes tenham a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos e desenvolver habilidades práticas e teóricas significativas para o aperfeiçoamento profissional em suas áreas de graduação.
Acordo de Cooperação Técnica	PGJ / Expresso Guanabara S.A.	Parceria entre o MPCE e a empresa Expresso Guanabara para divulgação da CAMPANHA NÃO DÊ ESMOLA A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RUA, de forma a ampliar o seu alcance, viabilizando, em processo contínuo e eficaz, divulgação da problemática, mediante políticas de sensibilização, orientação de cidadãos.
Acordo de Cooperação Técnica	PGJ / Secretaria Nacional de Justiça	Cooperação Técnica e Operacional entre os partícipes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e ações de interesse comum, voltados para o treinamento de recursos humanos, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro PNLD. As ações serão cumpridas nos termos do PT, instrumento integrado ao Acordo de Cooperação Técnica.
Acordo de Cooperação Técnica	PGJ / Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Tocantins	Regulamentar cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias Ministério Público do Estado de Tocantins e Ministério Público do Estado do Ceará.
Acordo de Cooperação Técnica	PGJ / Secretaria Municipal de Educação de Caucaia	Implantação do Programa de Mediação Escolar, provendo o aporte técnico necessário à capacitação de gestores, professores, profissionais de ensino e alunos para atuarem como mediadores em situações de conflito que surjam no ambiente escolar e nas dependências dos órgãos públicos municipais.
Acordo de Cooperação Técnica	PGJ / Universidade de Estudos de Roma Tor Vergata	Tem por objetivo o desenvolvimento da formação dos membros do Ministério Público do Estado do Ceará, através da cooperação técnica, científica e acadêmica, por meio da participação em cursos intensivos relacionados às áreas de atuação do Ministério Público, junto à Universidade de Estudos de Roma Tor Vergata, podendo incluir cursos de aperfeiçoamento, extensão, além de palestras, seminários e outros programas de curta duração.
Convênio de Cooperação Técnica	PGJ / Agencia Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará	Convênio de Cooperação Técnica e intercâmbio de informações que entre si celebram MPCE e ARCE



Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	PGJ / Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos	Tem por objeto a implantação do sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC na Secretaria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON-FORTALEZA, compreendendo a autorização de uso do software licenciado pela União ao Estado do Ceará, a realização de cursos e treinamentos para sua aplicação, que possibilitem o registro, armazenamento e compartilhamento da base de dados municipal de demandas de consumo com as bases estadual e nacional, resultando, inclusive, na elaboração dos Cadastros Estadual e Nacional de Reclamações Fundamentadas, dentre outras ações que promovam políticas públicas integradas para a defesa do consumidor.
Protocolo de Inteções	PGJ / Procuradoria da República no Estado do Ceará	Tem por objetivo estimular a implantação do Projeto MINISTÉRIO PÚBLICO PELA EDUCAÇÃO - MPEDUC - em municípios do Estado do Ceará, mediante a atuação conjunta entre promotores de Justiça e procuradores da República.
Termo de Cessão de Uso de Bem Público	PGJ / Município de Fortaleza - Secretaria Executiva Regional III	Termo de Cessão de Uso de Bem Público - dirigido à instalação, à manutenção e ao funcionamento do Núcleo de Mediação Comunitária do Antônio Bezerra.
Termo de Cessão De Uso	PGJ / Secretaria de Turismo do Estado do Ceará	Propriedade do estado do Ceará que se encontram sob a jurisdição e posse da CEDENTE, no Centro de Eventos do Estado do Ceará.
Termo de Cooperação Operacional	PGJ / Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Termo de Cooperação Operacional Sistema Consumidor Vencedor-Alimentação e o uso compartilhado do sítio de internet e do sistema Consumidor Vencedor pelos Ministérios Públicos signatários, bem como a interoperabilidade de dados relativos à atividade fim ministerial pertinente, observado o Modelo Nacional de Interoperabilidade MNI, viabilizando o intercâmbio de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais, provisórias ou definitivas, e termos de ajustamento de conduta obtidos na atuação do Ministério Público na defesa do consumidor, nos Estado do Rio de Janeiro e do Ceará, e propiciando a disponibilização de tais informações para a sociedade, através do sítio de internet supramencionado, com a manutenção de um canal específico para o recebimento das notícias dos consumidores acerca do descumprimento das decisões e compromissos de conduta disponibilizados para consulta.
Termo de Cooperação Técnica	PGJ / Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região	Intercâmbio de ações e difusão de informações, visando ao aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do Setor Pesqueiro no Estado do Ceará, a defesa da ordem jurídica, do interesse público e a prevenção de fraudes no processo de implementação dessas políticas sociais, especialmente na concessão do seguro-desemprego da pesca e no acesso às linhas de financiamento disponíveis, bem como a responsabilização administrativa, civil, trabalhista e penal dos agentes infratores pelos danos causados.
Termo de Cooperação Técnica Operacional	PGJ / Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará	Visando o desenvolvimento de atividades conjuntas para realização dos eventos “CARAVANA TCM DA CIDADANIA”, a fim de possibilitar a participação e a contribuição, no que couber, da Ouvidoria do Ministério Público nos referidos eventos, assim como no projeto de educação sobre controle social dedicado à comunidade estudantil.
Termo de Cooperação Técnica Nº 08/2014	Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça/PGJ	Adesão ao Sistema de Solução Alternativa de Conflitos CONSUMIDOR.GOV.BR, mantido pela SENACON por meio de plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados.



Termo de Cooperação Técnica Nº 15/2014	PGJ / Ministério da Justiça/Secretaria da Reforma do Judiciário	Conjunção de esforços dos partícipes no sentido de desenvolvimento de uma política de resolução apropriada de disputas, contemplando a realização de cursos de sensibilização, cursos de aperfeiçoamento em técnicas e outros cursos de mediação, conciliação e negociação de conflitos, a publicação de materiais pertinentes e a promoção de uma cultura de harmonização social.
Acordo de Cooperação Técnica	Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará / PGJ	Integração e compartilhamento de serviços da rede governamental, contratados pela SEPLAG junto à OI Móvel S/A, correspondente à comunicação de dados, e internet, conforme extrato de contrato nº 14/2010 DJ 20/05/2010.
Termo de Cooperação Técnica Nº 40/2014	Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais / PGJ	Termo de Cessão a título gratuito do software SISTEMA DE OUVIDORIA ao MP-CE, permitindo-se a adaptação do sistema às suas necessidades internas, com acompanhamento recíproco das atualizações tecnológicas promovidas pelos partícipes.
Convênio Nº 06.2014	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO / PGJ	Cessão de uso de área aeroportuária de propriedade da União e que se encontra sob a jurisdição e posse da INFRAERO, situada no Aeroporto Internacional Pinto Martins em Fortaleza. Publicação DOU 16/06/2014.
CONVÊNIO Nº 186/2014	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará / PGJ	Disciplinar o acesso e a utilização do portal de serviços e-SAJ pelos membros do Ministério Público atuem nos feitos eletrônicos em tramitação perante o Poder Judiciário do Estado do Ceará, em quaisquer instância.
CONVÊNIO Nº 194/2014	Tribunal de Justiça do Estado do Ceará / PGJ	Cessão recíproca de servidores do Tribunal de Justiça e do Ministério Público ambos do Estado do Ceará.

### 3.5 Outras atividades

- ✓ Elaboração de estudos de impacto orçamentário e financeiro dos Projetos de Lei de interesse do Ministério Público, objetivando demonstrar a viabilidade orçamentária, e o impacto estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal (art.20);
- ✓ Participação das 1ª (10 a 11/04/2014), 2ª (13 A 14/08/2014) e 3ª (21 a 22/10) reuniões do Fórum Nacional de Gestão – FNG, instituído pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

**Objetivo do FNG:** promover o debate, estudo, análise, discussão, harmonização, articulação e implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade fim do Ministério Público Brasileiro.

**Integrantes do FNG:** 02(dois) representantes de cada uma das unidades do Ministério Público da União e dos Estados, sendo 01(um) membro e 01(um) servidor, os Secretários de Gestão Estratégica e de Administração do CNMP, sendo presidido por um Conselheiro do CNMP integrante da Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo (Portaria CNMP-PRES. Nº 25/2012, de 23.03.2012).

## 4. NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS

O Núcleo de Gerenciamento de Projetos, reestruturado a partir da edição do Provimento 169/2012, de 10 de outubro de 2012, é composto por assessores, diretores, coordenadores, secretários e gerentes que constituem as unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, tendo à frente a Procuradora de Justiça Sheila Cavalcante Pitombeira.



Depois de elaborados pelos Centros de Apoio Operacional, a partir das demandas coletadas durante o Fórum Social do Ministério Público 2013, é chegada a hora de implementar os Planos Específicos de Atuação 2014-2015.

Para tanto, além das reuniões mensais com os Coordenadores de Centro de Apoio, o **Núcleo de Gerenciamento de Projetos** operou, durante o ano de 2014, um cronograma de encontros no interior do estado, pelos quais estariam contempladas todas as 09 (nove) Unidades Regionais que compõem este Ministério Público.

E, assim, a depender de com quais Unidades Regionais estariam mais afinados quais Planos Específicos de Atuação, também pensando nos custos e na objetividade dos encontros, foram constituídos diferentes elencos de órgãos e gestores, das áreas meio e fim, da Ouvidoria e até da Corregedoria Geral, nos locais e datas abaixo discriminados:

MARACANAÚ	CAUCAIA	QUIXADÁ	ARACATI	CRATO	SOBRAL
5ª UR	6ª UR	3ª UR	4ª UR	1ª e 2ª UR's	7ª, 8ª e 9ª UR's
30.05.14	18.07.14	01.08.14	12.09.14	10.10.14	31.10.14
CAOCC CAOCIDADANIA (ACESSIBILIDADE) CAOCIDADANIA (MORADIA) CAODPP CAOPIJ SETIN	OUVIDORIA CAOCC CAOCIDADANIA (EDUCAÇÃO) CAOCIDADANIA (SAÚDE) CAOCRIM CAOMACE SERH	OUVIDORIA CAODPP CAOFURP CAOPEL CAOPIJ SEAD	CAOCC CAOCIDADANIA (MORADIA) CAOFURP CAOPIJ SEAD	CGMP CAOCIDADANIA (ACESSIBILIDADE) CAOCIDADANIA (SAÚDE) CAOCRIM CAOMACE CAOPEL CAOPIJ SETIN	CGMP CAOCIDADANIA (EDUCAÇÃO) CAOPEL

Os reportados encontros objetivavam ainda dar continuidade ao desígnio institucional de uma permanente interlocução, iniciada no ano de 2013, por ocasião do Fórum Social, com os Promotores de Justiça, em especial aqueles lotados no interior. Não obstante, os Promotores de Justiça da Comarca de Fortaleza tiveram igualmente a oportunidade, no dia 25 de novembro de 2014, de discutir ações necessárias à efetiva execução, no âmbito da capital, dos Planos Específicos de Atuação.

Outras deliberações saídas da Semana do Ministério Público 2013, e que determinaram as atividades do Núcleo de Gerenciamento de Projetos em 2014, foram a criação do Selo Siará – Selo Institucional de Avaliação de Resultados Anuais (Ato Normativo 008/2014), bem como dos Grupos de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público (Provimento 072/2014) e de Promoção ao Saneamento Ambiental (Provimento 073/2014), constituídos de membros das três entrâncias ministeriais.

O Selo Siará se configura num instrumento destinado à certificação de órgãos de execução, auxiliares e administrativos que, de fato, executem ações prioritárias constantes dos planos de atuação programados para cada exercício, podendo dele participar todas as unidades ministeriais. Antes, no entanto, ponderou-se importante ofertar aos servidores, ministrado por servidores – analistas ministeriais das áreas de Administração e Ciências Econômicas – o Curso Noções Básicas de Gestão de Projetos e Processos.

O Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público vêm amadurecendo no sentido de pensar suas atividades de modo a não interferir na competência das Promotorias de Justiça, principalmente as das comarcas do interior.

Já o Grupo de Atuação Especial de Promoção ao Saneamento Ambiental avança a passos largos desde a assinatura de Acordo de Cooperação Técnica reunindo órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, bem como entidades públicas e privadas, cujo objetivo é empreender esforços, estabelecer diretrizes, metas e responsabilidades para estruturação das políticas públicas de saneamento básico no Ceará, nas esferas estadual e municipais, com foco na universalização dos serviços de esgotamento sanitário, calcado no marco regulatório da Lei Federal nº 11.445/2007 e tendo a Região Metropolitana do Cariri como área de atuação piloto.

Os trabalhos do grupo formado por assessores, diretores, coordenadores, secretários e gerentes das unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça constituíram a elaboração de Termo de Referência voltado à contratação de empresa que orientará a estruturação do ciclo do Planejamento Estratégico 2015-2020. A fase de cotação de preços se encontra no aguardo de propostas.

Pelo Banco Nacional de Projetos, do Conselho Nacional do Ministério Público, foram cadastrados dois projetos do Ministério Público do Estado do Ceará:

- Projeto Fluxogramas, voltado ao perfilamento de padrões organizacionais, donde já resultaram o Manual Básico para Atuação do Promotor de Justiça, o Manual Básico para Atuação do Técnico Ministerial e os Fluxogramas de Rotinas e Procedimentos Administrativos;
- Projeto Fórum Social, o debate e a deliberação da sociedade acerca de suas demandas mais prementes, conduzindo as ações a serem priorizadas pela Instituição quando da elaboração de seu Planejamento Estratégico.

E, por fim, entre os dias 10 e 12 de dezembro de 2014, a quinta edição da Semana do Ministério Público, cuja programação segue diversificando temáticas e atividades, conforme se pode observar na ilustração abaixo.



## 5. SECRETARIA DE FINANÇAS

A Secretaria de Finanças compete planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades próprias do sistema gestor de orçamento e finanças.

### 5.1. ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

#### 5.1.1 - FDID

- Apoio contábil e financeiro na execução do TDCO firmado entre o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará e a Procuradoria Geral de Justiça;
- Apoio contábil e financeiro na análise das prestações de contas parciais e finais do TDCO firmado com o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM) e com o Centro de Convivência Mão Amiga, entidade sem fins lucrativos;
- Apoio contábil e financeiro na execução do orçamento do FDID (empenho, liquidação e pagamento de despesa)
- Elaboração dos demonstrativos financeiros mensais e trimestrais e da conciliação bancária;
- Prestação de contas gestão a ser enviada ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará;
- No exercício financeiro de 2014 o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará apresentou o seguinte demonstrativo financeiro:

Saldo em 31/12/2013	5.633.275,72
<b>(+) Receitas arrecadadas:</b>	<b>7.640.686,99</b>
Depósitos	6.699.039,42
Rendimentos Financeiros	941.647,57
<b>(-) Despesas dos Projetos:</b>	<b>422.445,88</b>
PGJ	332.864,70
Estorno de Receitas	10.881,68
MÃO AMIGA	59.000,00
ARTE CULTURAL	19.699,50
<b>Saldo em 31/12/2014</b>	<b>12.851.516,83</b>

- ✓ A receita do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará foi de aproximadamente 136% (cento e trinta e seis por cento) do saldo existente em 2013;
- ✓ A execução das despesas representou aproximadamente 6% (seis por cento) das receitas arrecadadas em 2014.

#### 5.1.2 – SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



- ✓ Prestação de Contas do **Convênio nº 309/2009**, no valor de R\$ 807.423,00 (oitocentos e sete mil quatrocentos e vinte e três reais), firmado com a SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, como o objetivo de criação e estruturação dos núcleos de gênero do Ministério Público nas comarcas de Fortaleza, Juazeiro do Norte e Sobral e efetivação da Lei Maria da Penha, inclusive sua prorrogação.

### 5.1.3 – SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

- ✓ Execução do **Convênio nº 792316**, no valor de R\$ 631.746,00 (seiscentos e trinta e um mil setecentos e quarenta e seis reais), firmado com o Ministério da Justiça - SENACON, com o objetivo de fortalecer e expandir os órgãos de defesa do consumidor no Estado do Ceará.

### 5.1.4 – PARECERES TÉCNICOS

- ✓ Extratos e Demonstrativos mensais para fins de controle e acompanhamento interno;
- ✓ Cumprimento do calendário de entrega das informações contábil/financeira aos Órgãos de fiscalização e de controle;
- ✓ Despachos sobre disponibilidade financeira para compras e serviços no fulcro no artigo 24, inciso I e II e artigo 24, nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitação;
- ✓ Execução Orçamentária com realinhamento dos programas/ações inicialmente planejados;

## 5.2. EXECUÇÃO FINANCEIRA – OPERACIONALIZAÇÃO

- ✓ Confecção de 2.845 notas de empenho (NE), ou seja, 2.845 procedimentos administrativos transitaram pela Secretaria de Finanças no exercício de 2014, uma média de aproximadamente 11 (onze) processos por dia. Um aumento de 18% com relação ao exercício de 2013.
- ✓ Liberação de 6.831 notas de pagamentos (NP), um aumento de aproximadamente 17% com relação ao exercício anterior.
- ✓ Análise em 40 prestações de contas de suprimento de fundos.
- ✓ Classificação contábil em 2.845 processos administrativos.
- ✓ Controle das notas de empenho (NE) por ordem cronológica.
- ✓ Controle, supervisão e orientação sobre procedimentos financeiros.
- ✓ Despachos nos procedimentos administrativos quanto à disponibilidade financeira.
- ✓ Informações a órgãos externos.
- ✓ Informações à Prefeitura Municipal de Fortaleza e ao Instituto de Previdência Social quanto aos recolhimentos do ISS e INSS das notas fiscais dos serviços prestados por terceiros - pessoas físicas e pessoas jurídicas.
- ✓ Identificação de déficit's e/ou superávit's orçamentários.
- ✓ Solicitação e remanejamento de recursos.
- ✓ Identificação dos valores mensais para solicitar a fixação de recursos.
- ✓ Emissão de declarações mensais para a Prefeitura Municipal de Fortaleza.
- ✓ Conciliação das contas de convênios das fontes 82 e 88 para a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.

**Objetivo:**

- Melhorar o gerenciamento dos recursos financeiros

### 5.3. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

- ✓ Introdução de formulários e planilhas.
- ✓ Cumprimento do calendário de entrega das informações contábil/financeira aos Órgãos fiscalizadores e de controle.
- ✓ Identificação das principais atécnicas detectadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará para evitar/eliminar reincidências.
- ✓ Confecção e gerenciamento das informações para o Portal da Transparência;
- ✓ Acompanhamento e aplicação do saldo da conta do duodécimo;
- ✓ Conciliação bancária diária da conta do duodécimo.

**Objetivo:**

- Aperfeiçoar as ações de execução financeira visando à otimização do desempenho funcional e a maior rentabilidade dos recursos financeiros destinados a esta Procuradoria Geral de Justiça.

### 5.4. DECLARAÇÕES PARA A RECEITA FEDERAL

- DIRF Anual - foi procedida à elaboração da DIRF-2014 referente ao exercício de 2013.

### 5.5. CUMPRIMENTO DO ORÇAMENTO

**PROJETO/ATIVIDADE: 19832 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, AQUISIÇÃO E EQUIPAMENTO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS DO MP**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.36/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PF	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0001	OUTROS SERV DE TERCEIROS PJ	60.000,00	4.599,69	55.400,31
4.4.90.51/0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00	66.334,28	33.665,72
4.4.90.61/0000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52/0000	MATERIAL PERMANENTE	950.642,00	937.546,40	13.095,60
<b>TOTAL</b>		<b>1.110.642,00</b>	<b>1.008.480,37</b>	<b>102.161,63</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 14.255 - IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52/0000	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE	7.000,00	0,00	7.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>7.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.000,00</b>



**PROJETO/ATIVIDADE: 19870 - INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADAS NA CAPITAL E INTERIOR**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.36/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PF	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28941 - MONTEPIO - ATIVO/INATIVO**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.93/0000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	89.753,36	69.753,36	20.000,00
3.3.90.92/0001	EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>89.753,36</b>	<b>69.753,36</b>	<b>20.000,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 19865 - IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.30/0000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32/0000	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	449.193,72	449.193,72	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>449.193,72</b>	<b>449.193,72</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28946 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDOR - PGJ**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.36/0000	OUTROS SERV TERCEIROS - PF	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	152.100,00	122.424,70	29.675,30
<b>TOTAL</b>		<b>152.100,00</b>	<b>122.424,70</b>	<b>29.675,30</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28954 - REFORMA DA SEDE NO CAMBEBA**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.36/0001	OUTROS SERV TERCEIROS - PF	5.000,00	5.000,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV TERCEIROS - PJ	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51/0000	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.518.313,92	2.518.313,92	0,00
4.4.90.61/0000	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52/0000	EQUIP E MAT PERMANENTE	115.000,00	115.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.638.313,92</b>	<b>2.638.313,92</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28948 - ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO DECOM**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.30/0000	MATERIAL DE CONSUMO	4.436,78	4.436,78	0,00
3.3.90.32/0000	MATERIAL DE DIST GRATUITA	3.332,03	3.332,03	0,00
3.3.90.36/0000	OUTROS SERV TERCEIROS - PF	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV TERCEIROS - PJ	509.945,52	436.945,52	73.000,00
4.4.90.52/0000	MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>517.714,33</b>	<b>444.714,33</b>	<b>73.000,00</b>



**PROJETO/ATIVIDADE: 28944 - PROMOÇÃO E APOIO A EVENTOS DE INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.30/0000	MATERIAL DE CONSUMO	176.268,14	176.268,14	0,00
3.3.90.32/0000	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	24.184,24	24.184,24	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>200.452,38</b>	<b>200.452,38</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 19874 - IMPLANTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE TEC DA INFORMAÇÃO - PGJ**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
4.4.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	112.000,00	112.000,00	0,00
4.4.90.52/0000	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE	1.859.510,00	1.552.629,05	306.880,95
<b>TOTAL</b>		<b>1.971.510,00</b>	<b>1.664.629,05</b>	<b>306.880,95</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28943 - APOIO A ESTAGIÁRIOS DO MP**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.36/0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	2.140.648,16	2.140.648,16	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.851,84	1.851,84	0,00
3.3.90.92/0001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.058,50	2.058,50	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.144.558,50</b>	<b>2.144.558,50</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28945 - IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DOCUMENTAL**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	33.094,59	33.094,59	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>33.094,59</b>	<b>33.094,59</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28251 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA TEC DA INFORMAÇÃO - PGJ**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.30/0000	MATERIAL DE CONSUMO	17.198,40	17.198,40	0,00
3.3.90.34/0001	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	412.473,89	412.473,89	0,00
3.3.90.37/0000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	1.285.478,13	1.285.478,13	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	349.830,00	349.830,00	0,00
3.3.91.39/0001	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	261.724,51	261.724,51	0,00
3.3.91.92/0000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.996,34	2.996,34	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.329.701,27</b>	<b>2.329.701,27</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28952 - ESTRUTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS DE MEDIAÇÃO**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.30/0000	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32/0000	MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	12.000,00	4.495,00	7.505,00
3.3.90.39/0001	OUTROS SERV TERCEIROS - PJ	156.731,00	126.504,18	30.226,82
<b>TOTAL</b>		<b>168.731,00</b>	<b>130.999,18</b>	<b>37.731,82</b>



**PROJETO/ATIVIDADE: 28250 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO PGJ**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.1.90.09/0000	SALÁRIO-FAMÍLIA	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11/0000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	194.154.165,11	194.154.165,11	0,00
3.1.90.92/0000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - PAE	12.894.469,92	12.894.469,92	0,00
3.1.90.92/0001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 1%	1.768.573,00	1.766.573,04	1.999,96
3.1.90.13/0000	CONTRIBUIÇÃO AO INSS	677.556,89	677.556,89	0,00
3.1.91.13/0000	CONTRIBUIÇÃO AO SUPSEC	37.374.953,50	37.374.953,46	0,04
3.1.90.16/0000	AJUDA DE CUSTO	6.776.158,48	6.776.158,48	0,00
3.1.90.91/0001	SENTENÇAS JUDICIAIS	11.626,60	11.626,60	0,00
3.1.90.92/0001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	294.841,39	294.841,39	0,00
3.1.91.92/0002	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.1.90.94/0001	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	317.394,47	317.394,47	0,00
3.1.90.96/0001	RESSARCIMENTO PESSOAL CEDIDO	123.529,98	123.529,98	0,00
3.1.91.96/0000	RESTITUIÇÃO SERVIDOR	182.081,25	182.081,25	0,00
3.3.390.08/000	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	154.220,16	154.220,16	0,00
3.3.90.14/0000	DIÁRIAS CIVIL	2.727.724,57	2.727.724,57	0,00
3.3.90.30/0000	MATERIAL DE CONSUMO	1.973.056,96	1.973.056,96	0,00
3.3.90.32/0000	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	6.191,23	6.191,23	0,00
3.3.90.33/0000	PASSAGENS AEREAS	735.719,33	735.719,33	0,00
3.3.90.36/0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P FÍSICA	827.589,01	827.589,01	0,00
3.3.90.34/0000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	499.744,92	499.744,92	0,00
3.3.90.37/0000	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	8.802.050,33	8.802.050,33	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	6.497.882,24	6.497.882,24	0,00
3.3.90.46/0000	AUXILIO ALIMENTAÇÃO	9.958.659,15	9.958.659,15	0,00
3.3.90.92/0000	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	245.574,33	245.574,33	0,00
3.3.91.39/0000	FERMOJU	61.105,44	61.105,44	0,00
3.3.90.93/0001	INDENIZAÇÕES	129.390,75	129.390,75	0,00
3.3.90.47/0000	IMPOSTOS - IPTU	31.033,05	31.033,05	0,00
3.3.91.47/0001	LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS	3.108,45	3.108,45	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>287.228.400,51</b>	<b>287.226.400,51</b>	<b>2.000,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28949 - ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE COMBATE AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.36/0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52/0000	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**PROJETO/ATIVIDADE: 21671 - ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA GERAL DO MPCE**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.33/0000	PASSAGENS AEREAS	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 21460 - MANUTENÇÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MP**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.39/0000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52/0000	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**PROJETO/ATIVIDADE: 28950 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESMP**

NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA DESPESA	ORÇAMENTÁRIO	EXECUÇÃO	SALDO
3.3.90.14/0000	DIÁRIAS CIVIL	20.000,00	2.338,83	17.661,17
3.3.90.30/0001	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	1.040,99	8.959,01
3.3.90.36/0000	OUTROS SERV TERCEIROS - PF	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39/0000	OUTROS SERV DE TERCEIROS - PJ	80.540,74	71.827,10	8.713,64
3.3.91.92/0001	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52/0000	MATERIAL PERMANENTE	23.000,00	0,00	23.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>133.540,74</b>	<b>75.206,92</b>	<b>58.333,82</b>

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>299.174.706,32</b>	<b>298.537.922,80</b>	<b>636.783,52</b>
--------------------	-----------------------	-----------------------	-------------------

**RESUMO DA EXECUÇÃO:**

O orçamento neste exercício foi cumprido em 99,79% (noventa e nove vírgula setenta e nove por cento). A meta de executar o orçamento foi totalmente cumprida.

Nº	ATIVIDADE	ORÇAMENTO	EXECUTADO	%
1	Construção, Ampliação, Aquisição e Equipamento de Instalações Físicas do MP	1.110.642,00	1.008.480,37	90,80
2	Montepio – Ativo/Inativo	89.753,36	69.753,36	77,72
3	Instalação e Funcionamento de Prom de Justiça Capital e Interior	0,00	0,00	0,00
4	Reforma do CAMBEBA	2.638.313,92	2.638.313,92	100,00
5	Capacitação de Servidor	152.100,00	122.424,70	80,49
6	Manutenção e Funcionamento de TI	2.329.701,27	2.329.701,27	100,00
7	Implantação e Estrutura de Bens e Serviços de Tec da Informação	1.971.510,00	1.664.629,05	84,43
8	Promoção e Apoio a Eventos de Interesse do Ministério Público	200.452,38	200.452,38	100,00
9	Implantação de Projetos Estratégicos do Ministério Público	449.193,72	449.193,72	100,00



10	Implantação do Núcleo de Inteligência do MPCE	7.000,00	0	0,00
11	Estruturação e Manutenção dos Núcleos de Mediação	168.731,00	130.999,18	77,64
13	Pessoal	254.575.350,59	254.573.350,59	100,00
14	Manutenção e Funcionamento Administrativo	32.653.049,92	32.653.049,92	100,00
15	Manutenção e Funcionamento do DECON	517.714,33	444.714,33	85,90
16	Apoio a Estagiários do Ministério Público	2.144.558,50	2.144.558,50	100,00
17	Estruturação e Funcionamento do Grupo de Combate as Organizações Criminosas	0,00	0	0,00
18	Manutenção da Corregedoria Geral do MP	0,00	0	0,00
19	Manutenção da Ouvidoria Geral do MP	0,00	0	0,00
20	Gestão Documental	33.094,59	33094,59	100,00
21	Manutenção e Funcionamento da ESMP	133.540,74	75.206,92	56,32
<b>TOTAL</b>		<b>299.174.706,32</b>	<b>298.537.922,80</b>	<b>99,79</b>

## 5.6. RESTOS A PAGAR

Foram inscritos em Restos a Pagar recursos no valor de R\$ 5.615.838,58 (cinco milhões, seiscentos e quinze mil, oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), dentre as despesas liquidadas e não liquidadas, não pagas no exercício de 2014, representando 1,88% (um vírgula oitenta e oito por cento) do total de despesas executados no exercício.

## 5.7. SUPRIMENTO DE FUNDOS

UNIDADE	NOME DO SUPRIDO	VALOR
SAÚDE PÚBLICA	ISABEL MARIA SALUSTIANO ARRUDA PORTO	2.400,00
DECON - FORTALEZA	RITA DE CASSIA PINHEIRO	2.100,00
CRATÉUS	JOSÉ ARTEIRO SOARES GOIANO	4.000,00
ARACATI	FRANCISCA FRANCINEIDE DE S OLIVEIRA	500,00
CRATO	VIRGINIA SUELY PESSOA ALENCAR	2.000,00
ICÓ	JOÃO INACIO FERNANDES DE SOUSA	2.000,00
CAOCRIM	MA. LAURILENE LIMA MORAIS	700,00
IGUATU	ANTONIO JADER DE ARAÚJO BATISTA	500,00
CAUCAIA	TEREZA VERÔNICA LIMA MINA	1.500,00
JUAZEIRO	ALESSANDRA MAGDA R MONTEIRO	5.000,00
TIANGUÁ	ANA BEATRIZ PEREIRA DE OLIVEIRA E LIMA	1.200,00
GUAIUBA	RAUL CÉSAR SILVA RODRIGUES	200,00
<b>TOTAL</b>		<b>22.100,00</b>

## 5.8. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

5.8.1 – Esta Secretaria de Finanças disponibilizou no Portal da Transparência do MPCE os modelos de relatórios que, em obediência a Resolução nº 86/2012 do CNMP, padronizam a forma de apresentação das informações dos Portais da Transparência do Ministério Público, quais sejam:

✓ Receitas Próprias



- ✓ Detalhamento da Despesa
- ✓ Despesa por Ação Orçamentária
- ✓ Empenho e Pagamentos por Favorecido
- ✓ Despesas com Cartão Corporativo e Suprimento de Fundos;
- ✓ Diárias e Passagens
- ✓ Repasses Previdenciários

5.8.2 – É oportuno informar que todos os dados que servem de base para os relatórios são retirados do S2GPR – Sistema de Gestão Governamental por Resultados de forma manual.

## 5.9. FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO

A Secretaria de Finanças participa do Grupo de Trabalho – GT de Orçamento e Finanças do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público, que em 2014, no Congresso de Gestão, realizado em outubro de 2014, apresentou Minuta de Recomendação do CNMP acerca da implantação do Sistema de Informações de Custos do Ministério Público – SICMP.

## 5.10. REAVALIAÇÃO DE BENS

5.10.1 - Participação na elaboração da Minuta de Provimento para regular a Reavaliação dos Bens do Ministério Público do Estado do Ceará em obediência a Resolução CFC nº 1.137/2008 que aprovou a NBC T 16.10 que culminou com a edição do Provimento nº 149/2014 que dispõe sobre a reavaliação dos bens do Ministério Público do Estado do Ceará.

5.10.2- Conclusão e a entrega do patrimônio do Ministério Público devidamente atualizado e avaliado em conformidade com o disposto no Provimento nº 149/2014, que deverá servir de base para os cálculos das depreciações a partir de 1º de janeiro de 2015.

## 5.11. METAS

5.11.1 - Dotar a Secretaria de Finanças de um sistema contábil e financeiro integrado com as demais áreas de apoio para otimização e melhoria na qualidade das informações:

- ✓ Balanços e Balancetes
- ✓ Portal da Transparência
- ✓ Relatórios Gerenciais
- ✓ Fluxo de Caixa
- ✓ Calendário de pagamento.
- ✓ Relatórios gerenciais.

5.11.2 – Migrar as informações para os relatórios do Portal da Transparência de forma sistêmica.

5.11.3 - Capacitar e treinar os servidores;

5.11.4 – Melhorar as rotinas operacionais relacionadas aos empenhos e pagamentos de fornecedores, objetivando uma maior segurança na liberação de recursos financeiros;



5.11.5 - Manter controle sobre as disponibilidades financeiras repassadas através de duodécimo e seus respectivos rendimentos.

5.11.6 - Aumentar o quadro de servidores da Secretaria de Finanças para atender os aumentos quantitativos dos processos e melhorar qualitativamente os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da despesa pública.

## 6. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Secretaria de Administração, dentro de suas prerrogativas e em atendimento às diretrizes da Instrução Normativa nº. 01/2015, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, buscou no exercício de 2014 aparelhar, solucionar problemas diversos e dar melhores condições de trabalho aos membros e servidores do Ministério Público desta Instituição tanto na capital quanto no interior do Estado.

Muito se fez e ainda se tem feito nesse sentido, merecendo destaque as atividades aqui delineadas.

### 6.1. APOIO ADMINISTRATIVO

✓ Linhas telefônicas novas instaladas no exercício de 2014: 10 linhas, sendo 06 linhas na capital e 04 linhas no interior;

### 6.2. PROTOCOLO

✓ Processos cadastrados e tramitados no exercício de 2014: 34.380 processos.

### 6.3. SETOR DE TRANSPORTES:

No exercício de 2014 muito foi feito no sentido de incentivar a renovação da frota, e utilização de novas tecnologias, sistemas e equipamentos de rastreamento. Esta ação consiste na criação de novos mecanismos, que viabilizem investimentos em novas tecnologias, em programas de qualidade e em equipamentos mais produtivos.

Foram adquiridos dois veículos, sendo: 01 automóvel Toyota Hilux, Pick Up, SW4 e 02 motocicletas Honda CG 150.

### 6.4. DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO:

O Departamento de Material e Patrimônio tem atuado no sentido de atender diversas solicitações oriundas das unidades ministeriais localizadas tanto na capital quanto no interior do Estado.

Nesse ano, o depósito do patrimônio de materiais permanentes foi transferido, junto com o almoxarifado da PGJ/CE, para um galpão alugado próximo ao centro administrativo do Cambéba. Uma estrutura mais ampla e segura para a guarda de materiais permanentes da PGJ/CE, inclusive com vigilância armada 24h e sistema interno de câmeras de vigilância.

Um novo servidor foi alocado nesse Departamento, visando dar mais agilidade no atendimento dos pedidos de materiais permanentes.



Neste período, foram beneficiadas várias Promotorias de Justiças, dentre elas novas sedes. Foram também priorizadas a reestruturação e a substituição dos mobiliários e equipamentos permanentes diversos em várias unidades ministeriais distribuídas pelo Estado.

Até o exercício de 2013 a PGJ possuía 26.405 bens permanentes cadastrados no sistema de patrimônio, correspondendo à R\$ 20.865.702,44.

No exercício de 2014 a PGJ adquiriu 2.878 bens permanentes, correspondendo à R\$ 3.971.825,99, sendo assim distribuídos:

- Total adquirido com mobiliários: 1.134 itens, correspondendo à R\$ 840.712,13;
- Total adquirido com equipamentos de Informática: 1.362 itens, correspondendo à R\$ 2.480.321,86;
- Total adquirido com veículos: 03 veículos, correspondendo à R\$ 184.400,00;
- Total adquirido com equipamentos diversos: 379 itens, correspondendo à R\$ 466.392,00.

## 6.5. DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

Nesse ano, o almoxarifado, junto com o depósito do patrimônio de materiais permanentes da PGJ, mudou-se para um galpão alugado próximo ao centro administrativo do Cambéba, local escolhido devido a sua localização ser próxima à nova sede da PGJ/CE, que está sendo reformada para alocar as unidades administrativas que hoje estão na sede da Rua Assunção.

O espaço do novo almoxarifado ficou mais condizente com a nova realidade do MP/CE, mais amplo e seguro, inclusive equipado com sistema interno de câmeras de vigilância e segurança armada 24h.

Um novo servidor foi designado para chefiar o almoxarifado.

Outro ponto de destaque desse ano foram as realizações de licitações de materiais de consumo e expediente bem elaboradas, no que diz respeito às especificações dos itens, visando melhorar a qualidade dos materiais de seu estoque e diminuir a possibilidade de serem licitados eventuais produtos com qualidades inferiores.

Foi mantido o programa de entrega em todas as comarcas do interior do Estado, com programações preestabelecidas, visando dar maior comodidade aos Promotores de Justiça do interior, que não mais precisam se deslocar para a capital ou para as unidades regionais para conseguir materiais de consumo e expediente.

No início do exercício de 2014, possuíamos em estoque R\$ 323.084,33; foram adquiridos R\$ 1.644.216,08 em materiais de consumo e expediente diversos e distribuídos R\$ 1.333.771,76.

## 7. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Os procedimentos administrativos aqui relacionados, que tramitaram na CPL durante o ano de 2014, referentes a contratações e registros de preços para atendimento das demandas de aquisições de bens e de prestação de serviços no âmbito desta Procuradoria Geral de Justiça, seguem subdivididos por tipo/modalidade:



### 7.1. PREGÕES ELETRÔNICOS

Licitação	Objeto	Nº Processo	Resultado	Ata de RP e/ou contrato decorrentes	Fornecedor
PE 001/2014	Registro de preços p/ confecção de materiais promocionais	29203/2013-8	Homologada	ATA DE RP 003/2014	MARINALVA PEREIRA SANTOS ME (BRASIL BRINDES), CNPJ: 11.323.276/0001-27
PE 002/2014	Registro de preços p/ licenciamento de softwares, com suporte técnico e garantias	5669/2012-0	Deserta	---	---
PE 003/2014	Registro de Preços p/ aquisição de toneres para impressoras multifuncionais Xerox	28042/2013-1	Homologada	ATA DE RP 004/2014	ZAPP COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA – ME, CNPJ: 18.868.944/0001-40
PE 004/2014	Registro de Preços p/ fornecimento de refeições preparadas	29694/2013-8	Homologada	ATA DE RP 006/2014	CHRISTIANE VIEIRA RODRIGUES ME, CNPJ: 09.149.100/0001-59
PE 005/2014	Contratação de Serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de escorpiões	1410/2014-9	Homologada	Contrato 009/2014 Contrato 010/2014	R & R DEDETIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 09.192.141/0001-28
PE 006/2014	Registro de Preços p/ aquisição de toneres para impressoras multifuncionais Samsung	8367/2014-4	Homologada	ATA DE RP 005/2014	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS, CNPJ: 65.149.197/0001-70
PE 007/2014	Registro de Preços p/ serviços de filmagens e transmissões simultâneas	28477/2012-1	Homologada	ATA DE RP 007/2014	ARQUITETA PROMOCOES E EVENTOS EIRELI - EPP CNPJ: 19.446.578/0001-02
PE 008/2014	Registro de Preços p/ aquisições de resmas de papel A4 alcalino e ofício II	2956/2014-0	Homologada	ATA DE RP 008/2014	SD COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA ME, CNPJ: 14.270.646/0001-01
PE 009/2014	Registro de preços p/ aquisições de água mineral natural em embalagem de 20 (vinte) litros	7655/2014-3	Homologada	ATA DE RP 010/2014 CONTRATO 020/2014 CONTRATO 031/2014	DISTRIFORT DISTR. DE PROD. ALIM. & EQUIP. LTDA, CNPJ: 03.220.694/0001-60
PE 010/2014	Registro de preços p/ aquisições de arranjos florais	3486/2014-7	Homologada	ATA DE RP 009/2014	FLORA TROPICAL COMERCIO DE FLORES LTDA ME, CNPJ: 11.717.055/0001-33
PE 011/2014	Registro de preços p/ aquisições de capachos em vinil	4032/2013-0	Homologada	ATA DE RP 014/2014	KASANOVA COMERCIAL LTDA. – ME, CNPJ: 09.489.893/0001-55
PE 012/2014	Registro de preços p/ aquisições de materiais de limpeza	2585/2014-7	Homologada	ATA DE RP 011/2014	SD COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA – ME, CNPJ: 14.270.646/0001-01
PE 013/2014	Registro de preços p/ aquisições de HD's internos de 02 Terabytes (TB)	3353/2014-9	Homologada	ATA DE RP 012/2014	A. P. CORREA ME, CNPJ: 12.384.280/0001-68
PE 014/2014	Registro de preços p/ confec. de broches, medalhas, troféus, adesivos e placas	3614/2013-6	Homologada	ATA DE RP 013/2014	SERILOS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PLACAS LTDA, CNPJ: 04.057.765/0001-19



PE 015/2014	Registro de preços p/ aquisição de materiais de expediente	31590/2013-4	Homologada	ATA DE RP 022/2014	SD COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA ME, CNPJ: 14.270.646/0001-01
PE 016/2014	Registro de preços p/ aquisições de veículos	13562/2014-3	Homologada	ATA DE RP 015/2014 ATA DE RP 016/2014 ATA DE RP 017/2014	NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ: 04.104.117/0007-61; TOYOTA DO BRASIL LTDA., CNPJ: 59.104.760/0005-15
PE 017/2014	Registro de preços p/ aquisições de extintores contra incêndio	31585/2013-4	Homologada	ATA DE RP 019/2014	JOSE ALBUQUERQUE NETO – ME, CNPJ: 07.900.551/0001-50
PE 018/2014	Registro de preços p/ aquisições de materiais elétricos diversos	31583/2013-9	Homologada	ATA DE RP 018/2014	MATEUS GUERRA DE FARIAS – ME, CNPJ: 14.124.286/0001-21
PE 019/2014	Registro de preços p/ serviços de confecção de cópias, troca de segredos e consertos de chaves	21357/2013-0	Homologada	ATA DE RP 020/2014	PERSONAL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA – ME, CNPJ: 16.730.819/0001-44
PE 020/2014	Registro de Preços p/ serviços de confecção de carimbos	3487/2014-5	Homologada	ATA DE RP 003/2015	CHAVEIRO ARAÚJO LTDA – ME, CNPJ: 04.330.438/0001-99
PE 021/2014	Registro de preços p/ aquisições de bobinas térmicas p/ relógio de ponto biométrico	22865/2014-9	Homologada	ATA DE RP 002/2015	EXITO MONTAGENS E COMÉRCIO LTDA. – EPP, CNPJ: 02.577.214/0002-31
PE 022/2014	Registro de Preços p/ materiais permanentes – mobiliários em madeira e em aço	31343/2013-8	Homologada	ATA DE RP 008/2015 ATA DE RP 009/2015	ROAL INDUSTRIA METALURGICA LTDA, CNPJ: 94.622.230/0001-36; ITALBRAS - INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS DE ACO LTDA., CNPJ: 13.082.516/0001-74
PE 023/2014	Contratação de empresa para prestação de serviços de tecnologia da informação	26963/2014-8	Homologada	Contrato 023/2014 Contrato 024/2014 Contrato 025/2014 Contrato 026/2014 Contrato 027/2014 Contrato 028/2014 Contrato 029/2014 Contrato 030/2014	IVIA SEVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001-64
PE 024/2014	Registro de preços p/ aquisições de gêneros alimentícios	18840/2014-8	Homologada	ATA DE RP 023/2014	HOLANDA & PINHO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAPELARIA LTDA – ME, CNPJ: 16.970.003/0001-98
PE 025/2014	Registro de preços p/ aquisições de painéis eletrônicos de guichê c/ impressora de senha, bobina, pedestal, acionador e programador de painel	23526/2014-6	Homologada	ATA DE RP 001/2015	GARRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP, CNPJ: 17.910.485/0001-53
PE 026/2014	Registro de Preços p/ aquisições de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos	31591/2013-2	Em andamento	---	---



PE 027/2014	Registro de preços p/ serviços de publicação de textos legais em jornal de grande circulação	03501/2014-3	Homologada	ATA DE RP 021/2014	ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP, CNPJ: 11.779.005/0001-80
PE 028/2014	Registro de preços p/ confecção de materiais gráficos e banners	21995/2013-7	Homologada	ATA DE RP 004/2015 ATA DE RP 005/2015	IMPRINT GRÁFICA RÁPIDA EIRELI - ME, CNPJ: 06.936.034/0001-79; MILENA SILVEIRA MOTA DE ALENCAR - ME, CNPJ: 04.330.393/0001-52
PE 029/2014	Registro de preços p/ aquisições de veículos tipo SEDAN	38227/2014-4	Fracassada	---	---
PE 030/2014	Registro de Preços p/ serviços de digitação e de auxílio à mediação	35546/2014-0	Homologada	ATA DE RP 006/2015 ATA DE RP 007/2015	LIDER SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA - ME, CNPJ: 41.305.228/0001-77 ALSERVICE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA ME, CNPJ: 17.426.041/0001-47

## 7.2. PREGÕES PRESENCIAIS

Licitação	Objeto	Nº Processo	Resultado	Ata de RP e/ou contrato decorrentes	Fornecedor
PP 001/2014	Contratação de empresa especializada p/ organizar e coordenar a 2ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas dos MPs do Brasil, na cidade de Fortaleza/CE, nos dias 15 e 16 de maio de 2014	7351/2014-9	Homologada	(contratação através de ordem de serviço / nota de empenho)	ARQUITETA PROMOCOES E EVENTOS EIRELI - EPP, CNPJ: 19.446.578/0001-02

## 7.3. TOMADA DE PREÇO

Licitação	Objeto	Nº Processo	Resultado	Ata de RP e/ou contrato decorrentes	Fornecedor
TP 001/2014	Contratação de empresa(s) p/ execução de obras de reforma e manutenção predial dos setores e edifícios do MP/CE	26431/2014-6	Fracassada	---	---

## 7.4. DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº Processo	Objeto	Contrato Nº	Contratado	Valor
18452/2014-2	Serviços de acesso às redes de informática, sistemas de informação e banco de dados e internet do Governo do Estado)	015/2014	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE, CNPJ 03.773.788/0001-67	R\$ 250.000,00
18458/2012-3	Serviços educacionais na área de Direito da Criança e do Adolescente, em nível de especialização	006/2014	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, CNPJ N.º 07.885.809/0001-97	R\$ 34.650,00
20602/2014-8	Locação de imóvel (Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e a 6ª e a 7ª Promotorias)	019/2014	EUNICE MARIA MARTINS LOBO, CPF 153.393.503-91 (representada por FZ IMÓVEIS LTDA - EPP, CNPJ 01.340.995/0001-89)	R\$ 5.000,00 (mensal)



31971/2014-4	Locação de imóvel (Promotoria da Saúde Pública)	022/2014	MARIA ZÉLIA FERNANDES DOS SANTOS, CPF 098.010.573-00 (representada por ALESSANDRO BELCHIOR ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, CNPJ 00.558.659/0001-68)	R\$ 3.450,00 (mensal)
35109/2013-9	Locação de imóvel (Depósito da SEAD)	011/2014	CARLOS ADEMAR DIAS ARRUDA, CPF 284.600.903-10 (representado por SJ – ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, CNPJ 06.634.445/0001-38)	R\$ 5.700,00 (mensal)

### 7.5. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Nº Processo	Objeto	Contrato nº	Contratado	Valor
1953/2013-0	Assinaturas do jornal "Diário do Nordeste"	013/2014	EDITORA VERDES MARES LTDA, CNPJ 07.209.299/0001-38	R\$ 1.960,00
4673/2014-9	Assinatura do jornal "O Estado"	016/2014	GRÁFICA E EDITORA WP LTDA, CNPJ 04.131.028/0001-19	R\$ 430,00
23502/2014-7	Curso presencial "in company" Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos	(por nota de empenho)	INSIGNE MAGISTERIO E TREINAMENTO JURIDICOS LTDA. – ME, CNPJ 20.184.853/0001-38	R\$ 22.000,00
23503/2014-5	Curso presencial "in company" Planilha de Custos e Formação de Preços de Contratos de Terceirização de Acordo com a IN 02/2008	(por nota de empenho)	INSIGNE MAGISTERIO E TREINAMENTO JURIDICOS LTDA. – ME, CNPJ 20.184.853/0001-38	R\$ 18.000,00
30901/2013-4	Assinatura anual da Revista Zênite (Informativo de Licitações e Contratos), acessos ilimitados aos sistemas: Leianotada.com, Web Licitações e Contratos e Web Regime de Pessoal, e orientações por escrito em Licitações e Contratos	004/2014	ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A, CNPJ/MF 86.78 1.069/0001-15	R\$ 13.466,00
32606/2014-5	Realização do curso "Responsabilidade dos Agentes Públicos por Ações e Omissões"	(por nota de empenho)	ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A, CNPJ/MF 86.78 1.069/0001-15	R\$ 39.492,40

### 7.6. CONTRATOS

Nº Contrato	Objeto	Nº Processo / Referência	Contratado	Valor
CONTRATO 001/2014 (FDID)	Fornecimento e instalação de 02 unidades do item 1 - Computador servidor de rack 2U	41191/2014-7 (adesão)	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 94.316.916/0001-07	R\$ 73.000,00
CONTRATO 001/2014	Renovação de 800 licenças e aquisição de 1.200 licenças do do software antivírus Kaspersky Endpoint Security	22075/2013-7 (PE 50/2013)	MURILO CIRINO NOGUEIRA JUNIOR ME, CNPJ N.º 05.250.796/0001-54	R\$ 112.000,00
CONTRATO 002/2014	Serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas	27250/2013-1 (adesão)	CASABLANCA TURISMO E VIAGEM LTDA., CNPJ 11.828.753/0001-06	R\$ 372.000,00
CONTRATO 003/2014	Serviços continuados de vigilância armada (Promotorias de Justiça de Tiangua-CE)	35962/2013-1 (PE 45/2013)	NORTH SEGURANÇA LTDA, CNPJ 86.960.598/0001-86	R\$ 30.894,72
CONTRATO 004/2014	Assinatura anual da Revista Zênite (Informativo de Licitações e Contratos), acessos ilimitados aos sistemas: Leianotada.com, Web Licitações e Contratos e Web Regime de Pessoal, e orientações por escrito em Licitações e Contratos	30901/2013-4 (inexigibilidade)	ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A, CNPJ/MF 86.78 1.069/0001-15	R\$ 12.664,31



CONTRATO 005/2014	Serviços de manutenção preventiva e corretiva e reforma das instalações físicas prediais (diversos órgãos)	26513/2013-3 (adesão)	L23 MULTISUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ 11.014.397/0001-97	R\$ 69.522,00
CONTRATO 006/2014	Serviços educacionais na área de Direito da Criança e do Adolescente, em nível de especialização	18458/2012-3 (dispensa)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, CNPJ N.º 07.885.809/0001-97	R\$ 34.650,00
CONTRATO 007/2014	Serviços continuados de vigilância armada (Promotorias de M. Nova e Canindé-CE)	5637/2014-3 (PE 45/2013)	NORTH SEGURANÇA LTDA, CNPJ 86.960.598/0001-86	R\$ 62.465,88
CONTRATO 008/2014	Serviços de manutenção preventiva e corretiva e reforma das instalações físicas prediais (Promotorias Cíveis)	10265/2014-6 (adesão)	L23 MULTISUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ 11.014.397/0001-97	R\$ 2.744,82
CONTRATO 009/2014	Serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de escorpiões (Edifício Sede)	1410/2014-9 (PE 05/2014)	R & R DEDETIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 09.192.141/0001-28	R\$ 4.000,00
CONTRATO 010/2014	Serviços de desinsetização, desratização, descupinização e controle de escorpiões (diversos órgãos)	1410/2014-9 (PE 05/2014)	R & R DEDETIZAÇÕES E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 09.192.141/0001-28	R\$ 6.754,50
CONTRATO 011/2014	Locação de imóvel (Depósito da SEAD)	35109/2013-9 (dispensa)	CARLOS ADEMAR DIAS ARRUDA, CPF 284.600.903-10 (representado por SJ – ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, CNPJ 06.634.445/0001-38)	R\$ 5.700,00 (mensal)
CONTRATO 012/2014	Serviços continuados de vigilância armada (Promotorias de Justiça de Cascavel-CE)	15079/2014-6 (PE 45/2013)	NORTH SEGURANÇA LTDA, CNPJ 86.960.598/0001-86	R\$ 31.229,28
CONTRATO 013/2014	Assinaturas do jornal "Diário do Nordeste"	1953/2013-0 (inexigibilidade)	EDITORA VERDES MARES LTDA, CNPJ 07.209.299/0001-38	R\$ 980,00
CONTRATO 014/2014	Serviços continuados de vigilância armada (Depósito da SEAD)	16176/2014-9 (PE 45/2013)	NORTH SEGURANÇA LTDA, CNPJ 86.960.598/0001-86	R\$ 141.417,60
CONTRATO 015/2014	Serviços de acesso às redes de teleinformática, sistemas de informação e banco de dados e internet do Governo do Estado)	18452/2014-2 (dispensa)	EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE, CNPJ 03.773.788/0001-67	R\$ 250.000,00
CONTRATO 016/2014	Assinatura do jornal "O Estado"	4673/2014-9 (inexigibilidade)	GRÁFICA E EDITORA WP LTDA, CNPJ 04.131.028/0001-19	R\$ 430,00
CONTRATO 017/2014	Serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas	28442/2014-1 (adesão)	CASABLANCA TURISMO E VIAGEM LTDA., CNPJ 11.828.753/0001-06	R\$ 620.000,00
CONTRATO 018/2014	Serviços de reservas de hotéis	28442/2014-1 (adesão)	CASABLANCA TURISMO E VIAGEM LTDA., CNPJ 11.828.753/0001-06	R\$ 20.000,00
CONTRATO 019/2014	Locação de imóvel (Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude e a 6ª e a 7ª Promotorias)	20602/2014-8 (dispensa)	EUNICE MARIA MARTINS LOBO, CPF 153.393.503-91 (representada por FZ IMÓVEIS LTDA - EPP, CNPJ 01.340.995/0001-89)	R\$ 5.000,00 (mensal)
CONTRATO 020/2014	Aquisição de água mineral natural em embalagem de 20 (vinte) litros	7655/2014-3 (PE 09/2014) e 30286/2014-8	DISTRIFORT DISTR. DE PROD. ALIM. & EQUIP. LTDA, CNPJ N.º 03.220.694/0001-60	R\$ 10.710,00
CONTRATO 021/2014	Serviços continuados de vigilância armada (CAOPIJ)	34545/2014-3 (PE 45/2013)	NORTH SEGURANÇA LTDA, CNPJ 86.960.598/0001-86	R\$ 141.417,60
CONTRATO 022/2014	Locação de imóvel (Promotoria da Saúde Pública)	31971/2014-4 (dispensa)	MARIA ZÉLIA FERNANDES DOS SANTOS, CPF 098.010.573-00 (representada por ALESSANDRO BELCHIOR ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA, CNPJ 00.558.659/0001-68)	R\$ 3.450,00 (mensal)



CONTRATO 023/2014	Serviços de tecnologia da informação (suporte operacional em hardware e software)	26963/2014-8 (PE 23/2014)	IVIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001	R\$ 614.728,53
CONTRATO 024/2014	Serviços de tecnologia da informação (suporte e administração de redes)	26963/2014-8 (PE 23/2014)	IVIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001	R\$ 260.905,80
CONTRATO 025/2014	Serviços de tecnologia da informação (Programação)	26963/2014-8 (PE 23/2014)	IVIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001	R\$ 293.726,16
CONTRATO 026/2014	Serviços de tecnologia da informação (web design)	26963/2014-8 (PE 23/2014)	IVIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001	R\$ 330.141,11
CONTRATO 027/2014	Serviços de tecnologia da informação (análise de suporte)	26963/2014-8 (PE 23/2014)	IVIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001	R\$ 410.685,97
CONTRATO 028/2014	Serviços de tecnologia da informação (análise de sistemas)	26963/2014-8 (PE 23/2014)	IVIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001	R\$ 418.047,14
CONTRATO 029/2014	Serviços de tecnologia da informação (administração de bancos de dados)	26963/2014-8 (PE 23/2014)	IVIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001	R\$ 166.747,44
CONTRATO 030/2014	Serviços de tecnologia da informação (arquitetura de software)	26963/2014-8 (PE 23/2014)	IVIA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., CNPJ N.º 01.171.587/0001	R\$ 166.747,44
CONTRATO 031/2014	Aquisição de água mineral natural em embalagem de 20 (vinte) litros	7655/2014-3 (PE 09/2014) e 39704/2014-1	DISTRIFORT DISTR. DE PROD. ALIM. & EQUIP. LTDA, CNPJ N.º 03.220.694/0001-60	R\$ 32.130,00

#### 7.7. ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Nº Ata de RP	Objeto	Nº Processo / Licitação	Contratado	Valor
ATA DE RP 001/2014	Materiais de telefonia e rede	31171/2012-5 (PE 49/2013)	MULTIREDE DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 01.115.345/0001-53	R\$ 259.328,00
ATA DE RP 002/2014	Aquisições de Fitas LTO4 e Labels	13280/2013-4 (PE 51/2013)	KTEC DO BRASIL - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA - EPP CNPJ: 06.135.603/0001-87	R\$ 21.498,00
ATA DE RP 003/2014	Confecção de materiais promocionais	29203/2013-8 (PE 01/2014)	MARINALVA PEREIRA SANTOS ME (BRASIL BRINDES), CNPJ: 11.323.276/0001-27	R\$ 124.100,00
ATA DE RP 004/2014	Toner para impressoras multifuncionais Xerox	28042/2013-1 (PE 003/2014)	ZAPP COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA – ME, CNPJ: 18.868.944/0001-40	R\$ 647.976,00
ATA DE RP 005/2014	Toner para impressoras multifuncionais Samsung	8367/2014-4 (PE 006/2014)	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS, CNPJ: 65.149.197/0001-70	R\$ 568.000,00
ATA DE RP 006/2014	Fornecimento de refeições preparadas	29694/2013-8 (PE 004/2014)	CHRISTIANE VIEIRA RODRIGUES ME, CNPJ: 09.149.100/0001-59	R\$ 381.500,00
ATA DE RP 007/2014	Serviços de filmagens e transmissões simultâneas	28477/2012-1 (PE 007/2014)	ARQUITETA PROMOCOES E EVENTOS EIRELI – EPP, CNPJ: 19.446.578/0001-02	R\$ 131.100,00
ATA DE RP 008/2014	Aquisições de resmas de papel A4 alcalino e ofício II	2956/2014-0 (PE 008/2014)	SD COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA ME, CNPJ: 14.270.646/0001-01	R\$ 428.880,00
ATA DE RP 009/2014	Aquisições de arranjos florais	3486/2014-7 (PE 010/2014)	FLORA TROPICAL COMERCIO DE FLORES LTDA ME, CNPJ: 11.717.055/0001-33	R\$ 110.068,00
ATA DE RP 010/2014	Aquisições de água mineral natural em embalagem de 20 (vinte) litros	7655/2014-3 (PE 009/2014)	DISTRIFORT DISTR. DE PROD. ALIM. & EQUIP. LTDA, CNPJ: 03.220.694/0001-60	R\$ 42.840,00
ATA DE RP 011/2014	Aquisições de materiais de limpeza	2585/2014-7 (PE 012/2014)	SD COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA – ME, CNPJ: 14.270.646/0001-01	R\$ 242.864,72



ATA DE RP 012/2014	Aquisições de HD's internos de 02 Terabytes (TB)	3353/2014-9 (PE 013/2014)	A. P. CORREA ME, CNPJ: 12.384.280/0001-68	R\$ 19.180,00
ATA DE RP 013/2014	Confec. de broches, medalhas, troféus, adesivos e placas	3614/2013-6 (PE 014/2014)	SERILOS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PLACAS LTDA, CNPJ: 04.057.765/0001-19	R\$ 92.820,18
ATA DE RP 014/2014	Aquisições de capachos em vinil	4032/2013-0 (PE 011/2014)	KASANOVA COMERCIAL LTDA. - ME, CNPJ: 09.489.893/0001-55	R\$ 24.748,50
ATA DE RP 015/2014	Registro de preços p/ aquisições de veículos PICK-UP cabine dupla 4x4	13562/2014-3 (PE 016/2014)	NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ: 04.104.117/0007-61	R\$ 510.000,00
ATA DE RP 016/2014	Registro de preços p/ aquisições de veículos utilitários de passeio categoria SUV	13562/2014-3 (PE 016/2014)	TOYOTA DO BRASIL LTDA., CNPJ: 59.104.760/0005-15	R\$ 510.000,00
ATA DE RP 017/2014	Registro de preços p/ aquisições de veículos SEDAN DE LUXO	13562/2014-3 (PE 016/2014)	NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA., CNPJ: 04.104.117/0007-61	R\$ 98.000,00
ATA DE RP 018/2014	Aquisições de materiais elétricos diversos	31583/2013-9 (PE 018/2014)	MATEUS GUERRA DE FARIAS - ME, CNPJ: 14.124.286/0001-21	R\$ 764.000,00
ATA DE RP 019/2014	Aquisições de extintores contra incêndio	31585/2013-4 (PE 017/2014)	JOSE ALBUQUERQUE NETO - ME, CNPJ: 07.900.551/0001-50	R\$ 16.582,00
ATA DE RP 020/2014	Serviços de confecção de cópias, troca de segredos e consertos de chaves	21357/2013-0 (PE 019/2014)	PERSONAL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - ME, CNPJ: 16.730.819/0001-44	R\$ 16.930,25
ATA DE RP 021/2014	Serviços de publicação de textos legais em jornal de grande circulação	03501/2014-3 (PE 027/2014)	ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA EPP, CNPJ: 11.779.005/0001-80	R\$ 84.668,50
ATA DE RP 022/2014	Aquisição de materiais de expediente	31590/2013-4 (PE 015/2014)	SD COMERCIO DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA ME, CNPJ: 14.270.646/0001-01	R\$ 356.099,92
ATA DE RP 023/2014	Registro de preços p/ aquisições de gêneros alimentícios	18840/2014-8 (PE 024/2014)	HOLANDA & PINHO COMÉRCIO VAREJISTA DE PAPELARIA LTDA - ME, CNPJ: 16.970.003/0001-98	R\$ 240.960,00

### 7.8. ADESÕES A ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

Nº Ata / Instituição	Objeto	Nº Processo	Nº Contrato	Contratado
Ata de RP 111/2013-JF/SC (Pregão 75/2013)	Fornecimento e instalação de 02 unidades do item 1 - Computador servidor de rack 2U	41191/2014-7	001/2014 (FDID)	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ: 94.316.916/0001-07
Ata de RP 006/2013-SEPLAG/CE (PE 20130004)	Serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas	27250/2013-1	002/2014	CASABLANCA TURISMO E VIAGEM LTDA., CNPJ 11.828.753/0001-06
Ata de RP-SEPLAG (Pregão 20130017)	Serviços de manutenção preventiva e corretiva e reforma das instalações físicas prediais (diversos órgãos)	26513/2013-3	005/2014	L23 MULTISUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ 11.014.397/0001-97
Ata de RP-SEPLAG (Pregão 20130017)	Serviços de manutenção preventiva e corretiva e reforma das instalações físicas prediais (Promotorias Cíveis)	10265/2014-6	008/2014	L23 MULTISUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ 11.014.397/0001-97
Ata de RP 071/2014-Prefeitura Municipal de Fortaleza (PP 042/2014)	Serviços de reserva, emissão e entrega de bilhetes de passagens aéreas	28442/2014-1	017/2014	CASABLANCA TURISMO E VIAGEM LTDA., CNPJ 11.828.753/0001-06
Ata de RP 071/2014-Prefeitura Municipal de Fortaleza (PP 042/2014)	Serviços de reservas de hotéis	28442/2014-1	018/2014	CASABLANCA TURISMO E VIAGEM LTDA., CNPJ 11.828.753/0001-06
Ata de RP 012/2013-UFPB	Fornecimento de Equipamentos de Informática (impressoras multifuncionais)	33752/2014-6	(por nota de empenho)	REPREMIG REPRESENTAÇÃO E COMÉRCIO DE MINAS GERAIS, CNPJ: 65.149.197/0001-70



Ata de RP 035/2013-MP/BA (2013042MPB)	Aquisição de 500 carteiras de identificação funcional para os membros do MP/CE	18161/2012-3	(por nota de empenho)	TASK SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO S/A, CNPJ: 28.708.477/0001-45
ATA de RP-JF/CE (PP2013016)	Contratação de serviços especializados de buffet: coffee break, coquetel e refeições	4404/2014-9	(por nota de empenho)	SILVANA CÂMARA ME, CNPJ 06.888.719/0001-97

## 8. SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

Compete à Secretaria de Recursos Humanos, unidade administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, o planejamento, a coordenação e o controle das atividades referentes ao cumprimento das legislações referentes aos direitos e deveres dos servidores e membros do Ministério Público.

### 8.1. ATIVIDADES DE ROTINA

Os Departamentos de Pessoal e Desenvolvimento de Pessoal, além da Folha de Pagamento, fazem parte da estrutura da Secretaria de Recursos Humanos.

Dentre as atividades rotineiras de atendimento às solicitações de esclarecimento aos integrantes do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, de forma presencial e/ou por telefone, é de responsabilidade da Secretaria de Recursos Humanos, através de seus departamentos, a execução de atividades, tais como: acompanhamento de processos de ingresso na carreira de servidor e membro do MPCE, elaboração de certidões para promoção e contagem de tempo de serviço e contribuição, informações e despachos. Desse modo, tendo como objeto as solicitações de férias, os afastamentos para trato de interesses particulares por motivos de saúde e, além das licenças de acompanhamento ao tratamento de pessoa da família, maternidade, casamento, paternidade, dentre outras.

Os processos para autorização de participação em congressos, cursos, eventos de incentivo à formação profissional, dentro/fora do estado e país, averbação de tempo de serviço, contagem de férias e/ou licença especial em dobro e certidão de tempo de serviço/contribuição são frequentes no universo da SRH, bem como os processos de posse, promoção, remoção, substituição, exoneração, aposentadoria, gratificações, montepio, pensão por morte, pensão alimentícia, controle de frequência, auxílio transporte/alimentação, indenização de transportes.

A execução da confecção da folha de pagamento é uma ação que demanda procedimentos de intensa responsabilidade. Há rotinas oriundas do departamento de pessoal que precedem sua execução.

Buscando administrar os índices de conflitos inerentes nas relações de trabalho, adota-se, dentro das limitações de pessoal, a prática de escuta, orientação e encaminhamento às questões relacionadas à gestão de conflitos internos e conflitos entre as equipes das diversas unidades ministeriais.

A participação da SERH em atividades de planejamento e gestão no universo institucional contribui para a construção de um formato positivo de administração de recursos humanos.

### 8.2. AÇÕES QUE MERECEM DESTAQUE:

- Criação de 152 (cento e cinquenta e dois) cargos efetivos de servidores;
- Nomeação de 147 (cento e quarenta e sete) servidores efetivos, dentre Técnicos e Analistas Ministeriais;



- Nomeação de 84 (oitenta e quatro) Promotores de Justiça;
- Realização de 2 (dois) Concursos Internos de Remoção para o cargo de Técnico Ministerial;
- Realização do Curso de Ambientação de Novos Servidores;
- Incremento da participação de servidores em cursos e seminários de interesse do Ministério Público;
- Elaboração do Plano de Capacitação de Servidores;
- Reajuste de no valor das diárias devida aos servidores quando em deslocamento a serviço, nos limites e além dos limites do Estado;
- Edição da nova regulamentação do pagamento de diárias aos servidores do Ministério Público do Estado do Ceará, prevendo, inclusive, a participação em cursos de aperfeiçoamento, concessão de ajuda de custo nos casos de viagens a serviço e remoção de ofício, e concessão de passagens aéreas;
- Estudo em andamento para pagamento de hora extra para servidores.
- Cumprimento do requisito legal de nomeação de 50% dos cargos em comissão para servidores efetivos.
- Implementação da participação de servidores nos plantões cíveis.
- Realização de treinamento para todos os servidores sobre Protocolo WEB e Correio eletrônico Zimbra, Arquimedes em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação.
- Implantação de ajuda de custo por exercício cumulativo de função variando no percentual de 10 a 15% do valor do subsídio, de acordo com o prazo de respondência ou auxílio.
- Implantação de auxílio moradia para membros do MP no valor de 10% do valor do subsídio.
- Implantação do pagamento de diferença de vencimento em caso de substituição, previsto no art. 45 da Lei Nº 8625/93.
- Fortalecimento da parceria com a Rede de Escolas de Governo e Escola de Gestão Pública na capacitação de servidores.
- Formalização de convênio com a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento de Pessoal-STDS através do Programa Primeiro Passo.

## 9. NÚCLEO GESTOR DE ESTÁGIO

Cumprimentando-o, cordialmente, na forma do previsto no artigo 78, Inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/2008 e o artigo 1º, Inciso IX, da Resolução CPJ nº 004/2009, este órgão auxiliar da Procuradoria Geral de Justiça encaminha a Vossa Excelência Relatório Anual das atividades concernente ao ano de 2014.

O Núcleo Gestor de Estágio, vem por meio deste relatório, elencar, detalhadamente, as atividades de maior relevância executadas pelo setor no decorrer do ano de 2014, ressaltando, inclusive, as inúmeras dificuldades enfrentadas quando da execução de tarefa primordiais, tanto de preparação do processo seletivo para vagas de estágio, quanto das atividades rotineiras de encaminhamento do estagiário para os respectivos setores de lotação.



Em expediente encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, através do Mem. nº 187/2014/NUGE/PGJ (cópia anexa), o NUGE, aos 25 dias de junho de 2014, informou os maiores obstáculos que dificultam os trabalhos do setor, principalmente quando da realização dos processos seletivos, principal atividade do Núcleo Gestor de Estágio.

Em relação às dificuldades acima referidas, ressaltamos que algumas providências já foram tomadas pela administração, o que proporcionou uma resolução parcial dos problemas enfrentados pelo NUGE. Dentre as conquistas adquiridas pelo setor, após o encaminhamento do expediente ao Procurador-Geral de Justiça, podemos citar o reajuste de R\$ 88,00 (oitenta e oito reais) para R\$ 96,80 (noventa e seis reais e oitenta centavos), do valor do vale transporte - tipo A de Fortaleza, conforme preconiza o Provimento nº 49/2010.

Para o ano de 2015, existe ainda a perspectiva de ampliação das vagas de estagiários para 350 (trezentos e cinquenta), solicitação do NUGE, devidamente aprovada pelo Órgão Especial, por ocasião da análise da proposta orçamentária do exercício 2015.

Porém, o maior obstáculo que nos deparamos constantemente é a inexistência de comissão remunerada para elaboração e correção das provas, e o julgamento dos recursos interpostos já que, anualmente, o setor expede vários memorandos convidando membros do Ministério Público, que exercem também a profissão de professores do curso de Direito, para colaborar com o processo seletivo, disponibilizando questões a serem exploradas nas provas aplicadas aos candidatos das seleções, sem que, muitas vezes, consigamos sequer obter resposta. Em alguns casos, o membro se compromete em colaborar, mas não se dirige ao NUGE para efetuar a entrega das questões. Considerando tratar-se de um trabalho voluntário, o Núcleo Gestor de Estágio aguarda a contribuição dos membros, devido a falta de pessoal para a execução dessa fase do certame.

Em 2014, com a preocupação de chegarmos ao dia de realização da prova da seleção, sem que estivéssemos com a prova elaborada e formatada, o NUGE decidiu por baixar o edital do certame somente após a coleção das questões, o que demorou tempo demais, já que precisávamos de 50 (cinquenta), no total.

Após o recebimento de 55 (cinquenta e cinco) questões, o NUGE providenciou a publicação do Edital nº 080/2014, datado de 24/10/2014 e publicado no Diário da Justiça do dia 30/10/2014. Ocorre que, ao analisar atentamente as questões encaminhadas por alguns membros, constatou-se que das 55 (cinquenta e cinco) questões, menos de 20 (vinte) poderiam ser aproveitadas na prova, visto que algumas estavam fora do conteúdo programático do Edital do certame e outras possuíam um nível muito elevado, não devendo, portanto, serem exploradas em seleção para estagiários, além de questões em que se observou vulnerabilidade em relação à interposição de recurso. A partir daí, iniciou-se uma verdadeira "maratona" em busca de novas questões para a composição da prova, já que as inscrições estavam abertas e se aproximava o momento de marcar a data do exame.

Considerando que não tínhamos mais a quem recorrer, foi decidido que algumas questões seriam extraídas de provas realizadas em processos seletivos anteriores, também realizados pelo Núcleo Gestor de Estágio. Algumas questões foram também tiradas de provas de concursos realizadas pelas seguintes instituições: UnB/Cespe, OAB-SP, FCC, TRF/4ª Região e PMSPA. Vale ressaltar que a prova montada com as questões acima referidas foi aplicada apenas no interior do estado, no dia 29 de novembro de 2014, considerando a inviabilidade de aplicação da prova de Fortaleza na mesma data.

A data da realização da prova de Fortaleza ainda não está marcada, devido ao mesmo problema, ou seja, não dispomos, no momento, de material para elaboração das provas. Entramos em contato com alguns servidores com graduação em Direito, para colaborar com a elaboração de questões. Mais uma vez, estamos aguardando a disponibilidade de pessoas estranhas ao quadro de servidores do NUGE, o que



comprova a total vulnerabilidade em relação a execução de tarefas essenciais ao bom funcionamento do setor.

Imperioso registrar que dentre os expedientes encaminhados com o intuito de adquirir questões para a montagem da prova, o NUGE expediu o memorando nº 279/2014, que gerou o processo nº 30830/2014-3, solicitando à Escola Superior do Ministério Público, auxílio na execução dessa tarefa, já que o setor, anualmente, depara-se com tamanha dificuldade. Na ocasião, o processo retornou sem qualquer manifestação oficial da Escola Superior do Ministério Público.

Necessário se faz esclarecer que o Diretor da Escola, Dr. Benedito Augusto Neto, individualmente, colaborou com a elaboração de 10 (dez) questões somente de Direito Constitucional.

Forçoso admitir, portanto, que se não houver a criação de uma comissão remunerada para a elaboração e correção das provas de estágio, o NUGE não conseguirá deflagrar processos seletivos anuais, por não possuir estrutura necessária, já que, atualmente, o setor é composto por apenas 03 (três) servidoras do quadro efetivo, sendo 02 (duas) graduadas em Pedagogia e 01 (uma) em Gestão de Recursos Humanos, portanto, não possuindo o conhecimento necessário para a elaboração de questões, cujo conteúdo programático é extraído do curso de Direito, a despeito de não ser atribuição das mesmas “elaborar provas nos processos seletivos”. Evidentemente, pelo crescente número de candidatos a cada processo seletivo, não pode o NUGE continuar com essa forma tão artesanal de elaborar as provas.

A Comissão Especial de elaboração e aplicação das provas de estágio da seleção 2014 foi instituída através do Provimento nº 205/2014 (cópia anexa), publicado do Diário da Justiça do dia 26 de novembro de 2014, devidamente complementado pela Portaria nº 6667/2014, publicada do Diário da Justiça do dia 22 de dezembro de 2014, que trata da relação dos servidores que participaram da fiscalização das provas realizadas no interior do estado, conforme determina o inciso II do citado provimento.

Segue abaixo, cronograma das atividades do processo seletivo 2014, até a data atual:

Data	Descrição
25/08/2014	Publicação de comunicado no DJ às Instituições de Ensino Superior, para que estas manifestassem interesse em celebração de convênio com a PGJ, em conformidade com o Art. 18, § 2º da Resolução nº 42/2009, do CNMP.
24/10/2014	Publicação do Edital nº 080/2014 para formação de cadastro de reserva de estagiários do curso de Direito, tanto para a capital, quanto do interior do Estado.
30/10 a 10/11/2014	Prazo para inscrições via Internet, através do site: <a href="http://www.mp.ce.gov.br/nuge/nuge.asp">www.mp.ce.gov.br/nuge/nuge.asp</a>
30/10 a 12/11/2014	Prazo de envio da documentação exigida no item 2.4 do edital
25/11/2014	Publicação ( <a href="http://www.mp.ce.gov.br/nuge/nuge.asp">www.mp.ce.gov.br/nuge/nuge.asp</a> ) de convocação dos candidatos do interior para realização da prova.
25/11/2014	Publicação do Edital nº 088/2014 para inscrição dos servidores interessados em fiscalizar a prova nas sedes das 09 (nove) Unidade Regionais.
29/11/2014	Realização das provas das 09(nove) sedes das Unidades Regionais do Interior do Estado
03/12/2014	Publicação ( <a href="http://www.mp.ce.gov.br/nuge/nuge.asp">www.mp.ce.gov.br/nuge/nuge.asp</a> ) do gabarito preliminar.
03 a 05/12/2014	Prazo para interposição de recurso do gabarito.

Considerando que a maioria das questões exploradas na prova foram extraídas de concursos diversos, o NUGE, mais uma vez, sentiu dificuldade para analisar os recursos interpostos, pois não dispõe em seu quadro de pessoal capacitado para essa tarefa, tornando o processo seletivo ainda mais demorado.



O Núcleo Gestor de Estágio expediu ofícios a todas as Instituições de Ensino Superior, conveniadas com a Procuradoria Geral de Justiça, elencadas na tabela abaixo, divulgando a abertura de inscrições para seleção de estágio remunerado para garantir que a informação chegasse ao seu público-alvo, além da divulgação realizada pela Assessoria de Comunicação da Procuradoria Geral de Justiça.

O Edital nº 080/2014 oportunizou aos estudantes do curso de Direito a realização de inscrição para formação de cadastro de reserva de estagiários, tanto para serem lotados na capital quanto no interior do Estado.

No período assinalado para a inscrição, inscreveram-se 3.826 (três mil oitocentos e vinte e seis) candidatos para Capital e Interior, porém somente 1.395 (um mil trezentos e noventa e cinco) encaminharam a documentação exigida no item 2.4 do edital do certame, conforme tabelas abaixo, indicativas do quantitativo de inscritos.

Edital nº 080/2014		
Capital		
Área Acadêmica	Inscritos pela Internet	Entregaram a documentação
Direito	1366	689

Edital nº 080/2014			
Interior do estado/ Área Acadêmica: Direito			
Unidade Regional	Sede da Regional	Inscritos pela Internet	Entregaram a documentação
1ª	Juazeiro do Norte	438	264
2ª	Iguatu	83	64
3ª	Quixadá	45	25
4ª	Russas	98	64
5ª	Maracanaú	57	32
6ª	Caucaia	29	16
7ª	Sobral	268	198
8ª	Tianguá	41	39
9ª	Crateús	06	04
	Total	1065	706

Segue o quantitativo de inscritos por Instituição de Ensino Superior.

Nº	INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	INSCRITOS
01	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC	143
02	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE	-
03	UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – URCA	127



04	UNIVERSIDADE VALE DO ACARAU – UVA	68
05	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA – UNIFOR	289
06	FACULDADE PARAÍSO – FAP	72
07	FACULDADE SETE DE SETEMBRO – FA7	44
08	INSTITUTO CEARÁ DE ENSINO E CULTURA – ICEC	02
09	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ – IESC	08
10	FACULDADE CATÓLICA RAINHA DO SERTÃO – IFTNSIRS	26
11	FACULDADE INTEGRADA DO CEARÁ – FIC/ESTÁCIO	110
12	FACULDADE FARIAS BRITO – FFB	28
13	INST. P/O DESENV. DA EDUCAÇÃO LTDA – FACULDADE CHRISTUS	37
14	FACULDADE CEARENSE – FAC	08
15	FACULDADE JUAZEIRO DO NORTE – FJN	-
16	FACULDADE METROPOLITANA GRANDE FORTALEZA – FAMETRO	04
17	FACULDADE VALE DO SALGADO – FVS	-
18	INTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FORTALEZA – IESF	02
19	FACULDADE ATENEU – FATE	-
20	FACULDADE DE TECNOLOGIA DO NORDESTE – FATENE	-
21	INSTITUTO SUPERIOR DE TECNOLOGIA APLICADA – INTA	-
22	FACULDADE DE TECNOLOGIA INTENSIVA – FATECI	-
23	FACULDADE DE TECNOLOGIA INFORMÁTICA – FATI	-
24	FACULDADE DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS DE FORTALEZA – FCTFOR	-
25	FACULDADE LUCIANO FEIJÃO – FLF	172
26	INST. FED. DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ – IFCE	-
27	FACULDADE NORDESTE – FANOR	29
28	FACULDADE LEÃO SAMPAIO – FLS	108
29	FACULDADE INTEGRADA DA GRANDE FORTALEZA – FGF	34
30	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RATIO – LTDA	-
31	FACULDADE VALE DO JAGUARIBE – FVJ	58
32	FACULDADE SÃO FRANCISCO DA PARAÍBA – FASP	09
33	FAC. DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE CAJAZEIRAS – FAFIC	14
34	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG	01
35	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO – UFERSA	02

Na ocasião das inscrições, o NUGE, considerando a inexistência de um profissional da área de medicina na Instituição, novamente sentiu dificuldade em analisar os atestados médicos apresentados pelos candidatos às vagas destinadas aos portadores de deficiência, com o intuito de cumprir ao normativo atinente à espécie.

Alguns candidatos sentiram dificuldade em realizar a inscrição pelo Sistema de cadastro de estágio, mas informamos que todas as reclamações foram devidamente solucionadas, garantindo que os interessados em participar do certame efetivassem suas inscrições a contento.

No dia 29 de Novembro de 2014, às 09h:00min, foram aplicadas as provas da seleção no interior do Estado, nas sedes nas 09 (nove) unidades regionais, contando com a participação dos Coordenadores e



Representantes das respectivas Unidades, além de servidores do quadro colaboraram como fiscais de provas, conforme portaria 6667/2014 (cópia anexa).

Após o encaminhamento das provas, contendo 50 (cinquenta) questões cada e das folhas resposta ao Núcleo Gestor de Estágio, estas estão sendo corrigidas, manualmente, apenas por duas servidoras do Setor, gerando um conseqüente atraso na apuração e divulgação do resultado preliminar, pela forma “artesanal” da execução dos trabalhos referenciados.

Com a conclusão dos trabalhos de correção, será publicado o resultado e encaminhado para homologação junto ao Conselho Superior do Ministério Público, para, posteriormente, iniciarmos as convocações dos candidatos habilitados no Interior do Estado, conforme necessidade e conveniência da Procuradoria Geral de Justiça.

### **9.1. Dos Convênios**

Durante o ano de 2014 a Procuradoria Geral de Justiça celebrou 30 (trinta) convênios com Instituições de Ensino Superior, sendo 25 (vinte e cinco) do Estado do Ceará e 05 (cinco) de estados limítrofes, oportunizando aos alunos cearenses, que estudam nas Universidades de outros estados, possam participar das seleções de estágio da Instituição.

Com o intuito de disciplinar a frequência dos estagiários no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, fora publicado, aos 26 dias de dezembro de 2014, o Provimento nº 221/2014, que dispõe sobre o controle de frequência dos estagiários da Instituição.

Necessário se faz informar que todos os estagiários do Ministério Público do Estado do Ceará estão devidamente segurados através do contrato nº 005/2013/CPL/PGJ, celebrado entre a Procuradoria Geral de Justiça e a Empresa Mares Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A, aditivado aos 20 dias do mês de janeiro 2014. Informamos ainda que está em andamento um processo licitatório para contratação de empresa seguradora, através do processo nº 30096/2013-3, com a licitação agendada para o dia 21 de janeiro de 2015.

Imperioso constar que durante o ano de 2014 o Núcleo Gestor de Estágio expediu 458(quatrocentos e cinquenta e oito) memorandos e 65 (sessenta e cinco) ofícios, todos versando sobre as mais variadas matérias referentes ao procedimento de atuação do NUGE e planejamento do processo seletivo.

O Núcleo Gestor de Estágio elaborou, ainda, durante o ano de 2014, 114 (cento e quatorze) despachos, 89(oitenta e nove) editais, versando sobre processo seletivo e convocações de estagiários, emitiu 131(cento e trinta e uma) certidões e publicou 156 (cento e cinquenta e seis) portarias.

Disponibilizamos neste relatório a relação de estagiários referente ao mês de dezembro/2014, totalizando 213 (duzentos e treze) e informamos que novas convocações serão realizadas ainda este mês, cujos arquivos estarão disponíveis no sítio eletrônico da Procuradoria Geral de Justiça.

## **10. SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

O relatório foi organizado da seguinte forma: apresentamos como a SETIN está organizada, seus departamentos e equipe; em seguida, apresentamos a infraestrutura com os principais números; mostraremos o panorama dos sistemas de informação e aplicativos; em seguida, um breve resumo dos atendimentos realizados; após, falaremos sobre os marcos regulatórios, sobre os projetos executados, pendências e necessidades.

### 10.1. A Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN

A Secretaria de Tecnologia da Informação tem o papel de prover as tecnologias da informação (TI) para que o Ministério Público desempenhe sua missão para a sociedade, envolvendo as atividades-fim e meio. A SETIN está organizada em três Departamentos com vinte e quatro pessoas, entre servidores, cedidos e terceirizados.

Departamento de Sistemas: Responsável por construir, entregar, manter e evoluir os sistemas de informação utilizados no MPCE. Por uma lacuna na lei, a PGJ não remunera o cargo de Gerente deste Departamento, apesar sua grande da necessidade. Não possui gerente e o gerente do Departamento de Organização e Métodos acumula essa função. A equipe em 2014 é composta por um analista ministerial de computação, três técnicos ministeriais, quatro analistas de sistemas (terceirizados) e dois programadores (terceirizados).

Departamento de Suporte Técnico: Responsável pela operação de TI, suporte técnico dos recursos e serviços utilizados do MPCE. O gerente é o servidor Francisco de Paula Mesquita Júnior e a equipe em 2014 era composta três servidores e quinze terceirizados.

Departamento de Organização e Métodos: responsável por racionalizar, desenhar e evoluir processos de trabalho e ferramentas das áreas administrativas com o objetivo de preparar as pessoas e o ambiente para os sistemas de informação e inovações. O gerente é o técnico ministerial Jandro Alves que acumula com o papel de gerente de sistemas.

### 10.2. Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI

O Ceti tem a finalidade de governar a função de tecnologia da informação do MPCE, decidindo sobre padrões, políticas e priorização de investimentos e da execução de projetos, conforme o seu regimento. Ele atende a resolução 70 do Conselho Nacional do Ministério Público – Cnmp.

Em 2014, o Ceti foi recomposto por meio do provimento 31/2014 e o seu regimento não teve alterações. Foram realizadas 7 reuniões, onde a Setin prestou contas de sua operação e do progresso dos projetos do Pdti.

### 10.3. Arquitetura de TI

A infraestrutura de TI do MPCE envolve computadores, notebooks, impressoras, scanners, redes locais, links de comunicação de dados, servidores, *no-breaks* e estabilizadores de energia. Este aparato, juntamente os serviços básicos e sistemas formam a arquitetura de TI do MPCE que está representada no diagrama abaixo.



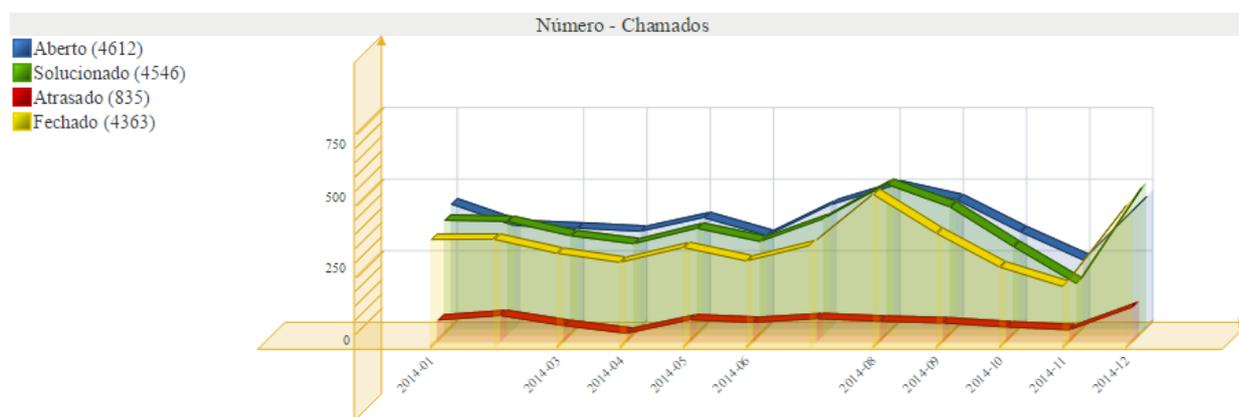
Arquitetura de TI do MPCE

**10.3.1. Equipamentos de informática:** notadamente computadores, notebooks e impressoras; o acervo cresceu com as aquisições de 2014. O quadro a seguir traz os quantitativos.

Aquisições de computadores, monitores, notebooks e impressoras em 2014.

ANO	EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	INVESTIMENTO
2014	COMPUTADORES DESKTOPS	496	R\$ 987.040,00
2014	IMPRESSORAS	199	R\$ 288.550,00
2014	MONITORES	400	R\$ 167.176,00
2014	NOTEBOOKS	455	R\$ 1.774.500,00
			R\$ 3.217.266,00

**10.3.2. Atendimento aos usuários de TI.** Em 2014 realizamos um total de 4363 atendimentos aos usuários, conforme gráfico do sistema de gerenciamento de service-desk (Gipi) descrito abaixo:



**10.3.3. Disponibilidade dos principais ativos de TI.** Os principais ativos de TI do MPCE são monitorados constantemente pela Setin por meio do software Nagios. Em uma instituição onde TI é meio, é essencial que os usuários tenham a maior disponibilidade possível para o pleno funcionamento dos órgãos ministeriais. Abaixo apresentamos o quadro resumo da disponibilidade do acesso à internet na sede da PGJ, da intranet e do sistema de correio eletrônico.

Ativo de TI	Disponibilidade média em 2014
Acesso à internet na PGJ	99,95%
Intranet	99,67%
Correio eletrônico	99,99%
Sistema de Autos ARQUIMEDES	99,98%

#### 10.4. Sistemas de informação

O MPCE dispõe de diversos sistemas de informação que apoiam as suas atividades-fim e meio. A maioria dos sistemas é hospedada no centro de dados da PGJ, mas também há hospedagem de sistemas no Decon de Fortaleza, Decom de Maracanaú e Central de Inquéritos de Sobral. O site do MPCE e do Decon são hospedados no centro de dados do Governo (Etice).

Os sistemas de informação amparam a operação dos órgãos ministeriais e frequentemente passam por melhorias, sejam evolutivas ou corretivas. Segue a lista dos sistemas e serviços como também sua finalidade:



Sistema/Serviço	Finalidade
<b>Sistema de Gestão de Autos – Sistema Arquimedes</b>	Sistema de controle processual importado do Ministério Público de Pernambuco para substituir o sistema Argos. Cobre tanto o primeiro grau quanto o segundo, a atuação judicial e extrajudicial. O sistema está em implantação e estimamos concluir até julho/2015.
<b>ARGOS</b>	Sistema de Controle Processual anterior. Dispõe dos seguintes módulos: CAVD (Aplicativo usado pelo Núcleo de Combate à violência doméstica) e Central de Inquérito. Desde a implantação do sistema Arquimedes, o sistema Argos tem uso contido e foi desativado em 2015.
<b>Clipping Eletrônico</b>	Sistema que centraliza informações do MP colhidas em jornais e blog em um sítio eletrônico.
<b>Comprovantes de Rendimentos (Serviço)</b>	Emitir comprovante de rendimento para fins de declaração do Imposto de Renda.
<b>Consulta a Órgãos de Execução</b>	Consulta em página eletrônica onde é possível listar os Órgãos de Execução juntamente a entrância, comarca e unidade ministerial.
<b>Consulta do Membro do MP e de Comarca (intranet)</b>	Serviço que usa a base de dados do Sistema de Informações do SIMP para fornecer dados dos membros, tais como: nome, órgão/comarca, comarca vinculada.
<b>Extrato de Pagamento (Serviço)</b>	Emitir extrato de pagamento mensalmente dos Membros do MP e servidores
<b>Folha de Pagamento (Sistema) – SIP</b>	Sistema para a geração de folha de pagamento do MPCE e obrigações fiscais relacionadas. O sistema está integrado ao Portal de Transparência do MPCE.
<b>Parcela Autônoma de Equivalência – PAE (Serviço)</b>	Rotina que emite valores mensais a serem pagos aos membros do MP. A rotina conhece o valor total e por membro da Parcela autônoma de equivalência aos membros de direito.
<b>Portal da Transparência</b>	Sítio eletrônico responsável por reunir e divulgar a prestação de contas da PGJ nas áreas de Responsabilidade Fiscal, Execução Orçamentária, Licitações, Contratos, Convênios, Fundos Especiais (FDID) e Relatórios Gerenciais. Há informações sobre gastos, despesas e movimentações financeiras acompanhadas pela AUDICON. O Portal segue as resoluções do Cnmp para o tema.
<b>Portal do Colaborador</b>	Módulo do sistema de Gestão de Pessoas – SGP na intranet que permite emitir frequência, justificativas de ponto, avaliação de desempenho e solicitação/concessão de férias, atualização de dados cadastrais, remoções etc.
<b>Protocolo Desktop (Sistema)</b>	Sistema usado pela Divisão de Protocolo para receber e tramitar documentos na PGJ. É integrado ao sistema Protocolo Web.
<b>Protocolo WEB (Sistema)</b>	O Sistema de Protocolo tem o objetivo de cadastrar e acompanhar o andamento de todos os expedientes, inclusive virtuais do MPCE.
<b>Resenha Desktop (Sistema)</b>	Sistema usado pela Corregedoria Geral para o registro e relatórios dos feitos dos Membros do MP.
<b>Resenha Eletrônica (Sistema)</b>	Disponibiliza na intranet formulários de Resenha de Atuação Funcional a serem preenchidos mensalmente pelos membros de forma a possibilitar o envio de dados ao CNMP e Corregedoria. É integrado com o Resenha Desktop.
<b>Serviço de Consulta ao DETRAN</b>	Serviço de consulta de dados de veículos para apoio às investigações do MP.



<b>Serviços Destaque e Release</b>	Sistema que disponibiliza notícias exibidas na intranet e na internet sobre eventos, atividades e informações importantes.
<b>Sistema de Gestão de Pessoas - SGP</b>	Dotar a PGJ-CE de um sistema para gestão de pessoas (servidores, membros e interessados) mantendo todas as informações relativas a movimentações de cada um. Facilitando o trabalho da secretária de recursos humanos na realização de suas atividades.
<b>SIMP – Sistema de Informações do MP</b>	Fornecer informações sobre os Membros e órgãos do MP e registra designações e portarias. O sistema provê dados para outros sistemas e serviços do MP, incluindo o Portal de Transparência.
<b>SINDEC – Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor</b>	Sistema que reúne reclamações formalizadas no âmbito dos órgãos responsáveis pela defesa do consumidor, incluindo municípios que possuam Procon. Também é possível gerar pautas de audiência de reclamações, emitir relatórios específicos e gerar lista de reclamações fundamentada e não-fundamentada de fornecedores. O sistema é do Ministério da Justiça e coleta dados da defesa do consumidor em nível nacional.
<b>SINQ – Sistema de Inquéritos (versão desktop)</b>	Sistema voltado para controlar o trâmite dos Inquéritos Policiais dentro de Centrais de Inquéritos de Sobral.
<b>Sistema de Patrimônio - SPAT</b>	Sistema usado para gerenciar o patrimônio do MPCE
<b>Sistema Biblivre</b>	Software livre usado pela biblioteca da Escola Superior do MP - ESMP. Por meio dele, o usuário pode realizar empréstimos, renovação e pesquisa no acervo.
<b>Sistema de Administração de Eventos</b>	Sistema que permite o gerenciamento de postagem de eventos na intranet e no site do MP.
<b>Sistema de Almoxarifado</b>	Sistema que permite o gerenciamento do Almoxarifado por meio do registro de entrada e saída de materiais para os órgãos do MPCE. Integrado com o sistema de requisição de material da intranet.
<b>Sistema de Gestão Escolar da ESMP - iEducar</b>	Software livre adaptado à necessidade da Esmp. O sistema otimiza a ficha funcional dos alunos, disponibilização de cursos, palestras, pós-graduação, frequência dos participantes e geração de certificados.
<b>Sistema FDID</b>	Sistema gerencia os valores monetários do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará – FDID.
<b>Sistema Requisição de Material</b>	Sistema disponibilizado na intranet que permite ao usuário solicitar formalmente material de expediente, escritório, informática e limpeza
<b>Sítio Eletrônico da AUDICON</b>	Página da Coordenadoria de Controle e Auditoria Interna que fornece informações da composição, legislação vigente, Atos administrativos, Eventos, Cronograma de Execução, Relatórios e diagnósticos, portal da transparência e contatos.
<b>Sítio Eletrônico do CAO Cível e Consumidor</b>	Página eletrônica do Centro de Apoio Operacional Cível e Consumidor que fornece as seguintes informações: arquivo digital, equipe técnica, convênios, ofício circular, legislação sobre Direito Civil, Direito da Família, Direito de Sucessões, Direito Falimentar, Direito do Consumidor.
<b>Sítio Eletrônico do CAO da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa</b>	Página eletrônica do CAO da Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa que fornece as seguintes informações: arquivo digital, convênios, jurisprudência, Legislação, órgãos de execução, ações judiciais e súmulas.
<b>Sítio Eletrônico do CAO dos Registros Públicos, das Fundações e das Entidades de Interesse Social</b>	Sítio Eletrônico do CAO dos Registros Públicos, das Fundações e das Entidades de Interesse Social que disponibiliza os seguintes serviços: modelos, prestação de contas, Legislação etc.



<b>Sítio Eletrônico do CAO Infância e Juventude</b>	Página Eletrônica do Centro de Apoio Operacional à Infância e Juventude que disponibiliza os seguintes serviços: peças (modelos), contatos, informes, legislação.
<b>Sítio Eletrônico do CAOCIDADANIA</b>	Página Eletrônica do Centro de Apoio das Promotorias Cíveis que disponibiliza os seguintes serviços: modelos de termo de cooperação, atos do núcleo de defesa da educação, Instauração de procedimento, recomendação, ação civil com pedido liminar, encaminhamento ao Procurador, visita do CAPD etc.
<b>Sítio Eletrônico do CAOCRIM</b>	Página Eletrônica do Centro de Apoio Operacional Criminal, da Execução Criminal e Controle Externo da Atividade Policial que disponibiliza os seguintes serviços: modelo de relatório de esforço concentrado.
<b>Sítio Eletrônico do CAOMACE</b>	Página Eletrônica do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural que disponibiliza os seguintes serviços: peças processuais, formulários de investigação criminal e conselhos municipais antidrogas e banco de dados.
<b>Sítio Eletrônico do CAOPEL</b>	Página Eletrônica do Centro de Apoio Operacional Eleitoral que fornece as seguintes informações: atribuições, composição, Promotores Eleitorais, Calendário Eleitoral, Legislação, Material de Apoio, Artigos, Enunciados, Notícias, Relação de Prefeitos/Gestores Municipais em Contas rejeitadas pelo TCM/CE, relação de responsáveis com contas julgadas irregulares -TCE/CE.
<b>Sítio Eletrônico do MPCE</b>	Nova versão do site do MPCE contendo layout mais leve e dinâmico.
<b>Supervisor Web</b>	Sistema responsável pela autenticação de usuários e permissões de acesso aos sistemas e serviços.

### 10.5. Segurança da informação

A segurança da informação permeia toda a arquitetura de TI do MPCE e é um dos quatro pilares do Plano de Segurança Institucional da PGJ e é baseada em processos, pessoas e tecnologia. A Setin dispõe de contrato de apoio com empresa especializada, Nscontrol, que apoia a Setin na proteção das informações e na prevenção a incidentes.

Em 2014 as principais realizações foram:

- ✓ Seminários sobre segurança da informação e a Política de Segurança da Informação para membros e servidores.
- ✓ Análise de Vulnerabilidade nos servidores e aplicações do MPCE.
- ✓ Análise de Risco dos ativos do MPCE.
- ✓ Elaboração do Plano de Continuidade para os ativos de TI do MPCE.
- ✓ Ampliação de redes protegidas do MPCE com *firewall*.
- ✓ Melhorias na execução dos Backups dos ativos do MPCE e atualização da Política de Backup.
- ✓ Melhorias no conteúdo da página de segurança da informação da intranet.
- ✓ Melhorias na estrutura física do Centro de Dados.

A seguir as redes de computadores do MPCE protegidas com firewall em 2014:

- ✓ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA;
- ✓ Sede das Promotorias de FAZENDA PÚBLICA;



- ✓ Sede da PROMOTORIA DE DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA;
- ✓ Rede do MP no FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA;
- ✓ Rack do MP no Centro de Dados do TRIBUNAL DE JUSTIÇA;
- ✓ DECON FORTALEZA;
- ✓ DECOM de MARACANAÚ;
- ✓ Sede 25 DE MARÇO;
- ✓ Sede PROMOTORIA DA MULHER;
- ✓ Sede da Promotoria de JUAZEIRO DO NORTE;
- ✓ Sede da Promotoria de IGUATU;
- ✓ Sede da Promotoria de PIQUET CARNEIRO;
- ✓ Sede da Promotoria de CRATEÚS;
- ✓ Sede da Promotoria de CRATO;
- ✓ Sede da Promotoria de BARBALHA;
- ✓ Sede da Promotoria de ITAPAJÉ;
- ✓ Sede da PROCAP.

#### **10.6. Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2013-2014**

O Plano Diretor de TI – Pdti permite direcionar e acompanhar a atuação da área de TI. No cenário de mudanças frequentes, o Pdti define o direcionamento da Secretaria de Tecnologia da Informação da PGJ e é importante porque permite decidir e agir de forma proativa em relação às ameaças e em favor das oportunidades com foco nos objetivos estratégicos institucionais.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2013-2014 – Pdti do MPCE foi elaborado pela própria equipe da Setin e definiu o referencial estratégico (Missão, Visão, Valores, Objetivo de TI, princípios, diretrizes e premissas) obedecendo a um conjunto de documentos de referência como leis, provimentos, resoluções e aspectos orçamentários; utilizou um leque de demandas agrupadas segundo os objetivos estratégicos da Instituição para buscar manter o alinhamento estratégico. O plano também lista as necessidades de competências para a equipe e os principais riscos identificados.

O plano envolve 53 ações e 36 metas agrupados em 7 programas, quais sejam: MP Equipado, MP Conectado, MP Seguro, MP Informatizado atividade-meio, MP Informatizado atividade-fim, MP Capacitado em TI, MP em conformidade (governança de TI). O Pdti foi apresentado ao Ceti e após debate e alterações foi aprovado em junho/2013. Os quadros a seguir trazem o resumo dos programas, ações/projetos e metas executados em 2014. Após, trazemos o detalhamento dos projetos por programa.

Nesta seção, apresentaremos por programa e por projeto, as metas, o macroescopo e o realizado, este representado como indicador de esforço, ou seja, o quanto do escopo previsto foi realizado até o dezembro/2014.

##### **10.6.1. Programa MP CONECTADO**

Meta (#1): 100% das unidades do MP interligadas em rede e com acesso à internet.

##### **Projeto (#1): MP no Cinturão Digital do Ceará – CDC.**

Finalidade: Interligar sedes próprias do MPCE ao CDC, mediante a viabilidade, para prover acesso à rede e à internet.

Escopo: levantar locais de instalação; verificar viabilidade (visada); adquirir kits de rádio; instalar kits; proteger rede local; modelar localidade na gerência de rede.



Realizado: 100%.

Observação: Novas promotorias foram beneficiadas com o acesso à internet através da interligação com o Cinturão Digital do Estado do Ceará, e outros links de internet, facilitando as atividades ministeriais e o acesso aos sistemas e serviços do MPCE nas localidades de: Cascavel, Maracanaú, Piquet Carneiro, Limoeiro do Norte, Itaitinga, Almoarifado (Galpão), Morada Nova, Russas, Canindé, Camocim, Caucaia, Itapagé e Massapê.

**Projeto (#2): Internet via banda larga.**

Finalidade: Prover acesso à internet por provedores locais onde o CDC e a Oi (contrato governamental) não alcancem.

Escopo: Identificar localidades; identificar provedores que atendem nas localidades; redigir termo de referência; cotar; licitar serviços com SLA; modelar unidades na gerência de rede; gerir contrato.

Observação: Projeto cancelado por decisão do Ceti.

**Projeto (#3): Internet via banda larga móvel.**

Finalidade: Prover acesso móvel à internet para membros e servidores durante atividades de campo.

Escopo: definir público-alvo; preparar termo de referência; cotar; licitar; disponibilizar modems e suporte para os membros e órgãos; gerir contrato.

Realizado: 30%.

Observação: Projeto teve redução da quantidade de modems reduzida como também sua prioridade por decisão do Ceti.

**Projeto (#4): Outros links de comunicação de dados.**

Finalidade: Prover o custeio dos links de comunicação de dados (frame-relay e Mpls) utilizados em sedes próprias de órgãos ministeriais não atendidos pelo CDC.

Escopo: Definir localidades; validar ativação no convênio com a rede governamental; selecionar protocolo e velocidade; solicitar ativação; adequar rede local (acesso e segurança); gerir contrato.

Realizado: 80%

**Projeto (#5): Rede PGJ Cambeba.**

Finalidade: Construir a rede local de computadores com cobertura wireless e integração com voz para a nova sede da PGJ no Centro Administrativo – Cambeba.

Escopo: Definir escopo da rede; elaborar termo de referência; cotar; licitar; elaborar ordem de serviço; gerir contrato.

Realizado: 30%

Observação: As especificações da parte de dados foram concluídas no termo referência. O projeto foi impactado pelo projeto da reforma do prédio. Resta concluir a especificação da parte de voz no termo de referência para a licitação.

**Projeto (#6): Rede sem fio do MPCE no FCB.**

Finalidade: Prover acesso móvel para os membros do MP nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua – FCB.

Observação: projeto não aprovado pelo Ceti.



**Projeto (#7): Ampliar o uso de VPN para membros e servidores.**

Finalidade: Permitir acesso remoto seguro para membros e servidores em campo.

Escopo: ativar serviço de VPN nos firewalls existentes; estabelecer canais seguros rede a rede; preparar diretório de usuários; capacitar técnicos de atendimento; comunicar usuários.

Realizado: 60%.

**Projeto (#8): Upgrade rede PGJ (sede Centro).**

Finalidade: Ampliar a velocidade entre os racks de borda da rede da PGJ de 100Mbps para 1Gbps e assim melhorar a velocidade e reduzir o tempo de resposta no uso de sistemas, aplicativos e serviços.

Escopo: Substituir switches dos racks de borda; ampliar velocidade nos trechos entre racks de borda e rack central para 1Gbps com mudança de fibra óptica e interfaces físicas; configurar vlans conforme segmentos; especificar equipamentos e serviços a contratar; cotar; licitar; gerir execução; realizar testes de aceitação.

Realizado: 20%.

**Projeto (#9): Central telefônica PGJ (sede Centro).**

Finalidade: Prover central telefônica para a PGJ sede Centro.

Observação: Projeto não aprovado pelo Ceti.

### 10.6.2. Programa MP SEGURO

Metas

(#2): 70% das unidades do MP protegidas.

(#3): 100% das estações e 100% dos servidores de rede protegidos com antivírus.

(#4): Centro de dados da PGJ protegido.

(#5): 100% dos membros do MP que atuam na virtualização judicial com certificado digital.

(#6): Mídias de backup guardadas em cofres-data na PGJ e Esmp (contingência).

(#7): Sensibilizar usuários sobre segurança da informação.

**Projeto (#10): Proteção lógica das redes e das informações.**

Finalidade: Prover segurança de perímetro para as redes do MPCE por meio de firewall com filtro de acesso à internet.

Escopo: Seleção das unidades a proteger com base nos riscos; ativação de firewall com filtro de acesso à internet; monitoramento do uso e dos incidentes de segurança.

Realizado: 80%.

**Projeto (#11): Aquisição de antivírus pela expiração das licenças do software anterior.**

Finalidade: Prover proteção para estações e servidores da rede do MPCE por meio de antivírus.

Escopo: Levantar quantidades e tipos de licenças; licitar; implantar licenças; atualizar unidades remotas.

Realizado: 100%.

**Projeto (#12): Proteção física do Centro de Dados (PGJ sede Centro).**

Finalidade: Melhorar a segurança física do Centro de Dados da PGJ.



Escopo: atendimento do item 52.75 da inspeção do Cnmp, ou seja: (a) Promover a instalação de medidor de temperatura com sistema de alerta ativo no interior da sala do CPD (Fls. Relatório: 775); (b) Promover a reorganização dos cabos utilizados pelos equipamentos instalados na sala de CPD e dos equipamentos de fornecimento de energia redundante à rede elétrica comum (Fls. Relatório: 775); (c) Promover a instalação de sensores de fumaça e de umidade dotados de sistema de monitoramento ativo e solução anti-incêndio dentro do CPD (Fls. Relatório: 775); (d) Promover a acomodação dos equipamentos de fornecimento de energia redundante à rede elétrica comum em espaço sem janelas e cuja porta não seja de vidro, a fim de proporcionar maior segurança (Fls. Relatório: 775); (e) Promover a acomodação dos equipamentos de fornecimento de energia elétrica de modo que não fiquem no mesmo nível do piso do local (Fls. Relatório: 775).

Realizado: 30%.

Observação: o escopo deste projeto foi modificado após a conclusão da inspeção do Cnmp. Considerando que o Cnmp recomendou alterações físicas nos espaços do Centro de Dados e dos no-breaks, o Núcleo de Apoio Técnico – NAT e a Secretaria de Administração – Sead precisaram participar nestas etapas, mas ainda não foram concluídas.

#### **Projeto (#13): Reposição de certificados digitais.**

Finalidade: Prover certificados digitais para membros do MPCE que atuam com processos judiciais virtuais.

Escopo: Levantar as quantidades; especificar itens e serviços; licitar; definir processo de credenciamento/substituição; credenciar os membros.

Realizado: 100%.

#### **Projeto (#14): Aquisição de dois cofres data para guarda das mídias de backup.**

Finalidade: Prover guarda física para as mídias de backup da PGJ, aumentando a proteção contra sinistros relacionados a perda de informações.

Escopo: Levantar quantidades; preparar termo de referência; licitar; adquirir; instalar.

Realizado: 30%.

#### **Projeto (#15): Divulgar a política de segurança da informação e realizar ações de sensibilização das pessoas para o tema.**

Finalidade: Melhorar o nível de conscientização dos usuários de TI do MPCE quanto a segurança da informação.

Escopo: Definir e aprovar conteúdo (sensibilização); melhorar página de segurança na intranet; realizar 10 seminários; avaliar resultados X incidentes.

Realizado: 90%.

### **10.6.3. Programa MP EQUIPADO**

Metas

(#8): 100% das unidades do MP com equipamentos de TI.

(#9): Sedes do MP, com mais de 50 colaboradores, atendidas com serviço de impressão (outsourcing).

(#10): Ampliação da sala da Setin.

(#11): Ampliação da capacidade de armazenamento do Centro de Dados PGJ sede Centro em 50%.

(#12): Aquisição de servidores para backup/restore rápido dos dados do MPCE.

(#13): 90% dos equipamentos de TI mantidos.



**Projeto (#16): Aquisição de no-breaks e estabilizadores.**

Finalidade: Atender a demanda dos órgãos ministeriais.

Escopo: levantar tipos e quantidades, preparar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, receber e distribuir.

Realizado: 90%.

**Projeto (#17): Aquisição de switches.**

Finalidade: Atender a demanda de órgãos ministeriais por portas de acesso às redes locais de computadores.

Escopo: levantar tipos e quantidades, preparar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, receber e distribuir.

Realizado: 55%.

Observação: as instalações dos switches são executadas pela equipe de manutenção da Secretaria de Administração.

**Projeto (#18): Aquisição de servidores de rede.**

Finalidade: Ampliar a capacidade de processamento para atender necessidades de crescimento da instituição.

Escopo: levantar tipos e quantidades, preparar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, receber, configurar, disponibilizar no Centro de Dados.

Realizado: 90%.

**Projeto (#19): Aquisição de computadores, monitores e notebooks.**

Finalidade: Substituir equipamentos antigos e atender a demanda de órgãos.

Escopo: levantar tipos e quantidades, preparar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, receber, configurar e distribuir.

Realizado: 90%.

**Projeto (#20): Aquisição de tablets, ultrabooks ou netbooks conforme preferência dos membros.**

Finalidade: Prover processamento móvel para membros em atividades de campo.

Observação: o projeto não foi aprovado pelo Ceti.

**Projeto (#21): Aquisição de impressoras.**

Finalidade: atender a demanda dos órgãos ministeriais.

Escopo: levantar tipos e quantidades, preparar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, receber, configurar e distribuir.

Realizado: 90%.

**Projeto (#22): Outsourcing de impressão (“aluguel de impressoras”).**

Finalidade: Reduzir custos de impressão e melhorar a disponibilidade do serviço de impressão, especialmente quanto a falta de suprimentos.

Escopo: levantar tipos e quantidades, preparar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, receber e distribuir.

Realizado: 30%.



**Projeto (#23): Ampliar espaço físico da Setin.**

Finalidade: Aumentar o espaço físico para melhor acomodar as pessoas e isolar espaços para reduzir o nível de barulho.

Escopo: Definir e aprovar projeto de expansão com layout, acionar NAT/Sead para execução, licitar, comunicar usuários sobre indisponibilidade da Setin durante a reforma, religar equipamentos e encerrar.

Realizado: 100%.

**Projeto (#24): Expansão de capacidade do Centro de Dados PGJ.**

Finalidade: Ampliar o espaço de armazenamento do Centro de Dados da PGJ para poder acomodar o crescimento de dados da instituição. A medida é necessária porque esta Setin ainda não pode fazer descarte de dados.

Escopo: Levantar alternativas de expansão com maior capacidade e aproveitamento do storage existente; verificar compatibilidades; especificar tipos e quantidades de equipamentos ou discos; preparar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, receber e implantar.

Realizado: 30%.

**Projeto (#25): Aquisição de dois servidores de rede para redundância e implantação de backup em disco.**

Finalidade: Mudar a arquitetura de backup da PGJ, vez que a anterior não vinha atendendo mais as necessidades de automação, celeridade de restore e facilidade de administração.

Escopo: Definir solução, cotar, adquirir, receber, planejar mudança, adequar procedimentos de backup/restore, capacitar equipe de suporte na execução e controle, implantar nova solução de backup/restore.

Realizado: 30%.

**Projeto (#26): Contrato de manutenção com presença regional de técnicos de informática.**

Finalidade: Prover manutenção corretiva para equipamentos de TI em uso, mas que não mais estejam em garantia do fornecedor, para todos os órgãos ministeriais espalhados pelo Estado do Ceará.

Escopo: Renovar contrato de manutenção existente; gerir contrato e serviços.

Realizado: 100%.

**10.6.4. Programa MP INFORMATIZADO (ATIVIDADE-MEIO)**

Metas

(#14): Rotinas administrativas integradas (plenajemento/orçamento, finanças, patrimônio, almoxarifado, folha, contratos e convênios, frota).

(#15): 80% das melhorias implementadas nos sistemas.

(#16): Site Institucional, Intranet, Portal da Transparência entregues.

(#17): Sistema de votações eletrônicas disponibilizado.

(#18): Documentos digitais organizados por órgão e acessíveis.

**Projeto (#27): Implantar sistema integrado de gestão.**

Finalidade: Implantar o software público de gestão integrada e-cidade na PGJ para alcançar os ganhos de sinergia, reúso de dados e informações, maior nível de automação, atender às exigências regulatórias e resolver problemas não atendidos com os sistemas departamentais existentes.

Escopo: Prospectar opções de sistemas, avaliar aderência com os gestores da PGJ, elaborar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, migrar dados de sistemas legados, capacitar usuários, capacitar pessoal técnico (TI), implantar módulos, homologar com gestores, implantar.

Realizado: 20%.



Observação: o escopo do projeto foi ampliado para atender mais áreas da PGJ. Visita de um grupo de gestores da PGJ ao Ministério Público do Amapá para conhecer a experiência com o sistema integrado e-cidade, onde foram levantados os requisitos/necessidades de cada área administrativa em termos de funcionalidades essenciais, importantes e desejáveis.

**Projeto (#28): Implantar sistema patrimonial compatível com as novas normas contábeis internacionais.**

Finalidade: Implantar sistema que atenda as novas normas contábeis internacionais.

Observação: este projeto foi unido ao projeto do software integrado, após a ampliação do escopo, vez que esta passou a contemplar a área patrimonial.

**Projeto (#29): Aprimorar Protocolo Web (virtualização administrativa).**

Finalidade: Evoluir o sistema com um conjunto de melhorias funcionais para melhor atender a instituição.

Escopo: Levantar e validar escopo de melhorias, implementar, testar, homologar, disponibilizar.

Realizado: 60%.

Observação: Criação de relatórios com gráficos e entrega da funcionalidade de localização interna.

**Projeto (#30): Concluir construção do sistema de gestão de pessoas – SGP.**

Finalidade: Continuar a construção do SGP nos módulos e funcionalidades restantes.

Escopo: especificar módulos; validar especificação com equipe da SRH; construir e testar módulo; capacitar usuários; agendar implantação em ambiente de produção.

Realizado: 60%. Início do uso do módulo de diárias foi iniciado na SRH em conjunto com a forma antiga (baseada em planilha), por até 2 meses, para melhor conferência e detecção de eventuais erros. A digitalização de documentos para a vida funcional foi iniciada. A homologação da funcionalidade de digitação da vida funcional foi iniciada pela SRH. Entrega dos seguintes relatórios: ajuda de custo, auxílio alimentação, diferença de subsídio e Gratificação por acúmulo de função.

Observação: a equipe do projeto precisou ser mobilizada durante o ano 2014 para manter módulos já criados e apoiar a SRH nos processamentos mensais dos auxílios para membros, para fins de lançamento na respectiva folha de pagamentos. Com isto, a entrega do módulo de vida funcional de membros sofreu atraso, mas foi possível concluir as telas para digitação das pastas funcionais para a SRH.

**Projeto (#31): Novos portais MP, intranet e transparência.**

Finalidade: Atualizar portais do MP com visual atual e recursos de acessibilidade e responsividade, permitindo a atualização de conteúdo de forma descentralizada por meio de plataforma de gerenciamento de conteúdo (CMS).

Escopo: levantar requisitos, prospectar contratações semelhantes, elaborar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, gerir serviço e contrato, receber e homologar, disponibilizar.

Realizado: 30%.

**Projeto (#32): Implantar sistema de votações eletrônicas do MPSP.**

Finalidade: Permitir realizar votações do MPCE por meio de sistema informatizado, reduzindo custos das eleições ministeriais.

Escopo: Validar sistema com gestor do processo, conveniar para cessão gratuita, preparar infraestrutura, capacitar usuários, implantar, comunicar usuários.

Realizado: 0%.

**Projeto (#33): Importar sistema BVA (biblioteca digital) do MPSP.**

Finalidade: Criar uma biblioteca digital para compartilhar e promover o reuso de pareceres e documentos entre os órgãos ministeriais, promovendo maior produtividade e celeridade. Também, com a réplica destes



arquivos, promover cópia de segurança (backup) para os órgãos ministeriais que não possuem servidores de rede que realizam rotina automática de backup.

Escopo: Validar sistema com gestor da gestão documental, conveniar para cessão gratuita, preparar infraestrutura, capacitar usuários, implantar, comunicar usuários.

Realizado: 0%.

#### **10.6.5. Programa MP INFORMATIZADO (ATIVIDADE-FIM)**

Metas

- (#19): Atividade-fim informatizada (judicial e extrajudicial 1º e 2º graus).
- (#20): 100% dos órgãos de execução usando o sistema Arquimedes.
- (#21): Solução de inteligência de negócios (BI) para a atividade-fim disponível.
- (#22): Sistema MCA disponível para Promotores de Infância e Juventude.
- (#23): Autos de infração da Semace encaminhados virtualmente para o MP.
- (#24): Sistema Disque 100 disponibilizado.
- (#25): Arrecadação por DAE disponibilizada para o Fdid.
- (#26): Sistema Sisplid disponibilizado.
- (#27): Dados do SIM (TCM) disponíveis para todos os órgãos de execução.
- (#28): Sistema de apoio à investigação implantado.
- (#29): Bancos de dados disponíveis.

#### **Projeto (#34): Aprimoramentos no sistema processual Arquimedes.**

Finalidade: Aperfeiçoar o sistema quanto a usabilidade, correção de erros e a construção de melhorias funcionais.

Escopo: levantar melhorias e validar com o membro do MP líder da implantação, elaborar termo de referência, cotar, licitar, adquirir, receber e homologar, disponibilizar, capacitar usuários nas melhorias, encerrar.

Realizado: 40%. Integração com sistema Sproc do TJCE em março/2014; disponibilização de novos relatórios para quantificar e detalhar a distribuição, exibir movimentação e prazos por documento no sistema Arquimedes.

Observação: não foi possível realizar a contratação prevista para executar as mudanças porque os valores cotados foram superiores ao orçamento disponível. Com a melhoria do conhecimento da equipe interna no sistema buscamos poder realizar as correções e melhorias.

#### **Projeto (#35): Implantar sistema processual Arquimedes em todos os órgãos de execução.**

Finalidade: prover sistema informatizado de controle processual da atividade-fim para o MPCE.

Escopo: elaborar roteiro e material didático de implantação; para cada uma das 9 regionais do MP levantar usuários que receberão a capacitação, agendar data de implantação com os membros, configurar órgão ministerial e permissões de acesso dos usuários, realizar capacitação aos usuários, elaborar relatório da implantação, comunicar Corregedoria e Gabinete do Procurador-Geral.

Realizado: 90%.

#### **Projeto (#36): Aquisição de solução de BI sobre os dados processuais.**

Finalidade: Prover informações gerenciais para a tomada de decisões da Administração Superior e divulgar estatísticas da atuação ministerial no Estado.

Escopo: prospectar opções de software, avaliar opções, elaborar termo de referência, cotar, licitar, contratar, implantar domínios da atividade-fim e da atividade-meio, apresentar, homologar, capacitar usuários, disponibilizar.

Realizado: 10%.



**Projeto (#37): Criar e manter atualizado um banco de dados com os números de atuação do Ministério Público Eleitoral.**

Observação: projeto não aprovado pelo Ceti.

**Projeto (#38): Criar um banco informatizado com os dados estatísticos referentes à atuação do Ministério Público.**

Finalidade: Prover informações gerenciais sobre a atuação ministerial para a tomada de decisões, transparência e prestação de contas para a sociedade.

Observação: projeto unido ao projeto #36 por decisão do Ceti.

**Projeto (#39): Implantar sistema MCA (MPRJ).**

Finalidade: Dotar os órgãos ministeriais que atuam com criança e adolescente de um sistema informatizado de apoio que envolva as demais instituições da rede de proteção.

Escopo: contatar MPRJ; agendar visita juntamente ao Caopij para trazer o sistema; instalar; testar; capacitar usuários.

Realizado: 10%.

**Projeto (#40): Criar integração entre sistema de infrações da Semace e Arquimedes.**

Finalidade: Permitir o recebimento dos dados e do auto de infração digitalizado como notícia de fato no Arquimedes para distribuição nos órgãos e monitoramento pelo Centro de Apoio.

Escopo: celebrar convênio entre PGJ e Semace; especificar serviço web de integração com a equipe de TI da Semace; validar com membro líder do sistema Arquimedes; construir; testar; homologar com Semace e Caomace; capacitar usuários; implantar.

Realizado: 10%.

**Projeto (#41): Implantar sistema Disque 100 para o Caocidadania.**

Finalidade: Apoiar o Centro de Apoio da Cidadania com sistema informatizado do serviço Disque 100.

Observação: sistema em uso.

**Projeto (#42): Aprimorar Sistema Fdid para realizar arrecadação via DAE.**

Finalidade: Evoluir o sistema de informação do Fdid para permitir a geração de documentos de arrecadação estadual - DAE para identificação pagamento do infrator.

Escopo: Levantar requisitos de integração, analisar documentação de integração com Sefaz, adquirir certificado digital e-servidor, adequar sistema Fdid para interagir com Sefaz, testar, homologar, disponibilizar.

Realizado: 100%.

**Projeto (#43): Disponibilizar sistema Sisplid (Convênio Plid).**

Finalidade: Instalar ou utilizar o sistema e prover o serviço de identificação e consulta de pessoas desaparecidas.

Escopo: Preparar acesso ao Sisplid MPRJ (instância nacional do sistema – cadastro unificado); dar carga nas tabelas de delegacias, unidades prisionais e demais entidade de segurança pública do Ceará; configurar perfil gestor no sistema para cadastro e manutenção de usuários; capacitar usuário do Caocrim para utilizar o sistema; criar hyperlink na intranet para o sistema.

Realizado: 70%. Sistema customizado e página internet. Aguardamos a determinação da Secretaria-Geral para publicação em ambiente de produção.



**Projeto (#44): Disponibilizar dados do SIM (TCM) para órgãos de execução.**

Finalidade: Construir aplicativo na intranet que permita realizar consultas flexíveis de apoio à investigações de improbidade administrativa para membros do MPCE.

Escopo: realizar gestões junto a TI do TCM, definir em conjunto a sistemática de obtenção periódica dos dados, verificar a necessidade de celebração de convênio, criar banco de dados na PGJ, levantar necessidades de consulta, construir aplicativo de consultas na intranet, testar, homologar, disponibilizar.

Realizado: 40%.

**Projeto (#45): Implantar sistema de apoio à investigação (MPDFT).**

Finalidade: Importar e disponibilizar um sistema de apoio à investigação para o Gaeco. Software candidato é o Confteor (MPDFT).

Observação: o projeto não figurou como prioritário para o Gaeco.

**Projeto (#46): Celebrar convênios com instituições para acesso a bancos de dados.**

Finalidade: Obter acesso de consulta a banco de dados de interesse do MPCE por meio de convênios e acesso direto, especialmente quanto a cadastro de pessoas (localização).

Escopo: Identificar provedores de dados do interesse do MPCE, realizar contatos e gestões, celebrar convênio, construir acessos, disponibilizar, conceder acessos.

Realizado: 10%.

**10.6.6. Programa MP CAPACITADO EM TI**

Metas

(#30): 100% dos colaboradores de TI capacitados.

(#31): 70% dos colaboradores capacitados para explorar os recursos de informática do MPCE.

**Projeto (#47): Realizar capacitações previstas no PDTI.**

Finalidade: Capacitar equipe nas competências necessárias à execução de projetos do Pdti.

Escopo: em parceria com a SRH, promover os cursos e capacitações no conjunto das competências listadas no Pdti.

Realizado: 40%. Cursos promovidos: contratações de TI seguindo a IN04, gestão de contratos, governança de TI, elaboração de termos de referência.

Observação: projeto com execução dependente da SRH/CDH, órgão responsável pelo aprimoramento de pessoal.

**Projeto (#48): Capacitar colaboradores dos órgãos ministeriais.**

Finalidade: Capacitar servidores e demais colaboradores no pleno uso dos sistemas, aplicativos e serviços de TI disponíveis, sejam internos ou externos.

Escopo: Definir programas, capacitar servidores das regionais (9) no protocolo web e correio eletrônico.

Realizado: 100%

**10.6.7. Programa MP EM CONFORMIDADE (TI)**

Metas

(#32): 90% de conformidade com os marcos regulatórios do Cnmp e TCE

(#33): Transformar contratação de pessoas em contratação de serviços/entregas.

**Projeto (#49): Adequação de processos, procedimentos e registros.**

Finalidade: Adequar práticas, procedimentos e processos de trabalho para aprimorar a atuação da Setin e cumprir marcos regulatórios.



Escopo: Levantar gap, montar matriz/escopo de conformidade com Cnmp e TCE, implantar adequações para conformidade (pessoas, processos e tecnologia), atualizar registros, colher evidências.

Realizado: 70%. Estudos e especificação técnica da solução para atender recomendação constante no item 52.75, alíneas “a” e “c” da folha 775 do relatório conclusivo da inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do MP no MPCE (junho); Conclusão da especificação técnica dos sensores de temperatura, umidade e fumaça, bem como do sistema de detecção e combate a incêndio no Centro de Dados atual da PGJ (julho); Adequação das especificações técnicas do e do termo de referência para dar prosseguimento ao processo de aquisição (julho).

Observação: após a publicação do relatório final da inspeção do Cnmp no MPCE e a decisão da Comissão criada para implantar as determinações e recomendações, o escopo do projeto cresceu demasiadamente.

**Projeto (#50): Contratar help-desk e suporte técnico especializado regionalizado e preventivo.**

Finalidade: Prover atendimento de suporte técnico aos usuários do MPCE e manter a operação do centro de dados e dos servidores de rede.

Escopo: Analisar experiências de outras instituições (no modelo de terceirização por serviços), elaborar termo de referência, cotar, licitar, preparar transição de contratos, gerir serviços e contrato, registrar lições aprendidas para a próxima contratação, gerir contrato.

Realizado: 60%.

Observação: projeto cancelado após duas tentativas, em 2013 e 2014, de contratação dos serviços por falta de orçamento.

**Projeto (#51): Contratar desenvolvimento e manutenção de sistemas como serviço por meio de fábrica de software.**

Finalidade: Prover serviço de desenvolvimento e manutenção de software para atender as necessidades dos órgãos ministeriais.

Escopo: conhecer experiências e lições aprendidas de outras instituições (TJ, Justiça Federal, BNB etc.), colher e analisar termos de referência, elaborar termo de referência, cotar, licitar, contratar, gerir serviços e contrato.

Realizado: 60%.

Observação: projeto cancelado após a cotação de preços, vez que não havia orçamento suficiente.

**Projeto (#52): Elaborar catálogo de serviços de TI.**

Finalidade: cumprir exigência regulatória e publicar catálogo na intranet.

Observação: projeto não iniciado por questões de priorização.

**Projeto (#53): Adquirir transporte ou serviço de transporte dedicado para Setin.**

Finalidade: Permitir o deslocamento de equipamentos e técnicos para os atendimentos nos diversos locais de presença do MPCE no Estado.

Observação: projeto cancelado em virtude do provimento do serviço pela Secretaria de Administração – Sead, após o provimento que alterou a sistemática de solicitação e uso de transportes na PGJ.

**Projeto (#54): Aquisição de licenças de software.**

Finalidade: Atender a demanda por software dos órgãos e manter registros como evidências para as inspeções do controle externo.

Escopo: levantar softwares e quantidades, licitar, aplicar no ambiente e registrar.

Realizado: 70%.



## 10.7. Outras ações relevantes da Setin em 2014

- Transmissão das Sessões dos Órgãos Colegiados
  - ✓ Estudo, elaboração e prova de conceito da solução de transmissão ao vivo das reuniões dos órgãos colegiados pela intranet (março);
  - ✓ Implantação provisória da solução de transmissão ao vivo das reuniões dos órgãos colegiados pela intranet (abril);
  - ✓ Implantação parcial (de software, mas pendentes a filmadora e placa de captura profissionais) da solução de transmissão ao vivo das reuniões dos Órgãos Colegiados pela intranet (maio).
  
- Projeto da Rede PGJ Cambeba
  - ✓ Levantamento de dados para a construção do projeto de rede, tais como os quantitativos de usuários, equipamentos, ramais telefônicos, pontos de rede, perfis dos sistemas etc (fevereiro);
  - ✓ Estudo dos projetos de engenharia de 2011 relativos à obra (março);
  - ✓ Elaboração de cenários para o projeto (abril e maio);
  - ✓ Apresentação do projeto preliminar em reunião do SETI para escolha do cenário (maio);
  - ✓ Apresentação do projeto de rede de dados e voz na 1ª reunião da comissão formada para organizar a transição da sede da PGJ para o Cambeba (junho);
  - ✓ Elaboração do projeto com o cenário já definido (agosto e setembro);
  - ✓ Apresentação do projeto na 3ª reunião da comissão formada para organizar a transição da sede da PGJ para o Cambeba. Nessa reunião foi decidida a separação dos projetos em três: a) projeto do data center; b) projeto da rede de dados; e c) projeto da rede de telefonia (setembro);
  - ✓ Reunião com os engenheiros do DAE sobre o projeto (outubro);
  - ✓ Elaboração do projeto com os requisitos do Centro de Dados, concluído e encaminhado ao DAE em novembro (outubro e novembro);
  - ✓ Elaboração do projeto da rede de dados (novembro e dezembro).
  
- Apresentação de projeto ao FDID (Processo 13268/2014-7)
  - ✓ Elaboração de projeto para submissão do Conselho do Fdid para reaparelhamento e modernização do MPCE, incluindo aquisição de servidores para backup em disco, aquisição de no-breaks 10 Kva e aquisição de switches para a sede Cambeba (abril).
  
- Revisão do termo de referência de outsourcing de impressão (fevereiro).
- Estudo e prova de conceito da solução de web conferência Big Blue Button (abril).
- Processo 22075/2013-7: Aquisição de Solução de Antivírus - Processo iniciado em 2013, sendo finalizado somente durante o mês de janeiro/2014: análise de proposta de fornecedor; preparação de expedientes para ordem de compra e recebimento do objeto. Duração total da aquisição: 5 meses.
- Processo 13280/2013-4: Aquisição de Fitas LTO para backup - Processo iniciado em 2013, sendo finalizado somente no final do mês de janeiro/2014: procedimentos de licitação, análise de aceitação de proposta de fornecedor e preparação de expedientes para ordem de compra e recebimento do objeto. Duração total da aquisição: 8 meses.
- Processo 25114/2013-1: Renovação de Serviços de Segurança da Informação - Processo iniciado em 2013, sendo finalizado para renovação do contrato em fevereiro de 2014: justificativas para



renovação, pesquisa de preço, análise de vantajosidade e demais protocolos administrativos. Duração do processo: 4 meses.

- Processo 5246/2014-3: Processo de aquisição de equipamentos de informática para o Decon/FDID - Juntada de documentação necessária para aquisição de impressoras para o Decon, para atendimento de Projeto do FDID, durante os meses de fevereiro e março/2014.
- Processo 5245/2014-5: Processo de aquisição de equipamentos de informática para o Decon/FDID - Juntada de documentação necessária para aquisição de notebook e monitores para o Decon, para atendimento de Projeto do FDID, durante os meses de fevereiro e março/2014.
- Processo 6375/2014-9: Processo de Aquisição de filmadora digital e equipamentos p/ transmissões das Sessões dos Órgãos Colegiados - Processo reiniciado em março/2014, por sua vez não obteve êxito.
- Processo 3353/2014-9: Processo de Aquisição de HD interno de 2TB - Processo instruído durante os meses de março e abril/2014, visando a aquisição de HD p/ os serviços de videomonitoramento do Nusit.
- Processo 10248/2014-2: Processo de Adesão Ata de RP para aquisição de Filmadora Digital - Processo iniciado no mês de abril/2014, oriundo de processo anterior fracassado p/ atender demanda de transmissões das Sessões dos Órgãos Colegiados.
- Processo 11232-2014-5: Processo de Adesão a Ata de RP para aquisição de 60 estabilizadores de 2000VA. Processo iniciado no mês de abril/2014, envolvendo a instrução completa para aquisição através de adesão, cuja a finalidade de comprar 60 estabilizadores de 2000VA.
- Processo 14037-2014-5: Processo de aquisição de placa de captura de vídeo e tripé através de dispensa de licitação. Processo iniciado no mês de maio/2014, juntada de documentação necessária para instrução de processo de compra de equipamentos p/ suporte a transmissões das Sessões dos Órgãos Colegiados.
- Processo 17298-2014-0: Processo de Solicitação de Aditivo de serviços de Internet através da Etice. Processo iniciado no mês de maio/2014, projeto de readequação de valor e instrução de termo de referência e demais expedientes.
- Processo 18452-2014-2: Processo para criação de um novo contrato de prestação de serviços de Internet entra a PGJ e a Etice. Processo iniciado no mês de junho/2014, instrução detalhada de projeto para contemplar a aquisição de serviços de Internet através de dispensa de licitação com a Etice (Empresa Pública).
- Processo 17504-2014-1: Processo de licitação para aquisição de HD's externos, Pen drives de 16GB e adaptadores de rede Wi-Fi. Processo iniciado no mês de junho/2014, instrução completa envolvendo todos os documentos necessários para iniciar a licitação dos equipamentos.
- Processo 17200-2014-6: Processo de aquisição de serviços de suporte técnico em 3 níveis. Processo reiniciado no ano de 2014, oriundo de tentativas anteriores em 2013, fracassadas respectivamente por falta de orçamento da PGJ, grandioso e complexo projeto de serviços de suporte técnico de informática em 3 níveis.
- Processo 17756-2014-7: Processo de aquisição para licitação de licenças de softwares Microsoft. Processo iniciado no ano de 2013, fracassado e reiniciado em 2014, a partir do mês de julho/2014, revisão completa do termo de referência e demais expedientes administrativos para o início da licitação.
- Processo 15870-2014-8: Processo de aquisição para compra de cofre antichamas para mídias magnéticas. Processo iniciado no mês de julho/2014, projeto para aquisição de cofres da sala dos servidores de rede/arquivo da PGJ.
- Processo 15514-2014-2: Processo de adesão para aquisição de no-break e módulos de expansão projeto FDID\_ata 062-2013-PI. Processo de adesão iniciado em agosto/2014, tendo sua

continuidade em setembro/2014, para aquisição de no-break e módulos de expansão projeto FDID/2013.

- Processo 14976-2014-4: Processo para reconhecimento de dívida devido a ETICE. Processo iniciado em no mês de setembro/2014, instrução administrativa para o pagamento de meses em aberto devido a ETICE, ainda do contrato de prestação de serviços de Internet/CDC.
- Processo 30437-2014-7: Processo através de adesão para compra de *switch*;
- Processo 33751-2014-8: Processo de aquisição através de adesão para compra de 200 estabilizadores de tensão elétrica;
- Processo 41191-2014-7: Processo de aquisição através de adesão para compra de 2 servidores de rede com recursos do FDID.
- Foi disponibilizada aplicação voltada para o acompanhamento de processos do Núcleo de Recursos Cíveis – NURC e Núcleo de Recursos Criminais – NUCRIM na intranet.
- Criação de novo site para a Promotoria de Justiça da Saúde Pública.
- Assinatura de convênio de cooperação técnica que entre PGJ e TJCE com o objetivo de disciplinar o acesso e a utilização do portal de serviços e-saj pelos Membros do Ministério Público, bem como propiciar a integração entre os sistemas de informação do convenientes, via serviços web, através da interface disponibilizada pelo TJ/CE.
- Apresentação no CNMP: Implantação do Sistema de Informação Processual Arquimedes na 1ª e 2ª instâncias do MPCE.

## 11. ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Assessoria de Imprensa do MPCE foi reformulada a partir de maio de 2006, juntamente com o processo de reestruturação administrativa com o objetivo de implantar uma sistemática de comunicação que atuasse em diversos níveis (interno e externo), reforçando a imagem institucional do Ministério Público. A Assessoria de Imprensa é um órgão diretamente subordinado ao Gabinete do Procurador Geral de Justiça. De acordo com o artigo 13-A, da Lei nº 14747, de 28 de junho de 2010, que altera disposições da lei nº 12.482, de 31 de julho de 1995, que dispõe sobre a organização administrativa da procuradoria geral de justiça e dá outras providências, compete à Assessoria de Imprensa:

### 11.1 - Competências

**“Art. 13-A.** À Assessoria de Imprensa, incumbe organizar, coordenar e executar os projetos e ações de comunicação social do Ministério Público do Estado do Ceará, competindo-lhe:

- I - executar as políticas, projetos e ações de comunicação social da instituição;
- II - elaborar texto de cunho jornalístico, para uso interno ou externo, relativos à Instituição e às atividades do Procurador-Geral de Justiça e dos demais Órgãos da Administração Superior, de Execução e Auxiliares, nos assuntos afetos à comunicação social;
- III - enviar *releases* pertinentes às atividades do Ministério Público do Estado do Ceará a veículos de comunicação no meio impresso, eletrônico e audiovisual;
- IV - responder e acionar os profissionais e veículos de comunicação social em assuntos relativos ao Ministério Público Estadual;
- V - manter o cadastro dos veículos de comunicação social do Ceará;



- VI** - atualizar o conteúdo jornalístico, das páginas da Assessoria de Comunicação Social, na Intranet e na Internet, com matérias relativas à atuação do Ministério Público;
- VII** - realizar, diretamente ou por terceiros, programas audiovisuais, relativos à imagem institucional de cunho jornalístico e publicitário, para veiculação na mídia eletrônica;
- VIII** - realizar, diretamente ou por terceiros, a criação e editoração de documentos, referentes à imagem institucional de cunho jornalístico e publicitário, para impressão interna e externa;
- IX** - desenvolver, diretamente ou por terceiros, projeto de identidade visual da Instituição, **X** - no que tange a suportes relativos à comunicação social;
- XI** - elaborar relatório anual das atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação Social;
- XII** - promover a cobertura fotográfica e audiovisual de eventos institucionais, com equipamento próprio ou mediante a contratação de serviços de terceiros;
- XIII** - pesquisar informações de interesse da Instituição, nos meios de comunicação impressos e eletrônicos, organizando e mantendo arquivo dos meios impressos para consulta interna;
- XIV** - adotar as diligências necessárias junto aos Órgãos de Apoio Administrativo do Ministério Público para a realização de seus objetivos;
- XV** - desenvolver outras atividades que lhe forem cometidas, pertinentes à área de comunicação social.” (NR).

## 11.2. Atividades realizadas no exercício

- ✓ Elaboração de 781 releases de janeiro a dezembro de 2014.
- ✓ Atuação direta e positiva do Ministério Público do Estado do Ceará nas redes sociais, alcançando a marca de 4.403 curtidas no Facebook e no Twitter 978 tweets, 360 seguindo e 375 seguidores.
- ✓ Elaboração do Plano de Atuação e Metas da Assessoria de Imprensa da PGJ.
- ✓ Articulação, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia de Informação da PGJ para criação do software “Gestalt”, para a quantificação e qualificação de dados de demandas dos meios de comunicação social locais e nacionais.
- ✓ Consolidação e envio de newsletter (informativo via email) com notícias institucionais.
- ✓ Efetivação de rotinas internas com relatórios diários de atividades norteados o trabalho dos servidores da Ascom.
- ✓ Registro fotográfico de eventos e atividades da instituição e alimentação de banco de imagens (<http://fotos.mp.ce.gov.br>).
- ✓ Divulgação de eventos para a mídia local e nacional (XIV Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCON, XXI Fórum de Ciência Penal, IV Fórum de Direito e Saúde, Semana do Mediador Comunitário 2014, VII Encontro da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública da Criança e do Adolescente do Estado do Ceará, Semana do Servidor Público, dentre outros).
- ✓ Atendimento à imprensa nos turnos da manhã, tarde e, excepcionalmente, à noite.

- ✓ Sucesso na divulgação e no resultado de diversas operações de combate à corrupção e improbidade administrativa.
- ✓ Divulgação de fiscalização da implantação de Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas.
- ✓ Divulgação de posse e exercício no cargo de novos Promotores de Justiça.
- ✓ Divulgação de curso de capacitação e treinamento no Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro.
- ✓ Divulgação e acompanhamento do MPCE nos principais fatos que marcaram as manifestações populares durante os jogos da Copa do Mundo.
- ✓ Divulgação de cumprimento de metas de saneamento básico no Estado do Ceará.
- ✓ Clipagem diária com as principais notícias dos jornais impressos disponibilizadas no site e enviadas aos membros do MPCE por e-mail.
- ✓ Criação de banners, cartazes, placas internas e externas, panfletos, cartilha (Consumidor Consciente), tapetes, crachás, adesivos, marca-página, capa de CD, cartão de visita, camisetas, bonés, broches, pastas, formulários, livro (Manual de Orientação para criação de Procons, Cartilha do Consumidor, Cartilha Eleitoral, Cartilha Comunidade pela Moralidade, Fluxogramas do Ministério Público, etc.) e diversas outras produções gráficas e editoriais.
- ✓ Investimento na comunicação interna iniciado com a cobertura das atividades do Planejamento Estratégico e dos Centros de Apoio Operacional.

## ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ESMP



### RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA ESMP NO ANO DE 2014

#### JANEIRO

1. Dia 17/01/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 24º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Itapiúna/CE, no plenário da Câmara Municipal de Itapiúna. Com o apoio da ESMP.
2. Continuação das aulas dos cursos de especialização nos dias 17 e 18 de janeiro de 2014. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V e, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI.
3. Dia 22/01/2014, ocorreu o 25º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Crateús/CE, no auditório do CREA. Com o apoio da ESMP.



4. Nos dias 23 e 24/01/2014 ocorreu a I Oficina de Gênero e Violência Contra a Mulher: Enfocando a questão da violência sexual e doméstica, contando com um total de 12h/a, no município de Juazeiro do Norte, no auditório da OAB/CE. Com o apoio da ESMP.
5. Dia 24/01/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 26º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Redenção/CE, no auditório da Câmara Municipal de Redenção. Com o apoio da ESMP.
6. Dia 27/01/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 27º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Paramoti/CE, no auditório da Secretaria Municipal de Educação do Estado do Ceará de Paramoti.
7. Nos dias 27, 28, 29 e 30/01/2014 ocorreu a I Capacitação de Gênero e Violência Contra as Mulheres: Enfocando a questão da violência sexual e doméstica. Com um total de 12h/a, no município de Juazeiro do Norte, no auditório da OAB/CE. Com o apoio da ESMP.
8. Dia 29/01/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 28º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Barreira/CE, no Auditório da Câmara Municipal de Barreira. Com o apoio da ESMP.
9. Dia 31/01/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, aconteceu o 29º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Tauá/CE, no Auditório da Câmara Municipal de Tauá. Com o apoio da ESMP.
10. Continuação das aulas dos cursos de especialização nos dias 31/01 e 1º/02. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V e, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI.

## **FEVEREIRO**

1. Dia 06/02/2014, ocorreu o evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, referente ao 30º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Uruburetama/CE, na Câmara Municipal de Uruburetama. Com o apoio da ESMP.
2. Realização do Curso “A Comunidade pela Moralidade”, no período de 10 a 14 de fevereiro de 2014, no município de Boa Viagem, contando como facilitador o Promotor de Justiça Alexandre Pontes Aragão, com carga horária de 20hs.
3. Dia 11/02/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 31º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Madalena/CE, na Câmara Municipal de Madalena. Com o apoio da ESMP.



4. Dia 14/02/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 32º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Beberibe/CE, na Escola Estadual de Ensino Profissional Pedro Queiroz Lima.  
Encerramento.
5. Continuação das aulas dos cursos de especialização nos dias 14 e 15/02/2014. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V e, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI. Na Escola Superior do Ministério Público.
6. Dia 18/02/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 33º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Cruz/CE, no Auditório do Centro Administrativo.
7. Dia 21/02/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 34º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Jijoca de Jericoacoara/CE, no Núcleo de Arte, Educação e Cultura – NAEC. Com o apoio da ESMP.
8. “Seminário: Direito Internacional dos Conflitos Armados”, realizado nos dias 21 e 22 de fevereiro de 2014, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, contando como facilitador o Tem. Coronel Eduardo Bittencourt Cavalcanti, Estado maior do Exército da 5ª Subchefia. Tema abordado no dia 21: Abordagem sobre Direito Internacional dos Conflitos Armados – DICA. Tema abordado no dia 22: Abordagem sobre garantia da Lei da Ordem pelas Forças Armadas Brasileiras – GLO.
9. Dia 24/02/2014 ocorreu o “VII Ciclo de Estudos de Direito Penal e Processo Penal do Ministério Público do Estado do Ceará”, com o tema: “A colaboração premiada e a proteção das testemunhas”, proferido pelo Dr. Marcos Mairton da Silva, Juiz Federal da 12ª Vara do Ceará, de competência privativa criminal, Mestre em Direito Público pela UFC e MBA em Gestão do Poder Judiciário – FGV/RJ.
10. Dia 24/02/2014, ocorreu o Evento: “Prática do Primeiro Atendimento do Ato Infracional (Plantão Judiciário)”, exclusivo para Membros do Ministério Público/CE com participação dos plantões ministeriais da área cível da comarca de Fortaleza/CE. Local do evento foi o auditório da ESMP, de 09h00min as 12h00minhs.
11. Dia 24/02/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 35º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Jaguaruana/CE, na Escola Estadual de Educação Profissional Francisca Rocha Silva (Escola Técnica).
12. Dia 27/02/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 36º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Itapajé/CE, no Auditório da Secretaria de Educação do Município. Com o apoio da ESMP.

## **MARÇO**



1. Continuação das aulas dos cursos de especialização nos dias 07 e 08/03/2014. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V e, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI. Na Escola Superior do Ministério Público.
2. 10/03/2014 - Participação da Escola Superior do Ministério Público na reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ.
3. No dia 11/03/2014 ocorreu o Treinamento do Sistema Arquimedes para Membros do Ministério Público, tendo como instrutores os Senhores Jandro Maciel Alves e Deives Santos Castro, no período da manhã na Escola Superior do Ministério Público.
4. Curso de Investigação Criminal: Noções básicas de Investigação, ocorrido no dia 14/03/2014, com carga horária de 8hs, exclusivo para Membros do Ministério Público que compõem o Núcleo de Investigação Criminal – NUINC, tendo como facilitador o Dr. Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues, Promotor de Justiça do Estado do Maranhão. Evento realizado no auditório da Escola Superior do Ministério Público-ESMP.
5. Dia 17/03/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 37º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Ocara/CE, na Câmara Municipal do Município. Com o apoio da ESMP.
6. Dia 21/03/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 38º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Granja/CE, na Câmara Municipal. Com o apoio da ESMP.
7. Continuação das aulas dos cursos de especialização nos dias 21 e 22/03/2014. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V e, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI.
8. Dia 24.03.2014 a Escola Superior do Ministério Público-ESMP participou da reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.
9. Dia 24/03/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 39º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Fortim/CE, no Auditório do Fórum. Com o apoio da ESMP.
10. Primeira Etapa do Curso de Fornecedores realizado pelo DECON/CE em parceria com a Escola Superior do Ministério Público-ESMP, no dia 26/03/2014, no auditório da ESMP, das 13:30h as 17:30h, com o objetivo de orientar os fornecedores de produtos e serviços atuantes no Estado do Ceará na área de bares, restaurantes, casas noturnas, boates, teatros e estabelecimentos congêneres, a se adequarem ao melhor entendimento do Código de Defesa do Consumidor e legislação aplicável à defesa do consumidor, resguardando-se os princípios que regem a livre iniciativa e o desenvolvimento econômico cearense. Contando com dois módulos: - Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC; Qualificação no atendimento aos consumidores.



11. No dia 27/03/2014 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre a Universidade de Estudos de Roma Tor Vergata e o Ministério Público do Estado do Ceará/PGJ-CE, através da Escola Superior do Ministério Público-ESMP, com o objetivo de promover o desenvolvimento da formação dos Membros do MP/CE, por meio da participação em cursos intensivos relacionados às áreas de atuação do Ministério Público, podendo incluir cursos de aperfeiçoamento, extensão, além de palestras, seminários e outros programas de curta duração.

12. Continuação das aulas dos cursos de especialização nos dias 28 e 29/03/2014. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V e, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI.

13. Dia 31/03/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 40º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Aratuba/CE, no Auditório do Fórum. Com o apoio da ESMP.

## **ABRIL**

1. Segunda Etapa do Curso de Fornecedores realizado pelo DECON/CE em parceria com a Escola Superior do Ministério Público-ESMP, no dia 02/04/2014, no auditório da ESMP, das 13:30h as 17:30h, com o objetivo de orientar os fornecedores de produtos e serviços atuantes no Estado do Ceará na área de bares, restaurantes, casas noturnas, boates, teatros e estabelecimentos congêneres, a se adequarem ao melhor entendimento do Código de Defesa do Consumidor e legislação aplicável à defesa do consumidor, resguardando-se os princípios que regem a livre iniciativa e o desenvolvimento econômico cearense. Contando com dois módulos: - Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC; - Qualificação no atendimento aos consumidores.

2. Dia 02/04/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 41º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Viçosa do Ceará/CE, no Auditório Ascenso Gago. Com o apoio da ESMP.

3. Continuação das aulas dos cursos de especialização nos dias 04 e 05/04/2014. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V e, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI. .

4. No dia 07 A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.

5. Dia 07/04/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 42º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Ararendá/CE, no Ginásio Poliesportivo. Com o apoio da ESMP.

6. “Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e a Lavagem de Dinheiro”, realizado no período de 08 a 11/04/2014, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça. Parceria da Escola Superior do Ministério Público-ESMP com o Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (PNLD).



7. Terceira Etapa do Curso de Fornecedores realizado pelo DECON/CE em parceria com a Escola Superior do Ministério Público-ESMP, no dia 09/04/2014, no auditório da ESMP, das 13:30h as 17:30h, com o objetivo de orientar os fornecedores de produtos e serviços atuantes no Estado do Ceará na área de bares, restaurantes, casas noturnas, boates, teatros e estabelecimentos congêneres, a se adequarem ao melhor entendimento do Código de Defesa do Consumidor e legislação aplicável à defesa do consumidor, resguardando-se os princípios que regem a livre iniciativa e o desenvolvimento econômico cearense. Contando com dois módulos:- Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC; - Qualificação no atendimento aos consumidores.

8. 14.04.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.

9. 23/04/2014 - ocorreu a primeira reunião de preparação para o Congresso Mundial sobre Justiça Juvenil, no auditório da Escola Superior do Ministério Público-ESMP, tendo como participantes a ONG Terre des Hommes e os membros da Rede Estadual de Escolas de Governo-CE.

10. Realização de Curso em parceria com a Escola de Contas dos Municípios – TCM, sobre os Aspectos Relevantes na Administração Pública, em três módulos. O primeiro módulo foi realizado nos dias 23 e 24/04/2014, no auditório da Escola Superior do Ministério Público-ESMP. Programação: Módulo I – Aspectos relevantes sobre Licitações e Contratos – Irregularidades mais freqüentes. Horário: de 14:00h às 17:30h.

11. Início do “Ciclo de Estudos em Perícia Forense”, no dia 25/04/2014, das 9:00h às 11:30h, no auditório da Escola Superior do Ministério Público-ESMP, tendo como tema para o Módulo I – Perícia Audiovisual. Facilitadora a Dra. Ana Márcia Araújo Martins, Perita Criminal da PEFOCE. Conteúdo: Organograma da PEFOCE; Núcleo de Perícias em Tecnologia e Apoio Técnico; Introdução aos exames de: Degravação, Comparação de locutor, Autenticidade de áudio/vídeo, Constatação, reconhecimento facial e Fotogrametria.

12. Continuação das aulas dos cursos de especialização nos dias 25 e 26/04/2014. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V e, Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI.

13. Encerramento das aulas dos cursos de especialização no dia 26/04/2014. Turmas: Direito Penal e Direito Processual Penal; Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma V.

14. Dia 29/04/2014, dando continuidade ao evento: “Drogas quando se escolhem as drogas, abandona-se a vida”, ocorreu o 39º Encontro do Comitê de Enfrentamento às Drogas do Ministério Público do Estado do Ceará – Construindo ações intersetoriais e interdisciplinares. Realizado na cidade de Icó/CE, no Auditório do Centro Social Urbano - CSU. Com o apoio da ESMP.

## **MAIO**

1. Aula do curso de especialização nos dias 02 e 03/05/2014 de Direito Constitucional e Processual Constitucional – Turma VI.

2. 05.05.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.



3. Nos dias 08 e 09/05/2014 foi realizado o Seminário: “Novo Código de Processo Civil” pela Seccional da Escola de Magistratura Federal do Ceará, no edifício sede da Justiça Federal-CE, que a pedido da Escola Superior do Ministério Público disponibilizou vagas para a participação de Membros e servidores do Ministério Público do Ceará.
4. Realização do Curso Prático sobre Investigação Financeira e Crimes Funcionais na Lei de Licitações e responsabilidade Fiscal, exclusivo para Membros do MP/CE. Evento que ocorreu no dia 09/05/2014, no auditório da Escola Superior do Ministério Público-ESMP.
5. 13/05/2014 – Apoio da Escola Superior do Ministério Público-ESMP ao evento sobre o “Dia Internacional de Combate as Drogas”, realizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.
6. Através do Convênio realizado entre a Procuradoria Geral de Justiça e a Universidade Italiana “Tor Vergata” com o apoio da Escola Superior do Ministério Público-ESMP, foram inscritos e participaram do Curso: “COMBATE AO CRIME ORGANIZADO: A EXPERIÊNCIA ITALIANA CONTRA A MÁFIA, TERRORISMO E LAVAGEM DE DINHEIRO” – Universidade de Roma Tor Vergata, no período de 11 a 18/05/2014, em Roma, dois Promotores de Justiça que atuam na referida área: Dr. Luiz Alcântara Costa Andrade e Agostinho Oliver Ramos Teles.
7. No dia 12/05/2014 teve início o “Curso de Digitação – Turma I”, através de Ensino a Distância (curso de EAD) da Escola Superior do Ministério Público-ESMP, com carga horária de 90h/a, contando com 60 vagas.
8. Ocorreu entre os dias 15 e 16/05/2014, em Fortaleza, com a participação da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará, a reunião do Colégio de Diretores de Escolas dos Ministérios Públicos do Brasil - CDEMP.
9. Aula do curso de especialização nos dias 16 e 17/05/2014 de Direito Constitucional e Processual Constitucional – Turma VI.
10. “Curso de Aperfeiçoamento em Sistema de Garantias” realizado nos dias 17 e 31/05/2014. Parceria do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude – CAOPIJ com a Escola Superior do Ministério Público-ESMP. Rrealizado no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.
11. 19/05/2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.
12. Realização do segundo Módulo do curso em parceria com a Escola de Contas dos Municípios – TCM, sobre os “Aspectos Relevantes na Administração Pública”, nos dias 22 e 23/05/2014, no auditório da Escola Superior do Ministério Público-ESMP, no horário de 14h às 17:30h.
13. Aula do curso de especialização nos dias 23 e 24/05/2014 de Direito Constitucional e Processual Constitucional – Turma VI.
14. No dia 22/05/2014, foi realizada uma apresentação de uma ferramenta de Investigação da IBM para um grupo de aproximadamente 15 membros e servidores do Ministério Público do Estado do Ceará.
15. No dia 23/05/2014, foi realizada a Palestra: “Questões sobre Armas de Fogo: Legislação e Perícia”. Palestrante Dr. Felício Soares, Promotor de Justiça do Estado de Tocantins.



16. Palestra realizada em 29/05/2014, com o tema: “Práticas restaurativas no atendimento ao adolescente em conflito com a lei no contexto da América Latina”. Evento realizado em parceria com a Terre des Hommes.

17. Dando continuidade ao Ciclo de Estudos em Perícia Forense, no dia 30/05/2014, das 9:00h as 11:30h, no auditório da ESMP, foi realizado o Módulo II – “Perícias em locais envolvendo engenharia”, com os facilitadores da PEFOCE Lauro Ferreira Rocha Junior e Rafael Friedrich Davet, Peritos Criminais da Perícia Forense, engenheiro mecânico e instrutor da Academia Estadual de Segurança Pública do Estado do Ceará e Engenheiro Químico, respectivamente.

18. Aula do curso de especialização nos dias 30 e 31/05/2014 de Direito Constitucional e Processual Constitucional – Turma VI.

## JUNHO

1. 02.06.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.

2. Primeira reunião da Rede Estadual de Escolas de Governo, ocorreu no dia 03/06/2014, na Escola de Gestão Pública, ocasião em que houve uma exposição sobre o trabalho da Terre des Hommes e seu interesse em firmar parcerias para o Congresso mundial em Genebra. Outro ponto discutido foi a eleição para a coordenação da rede, seguindo o disposto no Regimento Interno e a continuação da discussão sobre o planejamento estratégico da rede de Escolas.

3. No dia 04/06/2014 – ocorreu a Oficina: “A Mídia e seu olhar sobre adolescentes em conflito com a Lei”. Evento realizado no horário das 8:00h as 12:00h pela Pastoral do Menor e a Procuradoria Geral de Justiça em parceria com a Escola Superior do Ministério Público e o Núcleo de Apoio a Infância e Juventude.

4. Realização do terceiro Módulo do Curso em parceria com a Escola de Contas dos Municípios – TCM, sobre os Aspectos Relevantes na Administração Pública, nos dias 05 e 06/06/2014 - Módulo III – “Aspectos práticos em obras e serviços de engenharia no setor público”.

5. Participação da Escola Superior do Ministério Público-ESMP na palestra: “Análise Crítica do Novo Código de Processo Civil” com o Professor Antonio Carlos Marcato. Palestra realizada no auditório da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará no dia 06/06/2014 no horário das 9h as 12h. A Defensoria Pública disponibilizou vagas para a participação de Membros e Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará.

6. Participação da Escola Superior do Ministério Público-ESMP como convidada na solenidade de Abertura da “I Jornada Científica da PEFOCE”, realizada no dia 09/06/2014.

7. 09.06.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.

8. Divulgação no site da ESMP, do Curso de Direito Eleitoral, realizado através do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil – CDEMP,



em parceria com o Conselho Nacional de Procuradores Gerais – CNPG, com início em 07/07/2014 e término previsto para o dia 15/09/2014, com objetivo de despertar o interesse para o Direito Eleitoral, com atuação segura e mais profissional nessa área.

**9.** 16.06.2014 - Dando continuidade ao Ciclo de Estudos em Perícia Forense, foi realizado o Módulo III com o tema “Perícia em Tecnologia da Informação, um estudo sobre aparelhos de telefonia celular, computadores e mídias de armazenamento: crimes com computador x crimes de informática, exames realizados pela PEFOCE e principais quesitos”. Facilitador o Perito Criminal de Ciência da Computação Dr. Ravi Veloso Barreira. Local: Escola Superior do Ministério Público. Horário: 9h as 11:30h.

**10.** Registramos que durante alguns dias do mês de junho/2014, os Promotores de Justiça com atuação na área do Crime se reuniram na ESMP para tratar de assuntos relacionados com a Copa do Mundo 2014, tendo em vista que alguns jogos ocorreram nessa Capital.

**11.** No dia 20/06/2014, por volta das 9:30hs, ocorreu no gabinete do Procurador Geral de Justiça, Dr. Ricardo Machado, a primeira Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo de Manutenção da ESMP, com as presenças de alguns integrantes do Conselho e da Secretaria Executiva, para tratar de assuntos relacionados à implementação e administração do referido Conselho com referência à Regimento Interno, Atos e Provimentos.

**12.** No dia 23/06/2014, por volta das 10:00h, no gabinete do Diretor Geral da ESMP, Dr. Benedito Augusto da Silva Neto, ocorreu a reunião do Conselho Consultivo dessa Escola de Governo para tratar dos seguintes assuntos:

- Apresentação dos novos integrantes do Conselho Consultivo;
- Processo nº 36203/2013-9 tendo como requerente a Associação Cearense do Ministério Público, solicitando a análise para a Integração das horas aulas complementares ao I Curso de Vitaliciamento de Promotores de Justiça, necessárias para a conclusão de pós-graduação na ESMP;
- Curso: Elaboração de ementas e suas finalidades;
- Preparação do II Curso de Ingresso e Vitaliciamento dos novos Membros do MP/CE.

**13.** No dia 26/06/2014 ocorreu o Seminário: “Demência: Fator de risco para a violência contra o idoso”. No auditório da Procuradoria Geral de Justiça, no horário das 8:30h às 12:00h, em parceria da Escola Superior do Ministério Público-ESMP com o Núcleo de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

**12.** No dia 27/06/2014, no período da manhã, a Escola Superior do Ministério Público-ESMP realizou o “I Ciclo de Estudos de Direito Civil e Processual Civil do Ministério Público do Ceará”. Em parceria com a Secretaria Executiva das Procuradorias Cíveis do MP-CE, contando com o seguinte tema: “O Ministério Público e o novo Código de Processo Civil”.

**13.** Dando continuidade ao Ciclo de Estudos em Perícia Forense, no dia 30/06/2014, no horário das 9h às 11:30h, no auditório da Escola Superior do Ministério Público-ESMP, foi realizado o Módulo IV de Perícia Forense com o Tema: “O emprego da química forense na elucidação de crimes: da análise de vestígios no local à exames laboratoriais.” Tendo como facilitadora a Perita Criminal Dra. Manuela Chaves Loureiro Cândido, Mestre em Química com ênfase no estudo de compostos de coordenação com aplicação no tratamento alternativo de câncer.



## **JULHO**

1. 17.07.2014 - Participação da Escola Superior do Ministério Público-ESMP na reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da Procuradoria Geral de Justiça.
2. Dias 18 e 19.07.2014 - Aula do Curso de Especialização em Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI, .
3. Dia 25.07.2014- manhã e tarde – “Oficina e Práticas de Investigação em Improbidade Administrativa”.
4. Dia 25.07.2014 – período da tarde - Curso: Ementas (Fundamento legal, finalidades e aspectos técnicos de elaboração).
5. 28.07.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.

## **AGOSTO**

1. Curso Prático de Campanha Eleitoral, realizados nos dia 04 e 11 de agosto, das 8:00h as 12:00h e de 14:00 às 18:00h, com carga horária de 16 h., no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, tendo como facilitador o Promotor de Justiça Dr. Igor Pereira Pinheiro, contando com a seguinte programação:
  - Abuso de poder;
  - Condutas vedadas aos agentes públicos;
  - Crimes eleitorais; e,
  - Garantias do eleitor e do candidato.
2. Curso: O Promotor e a comunidade pela moralidade, realizado no período de 04 a 08 de agosto, contando como facilitador o Promotor de Justiça Dr. Alexandre Pontes Aragão, no Centro Vocacional Tecnológico de São Benedito/CE.
3. 04.08.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.
4. V Encontro da Magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública da Criança e do Adolescente do Estado do Ceará, realizado nos dias 07 e 08 de agosto, no auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC.
5. Curso: Teoria e Dogmática Jurídica Aplicada dos Direitos Fundamentais I: da Constituição Federal à Decisão Judicial no Âmbito dos Direitos de Liberdade. Realizado no Núcleo Seccional da Escola de Magistratura Federal no Ceará, no período de 07 a 08 de agosto. Disponibilização de 05 vagas para os Procuradores de Justiça.
6. Dias: 01, 02, 08, 09, 22 e 23 ocorreram aulas do curso de especialização em Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional.
7. 11.08.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.



8. Participação do Diretor Geral da ESMP na Palestra realizada no dia 20, no Auditório Jesus Xavier de Brito, sede administrativa da DPGE/CE, sob convite da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, sobre Justiça Restaurativa, com o palestrante Dr. Mário João Ferreira Monte, da Universidade do Minho / Portugal.

9. Curso Básico de Justiça Juvenil Restaurativa, realizado nos dias 21 e 22, das 8:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00, e dia 23 somente pela manhã, no auditório da ESMP, com o objetivo de sensibilizar profissionais, entre membros, servidores e funcionários do MP/CE, integrantes da Rede de Apoio da Infância e Juventude e Sistema de Justiça, quanto aos princípios e procedimentos da Justiça Restaurativa e suas contribuições no atendimento desenvolvido junto à crianças e adolescentes, tanto em âmbito preventivo como no sistema socioeducativo, tendo como facilitadores a Dra. Maria de Fátima Pereira Valente, Promotora de Justiça e a Professora Lastênia Soares Lima, Gerente de Educação e Formação da Terre dês Hommes.

10. Realização em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Procuradoria Geral de Justiça, o II Curso de Ambientação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará, nos dias 22, 25, 26, 27, 28 e 29, das 8:00 às 14:00hs, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, com a carga horária de 30 h/a.

11. VIII Ciclo de Estudos de Direito Penal e Processual Penal do Ministério Público do Estado do Ceará: Aspectos Práticos da Lei Antidrogas nº 11.343/2006. Realizado no dia 25, das 14:00 às 18:00h, no auditório da ESMP, tendo como palestrante Dr. Pedro Viana, Delegado da Polícia Civil/CE (Delegacia de Narcóticos – DENARC) e Dr. Wanderley Pinheiro de Holanda Júnior, Farmacêutico-Bioquímico pela UFC, Analista Clínico, Perito Legista e Supervisor do Núcleo de Toxicologia Forense da Coordenadoria de Análises Laboratoriais Forenses da Perícia Forense do Estado do Ceará.

12. Realização do Curso *in company*: Planilha de Custos e Formação de Preços de Contratos de Terceirização de acordo com a IN 02/2008 nas dependências da ESMP, para membros, servidores e funcionários da Procuradoria Geral de Justiça, nos dias 28 e 29, das 8:30 às 12:30h e 13:30 às 17:30h, com carga horária de 16 h/a.

13. Reunião da Rede de Escolas de Governo, no dia 27, a partir das 9:00h, nas dependências da Escola de Gestão Pública – EGP, para tratar do planejamento do II Encontro Nordestino de Escolas de Governo.

14. Dias 01, 02, 08, 09, 22 e 23 aulas do curso de especialização de Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI.

## **SETEMBRO**

1. Evento: Sistema de Proteção a Pessoas Ameaçadas e a Atuação dos Seus Atores. Diálogos pela vida: fortalecimento do Programa de Proteção a Vítimas e testemunhas ameaçadas (PROVITA); Programa de Proteção dos defensores de Direitos Humanos (PPDDH); Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes ameaçadas de Morte (PPCAAM). Realizado no dia 12 em Iguatu.

2. Reunião da Rede de Escolas de Governo, no dia 08, as 14:00h, nas dependências da Escola de Gestão Pública – EGP, para tratar da assinatura do Termo de Cooperação Técnica e informes sobre o X Encontro da Rede Nacional de Escolas de Governo.



3. Curso Modular de Revisão Gramatical da Língua Portuguesa. Realizado nos dias 15, 17, 22, 24 e 29, das 14:10 às 17:10h, no auditório da ESMP. Tendo como facilitador Volney Oliveira Araújo, Professor de Língua e Literatura Portuguesa, Advogado e Assessor jurídico especial do MP/CE.
4. Realização do II Curso de Preparação para o Ingresso na Carreira do MP/CE. Módulo I: Apresentação do MP/CE, no período de 15 a 22, com carga horária de 60h, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, contando como publico alvo os aprovados no concurso para Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará em 2011.
5. Participação, como apoiador cultural, do XXI Fórum de Ciência Penal, nos dias 24 a 26, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.
6. Reunião da Rede de Escolas de Governo, no dia 25, as 14:00h, nas dependências da Universidade do Parlamento - UNIPACE, para tratar da assinatura do Regimento Interno da Rede Estadual de Escolas de Governo e da palestra Governança e Governabilidade.
7. Realização em parceria com a Promotoria de Justiça da Defesa da Saúde Pública, do Encontro entre os Conselheiros de Saúde e o Ministério Público Eleitoral, no dia 30, das 8:00 às 12:00h, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça.
8. Nos dias 05, 06, 19 e 20 ocorreram as aulas do curso de especialização *lato sensu* de Direito Constitucional e Direito Processual Constitucional – Turma VI.

## **OUTUBRO**

1. Nos dias 02 e 03 foi realizado o Curso: Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos – Revisão, reajuste e repactuação, com carga horária de 16h/a, apresentando como facilitadores Luiz Felipe Bezerra Almeida Simões, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União e Erivan Pereira de Franca, no auditório da ESMP, tendo com público-alvo Membros, servidores e funcionários da PGJ.
2. 06.10.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.
3. No dia 07 foi Realizada a aula inaugural do curso de especialização Interdisciplinar em Direito da Criança e do Adolescente, no auditório Paulo Petrola, da Universidade Estadual do Ceará, no Campus do Itaperi, às 18hs.
4. 13.10.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.
5. Participação de uma palestra realizada pela Rede de Escolas de Governo, no auditório da Universidade do Parlamento do Estado do Ceará - UNIPACE, no dia 16, das 14:00 às 17:30h, intitulada de: “Governança e Governabilidade: Poder Público e Sociedade”, tendo como objetivo conceituar governança e governabilidade, apontando os instrumentos para que possam ser exercidas de maneira eficaz, de modo a permitir que os poderes públicos constituídos em suas varias instancias possa exercer os seus papéis,



cumprindo suas funções na democracia na perspectiva de atender aos anseios da sociedade. Contou como facilitador o Professor Bernardo Lopes Portugal, que ministra cursos sobre Governança Corporativa.

6. No dia 17, das 9:00 às 11:30h, no auditório da ESMP, teve início ao Ciclo de Estudos sobre Envelhecimento, Demência e Lei, realizado em parceria com o Núcleo de defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência. O I Ciclo contou com o seguinte tema: **“Padrões Cognitivos no envelhecimento”**, palestra ministrada pela Psicóloga Luciane Ponte, Mestre em Psicologia pela UNIFESP.

7. Evento: Sistema de Proteção a Pessoas Ameaçadas e a Atuação dos Seus Atores. Diálogos pela vida: fortalecimento do Programa de Proteção a Vitimas e testemunhas ameaçadas (PROVITA); Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH); Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte (PPCAAM). Realizado no dia 17 no Juazeiro do Norte.

8. Início, no dia 17, das aulas do curso de especialização Interdisciplinar em Direito da Criança e do Adolescente.

9. Participação da apresentação do Selo Institucional de Avaliação de Resultados Anuais – Selo Siará, no dia 20 no auditório da PGJ, pela Procuradora de Justiça Dra. Sheila Pitombeira, Coordenadora do Núcleo de Gerenciamento de Projetos e Planejamento Estratégico, oportunidade na qual foi revista a gravação através da plataforma EAD da Escola Superior do Ministério Público, bem como foram esclarecidas dúvidas sobre o Selo e sua premiação em referida plataforma.

10. No dia 31 foi realizado o evento: Sistema de Justiça e Políticas Públicas para o Idoso, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Núcleo de Defesa do Idoso e da Pessoa com Deficiência, contando com a seguinte programação: Painel I: **“Política Nacional de Atendimento ao Idoso”**; Painel II: **“O envelhecimento e suas peculiaridades - A importância da sociabilidade, afetividade e espiritualidade”**.

11. Curso: O Promotor e a comunidade pela moralidade, realizado no período de 29 de outubro a 04 de novembro, contando como facilitador o Promotor de Justiça Dr. Alexandre Pontes Aragão, no auditório da CDL, no município de Canindé/CE.

## **NOVEMBRO**

1. 03.11.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.

2. Curso: Controle Externo da Atividade Policial, realizado nos dias 06 e 07, no horário de 8:00 as 12:00 / 14:00 às 18:00h, exclusivo para os membros do Ministério Público dos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, em parceria com o Conselho nacional do Ministério Público.

3. Continuação da programação de lançamento do Selo Siará, com uma palestra no dia 10, no auditório da Procuradoria Geral de justiça, para membros e servidores, proferida pelo Senhor José Ricardo Carneiro da Cunha Meira, da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

4. Participação, no dia 11, da solenidade de celebração dos cinco anos de existência, ampliação e reforma das instalações físicas da Escola de Gestão Pública – EGP, que contou com a presença do Exmo. Sr. Governador do Estado, Cid Ferreira Gomes, ocasião que contou ainda com a palestra **“Ética e Competência do Servidor Público”**



5. Realização do I Fórum de Enfrentamento à Improbidade Administrativa, nos dias 13 e 14, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, contando com a seguinte programação: 1º Painel “**A lei de improbidade na visão dos tribunais: algumas reflexões**”; 2º Painel “**O combate às licitações direcionadas**”; 3º Painel “**Improbidade Administrativa: Pontos Polêmicos**”; 4º Painel “**Justa causa para proposição da ação de improbidade administrativa**”; 5º Painel “**Processo administrativo judicialiforme e enriquecimento ilícito**”; 6º Painel “**A interface entre as Leis nº. 8.429/1992 e 12.846/2013**”.

6. Nos dias 20 e 21 aconteceu o Seminário Brasileiro de Justiça Juvenil: Homenagem aos 25 anos da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança e contribuições ao Congresso Mundial de Justiça Juvenil, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, evento realizado em parceria com a Rede Estadual de Escolas de Governo, CEDECA e a *Terre dès Hommes*, que contou com a seguinte programação: Conferencia Magna: **Perspectivas Canadenses sobre Justiça Juvenil Restaurativa**; Palestra: **25 Anos da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança: avanços e perspectivas**; Palestra: **02 Anos da Lei Federal nº 12.594/2012 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**; Palestra: **Redução da Maioridade Penal: o que pensa a sociedade civil?**

6. 24.11.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.

7. II Ciclo de Estudos: Envelhecimento, Demência e Lei, no dia 28 no auditório da ESMP, com o seguinte tema: “**Demências: subtipos e tratamento**”. Tendo como palestrante o Dr. João Marcelo Coelho Filho, Professor de Geriatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará e Coordenador do Centro de Atenção ao Idoso do Hospital Universitário Walter Cantídio da UFC.

8. Durante todo o mês de novembro aconteceram na Universidade Estadual do Ceará, as defesas de monografia dos alunos do curso de especialização *lato sensu* em Direito Penal e Direito Processual Penal, em um total de 18.

9. Nos dias 07, 08, 28 e 29 de novembro ocorreram as aulas do curso de especialização *lato sensu* Interdisciplinar em Direito da Criança e do Adolescente – Turma I.

## **DEZEMBRO**

1. Reunião do Conselho Consultivo, no dia 09 na sala do Diretor Geral, Dr. Benedito Augusto da Silva Neto, contando com a seguinte pauta:

- Processo nº 36203/2013-9 – Associação Cearense do MP – Solicitação de integração das horas aulas necessárias para conclusão de pós-graduação na ESMP;
- Processo nº 26422/2014-5; nº21119/2014-2 – Solicita Parecer Meritório acerca da proficiência da Instituição Fundação Demócrito Rocha;
- Emissão da declaração dos participantes do Curso Preparatório de Ingresso a Carreira do MP/CE – Módulo I - verificação das faltas ocorridas. Preparação do Módulo II para Março ou Abril – Aprovação
- Elaboração do calendário das atividades a serem realizadas pela ESMP/CE-2015 de acordo com as consultas enviadas aos membros e servidores.

2. Continuação das defesas de monografia dos alunos do curso de especialização *lato sensu* em Direito Penal e Direito Processual Penal, em um total de 05.



3. A ESMP apoiou a título de apoio institucional, o Pré-Congresso de Saúde Mental: Dependência Química, ocorrido no dia 09 e o III Congresso Brasileiro de Direito e Saúde: O Sistema de Saúde Brasileiro, ocorrido no período de 10 a 12, realizado no Hotel Oásis Atlântico.

4. Participação da Semana do Ministério Público do Ceará 2014: Democracia, Cidadania e Direitos Fundamentais – A atuação do Ministério Público e as demandas sociais contemporâneas, realizado nos dias 10 a 12, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, que contou com a seguinte programação: Palestra 1: “**A Sociedade Pós-Moderna e os Desafios Éticos do Ministério Público Contemporâneo**”; Palestra 2: “**A Consolidação da Cidadania: os desafios das instituições e da sociedade**”.

**Dia 11/12** - Curso: Responsabilidade dos agentes públicos por ações e omissões.

**Dia 12/12** - Palestra 1: **As Demandas Sociais para o Ministério Público: Onde fica a saúde?** Palestra 2: **O Princípio Acusatório e o Fortalecimento do Ministério Público.** Palestra 3: **A Velha e a Nova Resistência à Efetivação dos Direitos Fundamentais.** Atuação Ministerial: Planos específicos de atuação 2014/2015 – área administrativa e propostas de realinhamento.

5. Nos dias 05 e 06 de dezembro ocorreram as aulas do curso de especialização *lato sensu* Interdisciplinar em Direito da Criança e do Adolescente – Turma I.

6. Participação da reunião da Rede Estadual de Escolas de Governo, no dia 11 na Escola de Gestão Pública – EGP, que contou com a seguinte pauta:

- Avaliação das ações realizadas pela Rede em 2014;
- Apresentação das sugestões trazidas pelas Escolas de Governo para ações conjuntas da Rede de Escolas em 2015;
- Providências para eleição da Coordenação da Rede;
- Agendamento do calendário das reuniões de 2015;
- Confraternização de Natal.

7. 16.12.2014 – A Escola Superior do Ministério Público-ESMP, compareceu a reunião do Núcleo de Gerenciamento de Projetos da PGJ-CE.

8. As atividades realizadas no âmbito da Biblioteca, foram:

- 1108 Serviços de pesquisa para os alunos da ESMP, membros, servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Ceará;
- 80 Inclusões de obras doadas no banco de dados do Sistema Bibliográfico;
- Processamento técnico dos exemplares doados, disponibilizando-os para consulta e empréstimo;
- 25 Cadastros de novos usuários da biblioteca, totalizando 168 usuários cadastrados;
- Atendimento aos usuários através da consulta local, empréstimo domiciliar, renovação e devoluções dos livros; 169 empréstimos no primeiro semestre de 2014;
- Participação da Biblioteca da ESMP/CE, na digitalização dos processos junto a Secretaria de Processos na Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará;
- Divulgação e acompanhamento do Edital para recebimento de artigos referente a edição de julho/2014 da Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará;
- Normalização e revisão dos artigos da Revista Acadêmica da Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará;



- Convocação dos Membros do Conselho Editorial da Revista Acadêmica da ESMP/CE para a participação da reunião semestral do Conselho Editorial;
- Revisão final para publicação da Revista Acadêmica da ESMP, ano VI, números I de 2014;
- Inclusão dos artigos da Revista Acadêmica da ESMP/CE no Sistema da Biblioteca para consulta on-line;
- Participação na divulgação e inscrição dos eventos da ESMP/CE junto aos Procuradores de Justiça, Promotores de justiça, Assessores, Membros, Servidores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará;
- Participação do levantamento de presença dos eventos da ESMP/CE e cadastro no sistema para emissão de certificados via internet;
- Participação no apoio dos eventos realizados na Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, recolhendo a assinatura na lista de presença, orientando e distribuindo os materiais pertencentes ao evento;
- Levantamento e Controle dos Periódicos Recebidos;
- Orientação e treinamento da estagiária da Biblioteca;
- Atualização do Manual de Normalização para os Trabalhos de Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento: Curso de Ingresso e Vitaliciamento na Carreira dos Membros do Ministério Público do Estado do Ceará.

É o relatório.

Fortaleza, 25 de junho de 2015.

Alfredo **RICARDO** de Holanda Cavalcante **MACHADO**  
Procurador-Geral de Justiça